



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO**  
**TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**DOUTORADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E**  
**DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**IRACEMA DOS SANTOS LEMOS**

**OS PROGRAMAS DE EXTENSÃO DA UCSAL, UNEB E UFBA E A PROMOÇÃO DO**  
**DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

**Salvador**

**2020**

**IRACEMA DOS SANTOS LEMOS**

**OS PROGRAMAS DE EXTENSÃO DA UCSAL, UNEB E UFBA E A  
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do grau de doutor.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Silvana Sá de Carvalho

**Salvador**

**2020**

## TERMO DE APROVAÇÃO

**Iracema dos Santos Lemos**

Tese aprovada como requisito para obtenção ao do grau de Doutor em  
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 30 de setembro de 2020.

Banca Examinadora:



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Sá de Carvalho

Universidade Católica de Salvador / UCSal (Orientadora)



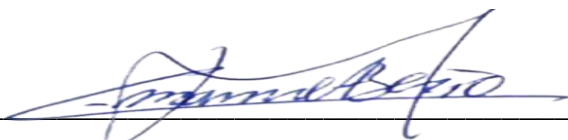
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mainá Pirajá Silva

Universidade Católica de Salvador / UCSal (Examinadora Interna)



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia de Freitas Cordeiro

Universidade Federal da Bahia/UAB (Examinadora Externa)



Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Emanuel Alberto Cardoso Monteiro

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB  
(Examinador externo)

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

L557 Lemos, Iracema dos Santos

Os programas de extensão da UCSAL, UNEB e UFBA e a promoção do desenvolvimento social / Iracema dos Santos Lemos. – Salvador, 2020.

156 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Silvana de Sá Carvalho.

## AGRADECIMENTOS

Ao único que é digno de receber a honra e a glória, a força e o poder, ao Deus eterno imortal, invisível, mas real, agradeço por que as suas misericórdias se renovam a cada manhã.

A minha mãe incansável na luta pela minha educação, pela persistência, em me motivar” em meio a tantos problemas, tantas provações, ela sempre dizia: “é isso mesmo. Você vai conseguir. tenha fé em Deus”.

Ao meu marido, companheiro de mais essa jornada, pelo apoio e pela sua presença na minha vida.

A minha filha e amiga Bruna que nunca me deixou só nessa caminhada, a quem dedico esse estudo na esperança que ela siga vida acadêmica e se constitua numa jurista de primeira, e sobretudo numa justa juíza.

Ao meu talentoso filho, pelo amor recebido mesmo quando não entendia para que estudar tanto, pela sua alegria sempre acompanhada do pedido que não lhe aperte a mente.

A minha irmã Ironi, a minha fiel escudeira que nos momentos de angústia esteve sempre ao meu lado.

A Clarisse por alegrar a minha existência nesses seus 10 anos de vida.

Aos meus amigos, os quais não posso nominar aqui, pois são tantos e tão especiais que temo não lhes fazer justiça, o meu muito obrigado.

A minha orientadora pela compreensão e apoio nos meus momentos de muita dor e cansaço e pelo exemplo de pessoa íntegra e muito humana.

Aos membros da banca minha gratidão pelas valiosas contribuições.

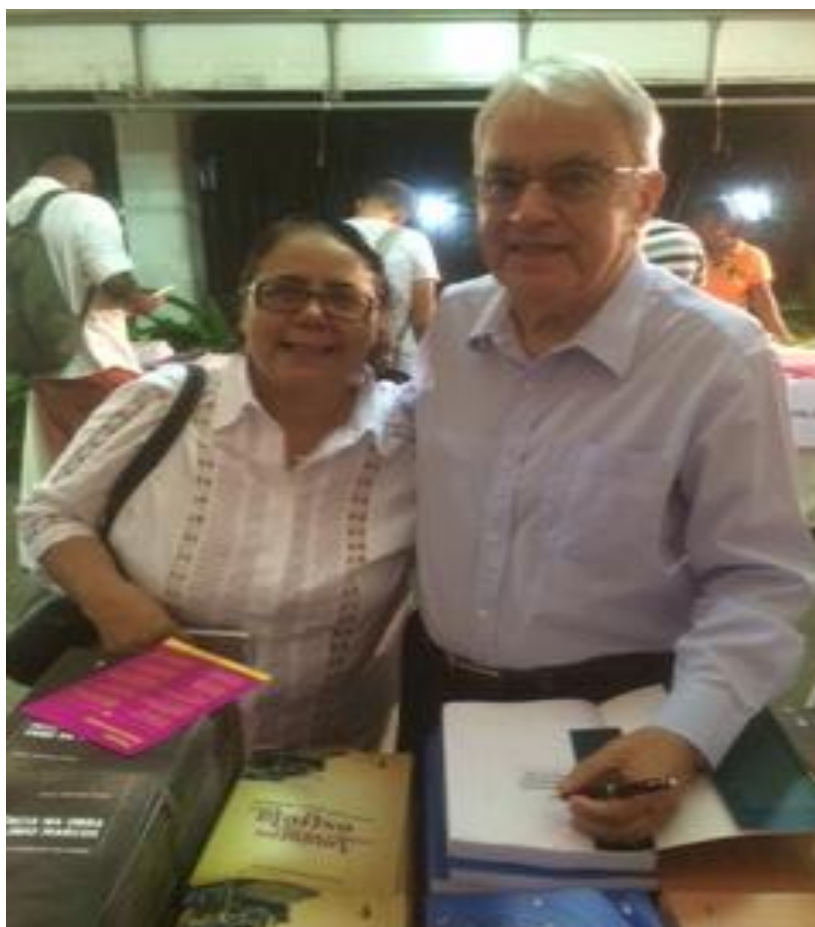
A bibliotecária da UCSAL, Rose e a colaboradora Rita por todo o apoio profissional e emocional fundamental nesse último ano, o meu carinho e muito obrigada.

A servidoras da PROEXT/UFBA, Bete e Juliana pela ajuda e apoio, vocês são maravilhosas!

As Pró-Reitoras de Extensão da UFBA, UCSAL e UNEB pelo apoio e disponibilidade para participar da pesquisa.

E por último, mas não menos importante a Universidade Católica do Salvador, os funcionários da secretaria do programa Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, do Comitê de Ética e Pesquisa, enfim a todos vocês, o meu muito obrigada.

## HOMENAGEM



A minha singela homenagem ao Prof. Sylvio, meu primeiro orientador, ele foi o responsável pela minha acolhida no programa, o tempo que convivi com ele foi curto, mas rico em aprendizagens, apesar de ser uma verdadeira sumidade, ele era humilde e muito atencioso, lembro-me que ele era sempre muito disponível.

Muito ouvi falar de sua sabedoria, dedicação e competência, mas vivenciei muito mais do que ouvi falar.

Obrigada a Deus pelo seu tempo aqui entre nós!

*Cada um de nós compõe a sua  
história e cada ser em si carrega  
o dom de ser capaz de ser feliz.*  
(Tocando em Frente - Almir Sater)

LEMOS, IRACEMA DOS SANTOS: OS PROGRAMAS DE EXTENSÃO DA UCSAL, UNEB E UFBA E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. 156f. Tese (Doutorado) – Universidade Católica de Salvador- Salvador 2020.

## RESUMO

A extensão é a dimensão da universidade que possui maior relação com a sociedade, e deve prover tanto a difusão dos saberes científicos quanto oportunizar o intercâmbio de saberes culturais numa perspectiva de inclusão e promoção da justiça social. A tese que defendemos é que a extensão se configura como ferramenta de promoção do desenvolvimento social ao formar as comunidades para uma atuação transformadora no que se refere ao fortalecimento da participação social no desenvolvimento da cidade. O objetivo desta tese é a análise da extensão da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no período de 2015 a 2018 com o fim de correlacioná-la ao desenvolvimento social da cidade de Salvador na perspectiva de preparar para o exercício da cidadania ativa. Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa teve caráter quantitativa e constituiu-se de entrevistas semiestruturadas com as Pró-Reitoras de Extensão das três universidades, utilizou-se o procedimento de análise documental nos documentos normativos (PDI, PPI, Regimento e Estatuto) e análise dos dados sobre a extensão nas IES do período de 2015 a 2018. O estudo mostrou que a UCSAL contribuiu no período de 2015-2018 com o desenvolvimento social ao promover ações de extensão ofertando formações com predominância do eixo educação, prestações de serviços e efetivamente contribuíram para o fortalecimento da cidadania e participação social, nesse período a UNEB promoveu ações de extensão nos diversos eixos, além de prestação de serviços, a Pró Reitora de Extensão da UNEB ratifica que a universidade contribuiu com o desenvolvimento social, mostrando diversos exemplos resultados, nesse contexto a UFBA ofereceu ações de extensão com predomínio do eixo educação e prestações de serviços. Os dados encontrados na pesquisa sustentam a nossa tese de que a extensão universitária da UCSAL, UNEB e UFBA se constituem como ferramentas para o desenvolvimento social da cidade de Salvador, à medida em que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, ao instrumentalizar profissionalmente, fortalecer a cidadania ativa que possibilita a participação social efetiva capaz de atuar no controle social.

Palavras-chave: Desenvolvimento Social. Extensão. Transformação. Cidadania. Emancipação.



LEMOS, IRACEMA DOS SANTOS: THE EXTENSION PROGRAMS OF UCSAL, UNEB AND UFBA AND THE PROMOTION OF SOCIAL DEVELOPMENT. 156f. Thesis (Doctoral) - Catholic University of Salvador- Salvador 2020.

### **ABSTRACT**

Extension is the dimension of the university that has the greatest relationship with society, and should provide both the diffusion of scientific knowledge and provide opportunities for the exchange of cultural knowledge in a perspective of inclusion and promotion of social justice. The thesis we defend is that the extension is configured as a tool to promote social development by training the communities for a transforming action regarding the strengthening of social participation in the development of the city. The objective of this thesis is the analysis of the extension of the Catholic University of Salvador (UCSAL), the State University of Bahia (UNEB) and the Federal University of Bahia (UFBA) in the period from 2015 to 2018 in order to correlate it to the social development of the city of Salvador in the perspective of preparing for the exercise of active citizenship. To achieve the proposed objectives, the research had a quantiquantitative character and consists of semi-structured interviews with the Pro-Rectors of Extension of the three universities, it was used the procedure of documentary analysis in the normative documents (PDI, PPI, Regiment and Statute) and analysis of data on the extension in the IES in the period 2015 to 2018. The study showed that UCSAL contributed in the period 2015-2018 with social development by promoting extension actions offering training with a predominance of the education axis, provision of services and effectively contributed to the strengthening of citizenship and social participation, in this period UNEB promoted extension actions in various axes, in addition to providing services, the Pro-Rector of Extension of UNEB ratifies that the university contributed to social development, showing several examples results, in this context the UFBA offered extension actions with a predominance of the education axis and provision of services. The data found in the research support our thesis that the university extension of UCSAL, UNEB and UFBA constitute themselves as tools for the social development of the city of Salvador, as they contribute to the improvement of the quality of life of the communities, by professionally instrumentalizing, strengthening the active citizenship that enables effective social participation capable of acting in social control.

Keywords: Social Development. Extension. Transformation. Citizenship. Emancipation.

LEMOS, IRACEMA DOS SANTOS: LOS PROGRAMAS DE EXTENSIÓN DE LA UCSAL, LA UNEB Y LA UFBA Y LA PROMOCIÓN DEL DESARROLLO SOCIAL. 156f. Tesis (Doctorado) - Universidad Católica del Salvador- Salvador 2020.

## RESUMEN

La extensión es la dimensión de la universidad que tiene mayor relación con la sociedad, y debe proporcionar tanto la difusión del conocimiento científico como ofrecer oportunidades para el intercambio de conocimientos culturales en una perspectiva de inclusión y promoción de la justicia social. La tesis que defendemos es que la extensión se configura como una herramienta de promoción del desarrollo social para formar a las comunidades para una acción transformadora en cuanto al fortalecimiento de la participación social en el desarrollo de la ciudad. El objetivo de esta tesis es el análisis de la extensión de la Universidad Católica de Salvador (UCSAL), la Universidad Estatal de Bahía (UNEB) y la Universidad Federal de Bahía (UFBA) en el período de 2015 a 2018 para correlacionarlo con el desarrollo social de la ciudad de Salvador en la perspectiva de preparar el ejercicio de la ciudadanía activa. Para lograr los objetivos propuestos, la investigación tuvo un carácter cuantitativo y consiste en entrevistas semiestructuradas con los Pro-Rectores de Extensión de las tres universidades, se utilizó el procedimiento de análisis documental en los documentos normativos (PDI, PPI, Regimiento y Estatuto) y el análisis de datos sobre la extensión en las IES en el período 2015 a 2018. El estudio demostró que la UCSAL contribuyó en el período 2015-2018 con el desarrollo social al promover acciones de extensión ofreciendo capacitación con predominio del eje educativo, prestación de servicios y contribuyó efectivamente al fortalecimiento de la ciudadanía y la participación social, en este período la UNEB promovió acciones de extensión en varios ejes, además de la prestación de servicios, el Pro-Rector de la UNEB ratifica que la universidad contribuyó al desarrollo social, mostrando varios ejemplos de resultados, en este contexto la UFBA ofreció acciones de extensión con predominio del eje educativo y prestación de servicios. Los datos encontrados en la investigación apoyan nuestra tesis de que la extensión universitaria de la UCSAL, la UNEB y la UFBA se constituyen como herramientas para el desarrollo social de la ciudad de Salvador, en la medida en que contribuyen a mejorar la calidad de vida de las comunidades, a instrumentalizar profesionalmente, a fortalecer la ciudadanía activa que posibilita la participación social efectiva capaz de actuar en el control social.

Palabras clave: Desarrollo social. Extensión. Transformación. Ciudadanía. La emancipación.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Estrutura administrativa da Pró Reitoria de Extensão da UNEB.....	82
Figura 2	Estrutura Organizacional da Pró Reitoria de Extensão da UFBA.....	90

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Classificação Organizacional das Ações de Extensão.....	59
Quadro 2	Núcleos organizacionais de Extensão da UCSAL, 2019.....	76
Quadro 3	Quadro organizacional dos núcleos temáticos de extensão na UNEB.....	83
Quadro 4	Núcleos de extensão nas unidades de ensino da UFBA.....	91
Quadro 5	Cursos de graduação da UCSAL por área.....	94
Quadro 6	Cursos de graduação da UNEB por área.....	95
Quadro 7	Cursos de graduação da UFBA por área.....	97
Quadro 8	Ações de Extensão na UNEB no bairro do Cabula no período de 2015 a 2018.....	109
Quadro 9	Outros bairros contemplados com ações da UFBA em 2015.....	112
Quadro 10	Outros bairros contemplados com ações da UFBA em 2016.....	113
Quadro 11	Outros bairros contemplados com ações da UFBA em 2017.....	115
Quadro 12	Outros bairros contemplados com ações da UFBA em 2018.....	116

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Programas de Extensão das IES por ano.....	98
Gráfico 2	Programas de Extensão na UCSAL por bairros no ano de 2016.....	100
Gráfico 3	Programas de Extensão na UCSAL por bairros no ano de 2017.....	101
Gráfico 4	Programas de Extensão na UCSAL por bairros no ano de 2018.....	102
Gráfico 5	Programas de Assistência Psicossocial ao Aluno em 2018.....	103
Gráfico 6	Programas de Estágios de Fisioterapia: Atendimentos em 2018.....	104
Gráfico 7	Procedimentos realizados pela Unidade de Enfermagem em 2018.....	104
Gráfico 8	Projetos de Assistência multidisciplinar à comunidade 2018.....	106
Gráfico 9	Projetos de Atendimento Jurídico a comunidade em 2018.....	107
Gráfico 10	Atividades realizadas pela PROEXT 2018.....	107
Gráfico 11	Ações de Extensão por Eixo Temático na UCSAL no período entre 2015 e 2018.....	109
Gráfico 12	Ações de Extensão na UNEB no bairro do Cabula no período de 2015 a 2018.....	111
Gráfico 13	Ações de Extensão por Eixo Temático na UCSAL no período entre 2015 e 2018.....	112
Gráfico 14	Programas de Extensão na UFBA por bairro no ano de 2015.....	113
Gráfico 15	Programas de Extensão na UFBA por bairro no ano de 2016.....	114
Gráfico 16	Programas de Extensão na UFBA por Bairros no ano de 2017.....	115
Gráfico 17	Programas de Extensão na UFBA por Bairros no ano de 2018.....	116
Gráfico 18	Ações por eixos temáticos na UFBA no período entre 2015 e 2018.....	117
Gráfico 19	Ações de Extensão por Eixo Temático nas IES no período de 2015 a 2018.....	118
Gráfico 20	Ações de Extensão do eixo Cidadania nas IES de 2015 e 2018.....	120
Gráfico 21	Ações de Extensão do eixo Cultura nas IES de 2015 e 2018.....	120
Gráfico 22	Ações de Extensão do eixo Comunicação nas IES de 2015 e 2018.....	122
Gráfico 23	Ações de Extensão do eixo Direitos Humanos nas IES de 2015 e 2018.....	123
Gráfico 24	Ações de Extensão do eixo Trabalho nas IES de 2015 e 2018.....	124
Gráfico 25	Ações de Extensão do eixo Educação nas IES de 2015 e 2018.....	125
Gráfico 26	Ações de Extensão do eixo Formação profissional nas IES de 2015 e 2018.....	126
Gráfico 27	Ações de Extensão do eixo Intervenção Urbana nas IES de 2015 e 2018.....	127
Gráfico 28	Ações de Extensão do eixo Meio Ambiente nas IES de 2015 e 2018.....	128
Gráfico 29	Ações de Extensão de natureza Multidisciplinar nas IES de 2015 e 2018.....	129
Gráfico 30	Ações de Extensão do eixo Saúde nas IES de 2015 e 2018.....	130
Gráfico 31	Ações de Extensão do eixo Saúde Animal nas IES de 2015 e 2018.....	131
Gráfico 32	Ações de Extensão do eixo Tecnologia e Produção nas IES de 2015 e 2018.....	132

## LISTA DE ABREVIATURAS

ASCOM	Assessoria de Comunicação
CES	Câmara de Educação Superior
CDR	Centro de Desenvolvimento Rural
CIS	Centro Integrado de Saúde
CAPEX	Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
GERE	Gerência de Eventos
IES	Instituições de Ensino Superior
INS	Índice do Nível de Saúde
INE	Índice do Nível de Educação
ISB	Índice da Oferta de Serviços Básicos
IRMCF	Índice da Renda Média dos Chefes de Família
NIAPHS	Núcleo de Assistência Psicopedagógica Humana e Social
NPJ	Núcleo de Atendimento Jurídico
NIASC	Núcleo de Interação e Assistência à Comunidade
NASC	Núcleos de Assistência
NUPES	Núcleos de Pesquisa e Extensão
NPP	Núcleos de Programas e Projetos
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PAE	Programa de Apoio ao Estudante
PRODESCA	Programa de Desenvolvimento Integrado da cidade de Cachoeira
PROUNI	Programa Universidade Para Todos

PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
SIATEX	Sistema de Extensão
SIP	Sistema Integrado de Planejamento
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
UCSAL	Universidade Católica de Salvador
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	DESENVOLVIMENTO SOCIAL .....	23
3	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E CURRICULARIZAÇÃO.....	48
4	EXTENSÃO NA UCSAL, UNEB E UFBA: UM RETRATO DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES NO ESTADO DA BAHIA.....	70
4.1	Histórico institucional das universidades: histórias diferentes para construção de ações diversificadas.....	70
4.2	Universidade Católica de Salvador (UCSAL).....	70
4.2.1	O processo da extensão na Universidade Católica de Salvador (UCSAL).....	78
4.3	Universidade do Estado da Bahia (UNEB).....	80
4.3.1	O processo de extensão na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).....	85
4.4	Universidade Federal da Bahia (UFBA).....	87
4.4.1	O processo da extensão na Universidade Federal da Bahia (UFBA).....	91
5	DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UMA COLABORAÇÃO A PARTIR DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DA UCSAL, UNEB E UFBA.....	95
5.1	Universidade Católica de Salvador (UCSAL).....	99
5.2	Universidade do Estado da Bahia (UNEB).....	110
5.3	Universidade Federal da Bahia (UFBA).....	112
5.4	Síntese das Ações de Extensão por Eixos Temáticos pelas IES.....	118
6	POTENCIALIDADES DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	134
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
	REFERÊNCIAS.....	145
	APÊNDICES.....	151



## 1. INTRODUÇÃO

Entre os séculos XV e XVI, a universidade liga-se ao Estado e, a partir dos movimentos de Reforma Protestante e Contrarreforma, o controle do Estado sobre a universidade ficou cada vez mais rigoroso a despeito das transformações comerciais e da presença do humanismo artístico e literário. Somente no século XVIII, nasce a preocupação com o processo de modernização das universidades em resposta ao contexto que enaltecia o poder da razão, a busca pela liberdade e o espírito crítico, bem como da ciência nas universidades, além de estabelecer uma relação mais estreita com o Estado e com as demandas pelas profissões necessárias ao mundo em transição (CHARLES;VERGER,1996.)

Do século XIX até a atualidade, a história da universidade foi marcada pela diversificação, expansão e profissionalização do ensino superior (VERGER,1996). No que se refere à extensão universitária, entendida aqui como espaço de democratização do acesso ao conhecimento historicamente construído e produção coletiva de novos conhecimentos a partir da realidade da comunidade, questionamos: como a extensão universitária pode constituir-se ferramenta para o desenvolvimento social?

Para além do estudo da correlação entre o desenvolvimento social e o processo educativo desenvolvido pelas universidades nas comunidades externas, pretende-se compreender 'quais as contribuições de ações extensionistas de universidades locais para o desenvolvimento social da cidade de Salvador, sob o ponto de vista da formação para o exercício da cidadania', para isso, a pesquisa tomou por base as ações extensionistas de uma universidade confessional, uma estadual e uma federal.

Nesse sentido, analisamos a extensão na Universidade Católica do Salvador (UCSAL), na Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), que atuam em todo o estado e desenvolvem a maioria de suas ações de extensão nas comunidades em que estão inseridas na cidade de Salvador. O recorte temporal da pesquisa foi o período de 2015 a 2018, escolhido por se tratar de um período que possui pequena produção científica sobre o tema.

Esta tese tem o seu objeto sob a seguinte questão problema: *As ações de extensão da UCSAL, da UNEB e da UFBA podem se configurar como ferramentas de promoção do desenvolvimento social da cidade de Salvador? Outras questões norteiam a pesquisa, a saber: Qual o lugar dado à extensão nas IES? Como o processo de formação para a cidadania se articula com tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade? Existe previsão nos normativos da IES para a articulação entre extensão e desenvolvimento social?*

Como objetivo geral do presente estudo tem-se a 'análise da extensão na UCSAL, UNEB e UFBA no período de 2015 a 2018 com o fim de correlacionar a mesma ao desenvolvimento social da cidade de Salvador-Bahia'. Nesse sentido, os objetivos específicos foram:

- Analisar o papel da extensão universitária nos documentos normativos e a potencialidade de transformação da comunidade externa;
- Caracterizar as modalidades ações de extensão e seus eixos estruturantes na UCSAL, UNEB e UFBA, identificando-as e classificando-as quanto à natureza, destacando suas potencialidades para o desenvolvimento social;
- Analisar os pressupostos do desenvolvimento social na perspectiva de Amartya Sen e sua relação com a formação cidadã a partir de práticas emancipatórias freirianas;
- Identificar, na percepção dos pró-reitores de extensão das IES pesquisadas as contribuições da extensão universitária para o desenvolvimento social.
- Analisar a contribuição da curricularização da extensão universitária para a comunidade interna.

Os objetivos propostos derivam do interesse em explicar de que forma a UCSAL, UNEB e UFBA, que se constituem nas IES mais antigas e tradicionais da cidade, ~~e~~ sua vocação para a formação cidadã se expressa em sua natureza pública (UNEB e UFBA) e confessional comunitária (UCSAL). Interessa compreender se e como elas, as instituições universitárias, promovem contribuições para o desenvolvimento social da cidade de Salvador, na perspectiva de propiciar às

comunidades assistidas uma formação cidadã que promova a emancipação e o protagonismo necessários à participação social.

Este estudo é relevante por tratar de um dos aspectos das instituições de ensino superior, a relação direta com comunidades, que pode e intenta contribuir para o desenvolvimento humano e para a transformação da realidade social do seu entorno e da sociedade em geral. O estudo iniciou-se com a pesquisa descritiva, pois conforme Gil (1991, p.46), ela possibilita “[...] descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo”, numa perspectiva exploratória, pois ela promove maior familiaridade com o tema afim de torna-lo explícito. A presente pesquisa tem natureza quanti qualitativa, pois ela procura estabelecer relacionamento de causa e efeito entre experiências e constrói ou controla contextos de uma situação e lida com quantidades e números como dados primários (GIL, 1991).

Adotou-se a pesquisa qualitativa por se constituir como método para interpretar a realidade ao desvelar sentidos e significados, enfim as subjetividades. Esta metodologia apreende contextos e especificidades inerentes aos sujeitos e fenômenos e, para Minayo, “[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações das crenças, dos valores e das atitudes” (1993, p.21).

A realidade social é, para Minayo (1993), um conjunto de fenômenos humanos, e o ser humano é caracterizado por sua capacidade de agir, de pensar sobre o que faz, e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. Aí reside a relevância da pesquisa qualitativa, que desvenda dos sentidos e significados da ação humana e suas relações. Seguindo esta mesma autora, o processo do trabalho científico em pesquisa qualitativa tem três etapas, a saber:

- I. Fase Exploratória – consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo.
- II. Fase do Trabalho de campo – consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa.

III. Fase de Análise e Tratamento do material empírico e documental – compreende o conjunto de procedimentos para valorizar, compreender, interpretar os dados empíricos, articulá-los com a teoria que fundamentou o projeto, essa fase pode ser subdividida em:

- a) ordenação dos dados;
- b) classificação dos dados
- c) análise propriamente dita (1993,p.26-27).

Os dados gerados foram obtidos por meio das seguintes técnicas de pesquisa, conforme Gil (1991):

- Levantamento bibliográfico, realizado a partir de materiais já publicados, principalmente livros, teses, artigos de periódicos e materiais disponíveis na internet;
- Levantamento de dados sobre a extensão universitária no Brasil e sua legislação regulamentadora;
- Levantamento de informações referentes a perspectiva de desenvolvimento social criada por Amartya Sen;
- Entrevista semiestruturada aplicada às Pró-Reitoras de Extensão da UCSAL e UNEB (A Pró-Reitora da UFBA justificou não dispor de dados e instrumentos que lhe permitisse responder).

Para o alcance dos objetivos propostos, fez-se uso da análise documental para o estudo dos documentos que trazem expressos a política de extensão das IES. A análise documental foi considerada como um procedimento de grande relevância no estudo proposto, pois seus documentos normativos trazem registros das intenções da IES com relação a extensão universitária no presente e aos seus projetos futuros. Lembremos que as ciências sociais consideram como documentos tanto os impressos, quanto os visuais, audiovisual, fotos, sonoros, e para Laville “[...] pouco importa sua forma, os documentos aportam informações diretamente: os dados estão lá, resta fazer sua triagem criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função da necessidade da pesquisa” (LAVILLE, 1999, p. 166-167).

Para apreender as percepções dos Pró Reitores de Extensão das IES sobre as contribuições da extensão ao desenvolvimento social, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, pois para Oliveira (2007, p. 86), a entrevista é “[...] um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre o pesquisador e o entrevistado e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando”. Desse modo, foi fundamental optarmos pela entrevista, enquanto técnica para o trabalho de pesquisa. O roteiro de entrevista foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa, em que foram priorizados aspectos relacionados à concepção desenvolvimento e sua relação com as ações de extensão das IES.

Na análise dos dados coletados, através das entrevistas, buscamos relacionar os diversos aspectos tratados em cada uma das questões com os registros das ações de extensão presentes nos documentos normativos das IES, com o intuito de ampliar a compreensão sobre as relações entre a extensão universitária da IES e a promoção do desenvolvimento social, na perspectiva de instrumentalização para a participação social em sua comunidade por meio da formação cidadã.

O projeto de pesquisa recebeu a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UCSAL por meio do Parecer 3.770.7533 de 13 de dezembro de 2019. As entrevistas com as Pró Reitoras de Extensão da UCSAL e UNEB foram realizadas após a apresentação do nosso estudo e dos seus objetivos, contudo, em resposta a nossa solicitação de entrevista a Pró-reitora da UFBA, foi dada a justificativa de não poder responder as questões por conta de não dispor de instrumentos para tanto, todavia, recebemos, via e-mail, as planilhas de ações de extensão do período 2015-2018.

As instituições escolhidas como campo de pesquisa configuram-se juridicamente como Universidades, categoria jurídica criada em 1930 através do Decreto-lei nº 19.851/31. As IES pesquisadas possuem natureza diversa, sendo uma federal - UFBA, uma estadual – UNEB e uma de natureza privada-confessional - UCSAL. Todas as IES estão sediadas na cidade de Salvador, com oferta de cursos de graduação presencial e à distância, cursos de especialização *Lato Sensu* e programas de pós-graduação *Stricto Sensu*.

De posse dos dados sobre as ações de extensão das três IES, elaboramos planilhas onde constavam basicamente as mesmas informações como título, natureza, modalidade, duração, unidade procedente. Por meio do método quantitativo, buscou-se a organização e sistematização dos dados levantados, isto é, realizou-se uma classificação na perspectiva dos eixos temáticos quais sejam: Comunicação, Cultura, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Tecnologia e Produção, apresentados nas Diretrizes da Extensão Universitária, que orientam a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária pactuadas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) que são: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante, Impacto e Transformação Social conforme Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Por meio de uma planilha digital, construímos 71 tabelas e elaboramos 71 gráficos que possibilitaram as reflexões e análises sobre a natureza, modalidade, duração, temáticas, os bairros em que as mesmas foram realizados e, a partir daí, buscou-se relacionar as ações de extensão devidamente classificadas com as condições habilitadoras à formação da condição de agente livre, postas na teoria do desenvolvimento de Amartya Sen (2010), com o fim de evidenciar a presença de práticas emancipatórias cidadãs, conforme postula Paulo Freire (1982) capazes de formar a comunidade para a participação social efetiva na cidade, posto que a tese apresenta a hipótese que as ações extensionistas se caracterizam como ferramenta de promoção do desenvolvimento social.

Nesse sentido, buscamos analisar as contribuições da extensão universitária, para o desenvolvimento da cidade de Salvador, em três diferentes perspectivas. Inicialmente, a partir da análise dos documentos normativos da IES, depois, a partir da análise dos dados sobre a extensão realizada no período de 2015 a 2018 gerados pelas IES e, posteriormente, a partir das concepções dos sujeitos participantes da pesquisa. Assim, foi possível ter a ideia do reconhecimento da implicação da ação extensionista na promoção do desenvolvimento da cidade de Salvador.

O presente estudo foi estruturado em sete capítulos, incluindo a introdução, considerada como primeiro capítulo, o segundo capítulo apresenta uma breve exposição sobre o desenvolvimento social; em seguida, discute-se as práticas democráticas na perspectiva da governança; por fim, os aspectos da formação cidadã fomentados pela educação a partir de práticas emancipatórias, posto que elas se configuram como ações comprometidas com a transformação social.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão sobre o conceito de extensão universitária, seu lugar no contexto universitário, seu escopo legal, e a relação entre universidade e comunidade, projetos e programas de extensão.

O quarto capítulo analisa a extensão universitária nas três universidades UCSAL, UNEB e UFBA no período de 2015-2018, que é o recorte temporal da pesquisa. Este capítulo apresenta um pequeno histórico de cada uma das IES, como elas estruturam a extensão, quais os procedimentos, processos e especificidades para realização da extensão universitária em cada uma delas.

O quinto capítulo analisa as ações extensionistas da UFBA, UCSAL e UNEB realizadas no período de 2015 a 2018 e se estas se configuram como ferramentas para a promoção do desenvolvimento social da cidade de Salvador, na perspectiva de Amartya Sen e de Paulo Freire. O capítulo ainda discute a contribuição da extensão universitária à formação da condição de agente na perspectiva de Sen e de cidadão crítico e reflexivo de Freire.

O sexto capítulo discute as potencialidades das ações de extensão para o desenvolvimento social, considerando os aspectos extensionistas capazes de promover a melhoria na qualidade de vida da comunidade por meio da difusão do conhecimento científico e das trocas de saberes com a comunidade onde a extensão está sendo realizada. E o sétimo capítulo apresenta as conclusões finais da tese.

## 2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EDUCAÇÃO

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder.  
(FREIRE, 1996, p. 59)

Neste capítulo, expõe-se a discussão em torno do conceito de desenvolvimento social, seus pressupostos e sua relação com a formação cidadã para o exercício de práticas sociais emancipatórias. Primeiramente, destacamos que a igualdade social é um dos objetivos mais relevantes da República Brasileira, previsto no artigo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 2016), uma vez que deve buscar alcançar um nível de desenvolvimento equânime, capaz de promover uma sociedade mais justa, no sentido de possibilitar a igualdade de oportunidades e a democratização de acesso a bens públicos, beneficiando a todos. Este é, inclusive, o maior desafio de nosso país.

Problemas como a pobreza extrema, aqui entendida como restrição às liberdades substantivas e às oportunidades sociais, impedem o efetivo desenvolvimento, conforme defende Amartya Sen (2010), posto que propiciam a exclusão do processo de participação social das camadas sociais historicamente menos favorecidas. Além disso, isso se configura como grave violação aos direitos dos cidadãos, porque o efetivo exercício da cidadania demanda garantias de respeito aos direitos fundamentais que asseguram a todos o pleno desenvolvimento pessoal e social.

Há autores situam a origem do desenvolvimento no período pós-segunda guerra mundial, precisamente quando o então empossado presidente dos Estados Unidos da América, Herry S. Truman, em 20 de janeiro do ano de 1949, definiu o restante do mundo como localidade subdesenvolvidas, o que não deixa de ser um equívoco, principalmente, quando se remete aos séculos XVIII e XIX, quando já se discutia sobre outra terminologia. Porém, com o mesmo sentido, o chamado progresso, que traria trazendo consigo o sonho do equilíbrio nas relações de trabalho, onde



empregado e empregador teriam ganhos e obrigações a serem cumpridas (THEIS, 2006).

As mudanças relacionadas ao longo do tempo sobre a ideia de progresso são inevitáveis, apresentando melhorias significativas, pretensamente aumentando a chance das possibilidades de mobilidade e/ou ascensão social, em uma época de muita efervescência, com o advento de grandes ideias em todos os campos do conhecimento humano. Economistas como Adam Smith revelaram seu otimismo em relação ao desenvolvimento; cientistas sociais como Malthus, Ricardo e Mil, passaram a preocupar-se com desequilíbrio em relação demanda sociais, especialmente de alimentos e oferta para uma sociedade que não parava de crescer. Essa realidade preocupa mesmo em pleno século XXI, em que se credita ao controle de natalidade, altamente restritivo, uma saída ao referido desequilíbrio, seja na produção de alimentos, seja nas fontes de recursos da natureza (THEIS, 2006).

Todo esse movimento converge para o mais utilizado sistema econômico de todos os tempos, o capitalismo. Esse sistema também ampliou a desigualdade social na sociedade de modo geral. Nesse contexto, há o entendimento de que o desenvolvimento é muito complexo, pois não basta apenas o crescimento econômico, mas sim um desenvolvimento que minimize a desigualdade social, fruto da justiça distributiva, que quer dar tratamento desigual para os desiguais na medida de sua desigualdade. Assim, o desenvolvimento fundamenta-se na justiça social, diretamente ligado às tendências ditadas pelas mudanças sociais tais como: ascensão entr e as classes, avanços tecnológicos e nível de conhecimento (THEIS, 2006).

Escobar (1995) destaca que o modelo de organização social ocidental é a base fundamental para a construção da dicotomia tradicional/moderna, elemento fundante da teoria da modernização. Nesse sentido, o predomínio do sistema de conhecimento ocidental marginalizou e desqualificou outras possíveis interpretações sobre a sociedade e o processo de mudança social. O autor sistematiza suas ideias defendendo que as concepções de desenvolvimento ao longo da história podem ser entendidas como manifestação de poder, como um exercício de hegemonia, que reproduz certos discursos em detrimentos de outros (ESCOBAR, 1995).

Durante todo o século XX, a avaliação do desenvolvimento limitou-se a sua dimensão econômica, na qual os índices traduziam a quantidade de riqueza produzida no país. Os indicadores se caracterizavam como instrumentos de medida aceitos em escala mundial para construção de um referencial por meio da comparação, a análise e a tomada de decisões. Na década de 50, as Nações Unidas, imersas em um contexto de estímulo ao crescimento econômico dos países, elegem o Produto Nacional Bruto (PNB), ou Produto Interno Bruto (PIB), como referência, e classificam o mundo em países ricos e pobres ou ainda subdesenvolvidos e países desenvolvidos. (ESCOBAR,1995)

Em que pese os anos posteriores demonstrarem que a avaliação do PIB dos países não tinha promovido a redução da pobreza e nem refletiu o impacto do crescimento econômico nas condições de vida das pessoas, somente em 1990, a partir das contribuições de Amartya Sen (1992, 2005, 2010, 2011), que defendem a incorporação aos indicadores de desenvolvimento do acesso aos bens materiais, culturais e aos serviços essenciais como educação e saúde, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que utiliza como critério de aferição os aspectos sociais, ambientais e culturais e não somente o crescimento econômico. Amartya Sen defende que:

O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades, e se estabelece quando da remoção das principais fontes de privação de liberdade como por exemplo: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos, intolerância ou intervenção excessiva de Estados repressivo (SEN, 2010, p. 16).

O desenvolvimento social, enquanto processo de expansão das liberdades, deve possibilitar a todos o exercício da cidadania ativa, instrumentalizando-os a assumir direitos e responsabilidades. Nesse contexto, é necessário que os direitos humanos fundamentais estejam assegurados, para que a existência, em outras dimensões, possa ser contemplada pelo cidadão. Contudo, há valores que precisam ser compartilhados na sociedade, na perspectiva de construção de uma base comum, com princípios que devem nortear a conduta do cidadão cômico de seus direitos e deveres, para que os objetivos de uma vida pautada na dignidade da pessoa humana e de uma sociedade sustentável sejam uma realidade para todos. Nesse sentido, é

importante recuperar o conceito de desenvolvimento social de Amartya Sen (2010, p.11): “O desenvolvimento pode ser visto como processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, ele deve estar relacionado sobretudo com a melhora de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”.

Para esse autor, a desigualdade social é expressão de não desenvolvimento de um país, cujas liberdades econômicas, sociais e políticas são restritas, o que limita o desenvolvimento na perspectiva de poder fazer uso do exercício dos direitos e garantias fundamentais do ser humano. Assim, Sen atribui a imensa desigualdade social de um país às privações de liberdades que restringem a qualidade de vida de todos. Na mesma linha, Furtado (1964) há muito defende que o desenvolvimento não pode mais ser analisado somente como processo de melhoria promovido pelo crescimento econômico. Nessa perspectiva, Sachs destaca que:

A ideia simplista de que o crescimento econômico bastaria por si só para garantir o desenvolvimento foi abandonada rapidamente e o conceito ganhou complexidade, com sucessivos acréscimos de epítetos: desenvolvimento econômico, social, cultural, social e por fim como última edição, humano para significar que o desenvolvimento tinha por objetivo a plena realização dos homens e das mulheres em vez da multiplicação de bens (SACHS, 2002, p. 47).

Este autor justifica essa profusão de aspectos, que caracterizam o complexo campo de estudos do desenvolvimento, pela centralidade que ele ocupa na preocupação do o que ele denominou “[...] desenvolvimento às avessas, expresso na má distribuição cada vez mais pronunciada entre as nações e no interior delas, desencadeando fenômenos de desemprego em massa, de subemprego e exclusão social, mas que desperdício, destruição de vidas humanas” (SACHS, 2002, p. 49).

Na perspectiva de metrificação do desenvolvimento social, Alcoforado (2012) destaca o trabalho da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), na criação de um cálculo para estabelecer o Índice de Desenvolvimento Social. O método de escores padronizados e a construção de critérios baseados no pressuposto de que a população dos municípios está sendo atendida por serviços de educação e saúde, ao tempo em que tem acesso aos serviços de água tratada e

energia elétrica, resultou no Índice de Desenvolvimento Social (IDS), definido pela expressão  $IDS = INS \cdot INE \cdot ISB \cdot IRMCH$ , em que:

INS – Índice de Nível de Saúde – esse índice é construído a partir das variáveis: doenças de notificação obrigatória e óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidas.

INE – Índice de Nível de Educação – expresso através de medidas quantitativas do atendimento em serviços de educação, na forma de matrículas do ensino formal, do pré-escolar ao ensino superior.

ISB – Índice de ofertas de Serviços Básicos – expresso através das variáveis consumo de água tratada e energia elétrica residencial, considerados serviços essenciais.

IRMCH – Índice de renda Média dos Chefes de Família – expressa o rendimento médio dos chefes de família, supondo toda unidade familiar com um chefe auferindo rendimento mensal (ALCOFORADO, 2012, p. 232).

Contudo, entre os critérios apresentados pela SEI, a educação é o fenômeno social capaz de produzir conhecimentos, compartilhar valores e princípios, além de construir a competência técnica necessária ao mundo do trabalho. Arelado à escolarização e ancorado em diferentes aprendizagens, esse processo educativo é capaz de produzir inovações e, assim, promover o crescimento econômico e seus desdobramentos. Porém, a educação não pode ser vista como único instrumento para construção de uma sociedade menos desigual. No entanto, ela pode fomentar a construção de uma coletividade mais crítica e autônoma.

Como já dito no início desta discussão, já faz muito tempo que desenvolvimento social não pode mais ser entendido como crescimento econômico exclusivamente. É consenso que há fatores que integram esse conceito, uma vez que a complexidade do mundo atual demanda uma série de categorias para análise do processo de desenvolvimento. Há que se contemplar todas as dimensões que fazem parte da vida humana, o social, o político, o cultural e o econômico. Tudo isto porque o ser humano é um ser complexo, que impacta e é impactado por todas as dimensões que se apresentam na sociedade, como relata Sen:

[...] o desenvolvimento não pode ser entendido apenas como incremento da renda, mas também como maiores oportunidades para a equidade e bem-estar, o exercício de direitos e liberdades também tem um valor em si mesmo para a vida e o bem-estar social (SEN, 2010, p. 19).

As proposições de Furtado (1964), Sen (1992, 2010, 2011), Sachs (2002) e Esteve (2009) trazem à reflexão as instâncias sociais e políticas, que influenciam e até mesmo determinam o grau de desenvolvimento de um país, posto que a extinção da miserabilidade e da pobreza são por demais relevantes para a construção do que se possa pensar como um mínimo existencial<sup>1</sup> necessário a toda e qualquer existência humana. No entanto, esse mínimo por si só não propicia efetiva cidadania. Esta só é alcançada quando os direitos sociais da educação, da saúde, da moradia, acesso a instâncias de participação social, respeito aos princípios da transparência, entre outros, forem assegurados através de políticas públicas com foco em uma existência humana plena.

Há que se oportunizar o exercício da cidadania por meio da contenção da desigualdade e o estabelecimento de uma justiça social<sup>2</sup> equânime, que garanta a igualdade de oportunidades sociais e acesso aos bens de consumo, por meio de uma distribuição de renda justa e equilibrada, da valorização e do respeito às diferenças étnico-raciais, de gênero, de classe, religiosas etc.

O desenvolvimento social, legalmente previsto, contempla uma sociedade ecologicamente sustentável, menos desigual, fomentada por uma democracia fortalecida e efetiva, que assegure instâncias de participação na vida da cidade. Só assim pode-se vislumbrar um desenvolvimento social reflexo de um crescimento pessoal sob a ótica da dignidade da pessoa humana, com justiça social presente nas diversas realidades de homens e mulheres, com a liberdade, valores e princípios garantidores de uma existência humana plena.

A compreensão acima disposta, a partir de autores como Sen (1992, 2010, 2011), Sachs (2002), Furtado (1964) e Esteve (2009), apresenta um entendimento de desenvolvimento social enquanto processo em que todas as pessoas tenham bem-estar e qualidade de vida, com saneamento básico, saúde, educação e demais direitos sociais constitucionalmente garantidos e efetivados. Dessa forma, cabe esclarecer o

---

<sup>1</sup> Mínimo existencial é o conjunto de condições mínimas para que o cidadão possa exercer os seus direitos, vincula-se diretamente aos direitos sociais constitucionalmente previstos. (Torres, Ricardo Lobo. 1989).

<sup>2</sup> Uma sociedade justa, na perspectiva de Sen é aquela onde as pessoas possuem opções de escolha e onde o seu bem-estar é levado em consideração, e isso torna as pessoas mais felizes (Sen, 2010).

“que é” ou “como se dá” o desenvolvimento social voltado para uma cidade, que no caso da pesquisa fundante desta tese é a cidade de Salvador, na Bahia.

Sabe-se que a perspectiva de cidade na contemporaneidade se caracteriza por apresentar uma competição desmedida e um individualismo excessivo, que fazem das grandes cidades palco de fragmentações materiais e sociais. Nestas, os mais pobres tornam-se incapazes de lidar com o contexto da própria cidade, que, por outro lado, os exclui. Nesse caso, o exercício dos direitos constitucionalmente assegurados é impedido pelos contingentes de natureza econômica, política ou social e, nas palavras de Milton Santos:

As grandes cidades do nosso tempo são também o lugar onde a ética da competição e a pressão pelo status mais depressa conduzem ao individualismo aberto e possessivo, morosidade, mau humor, hostilidade dissimuladas ou ostensivas, desordens psicológicas, violências crimes, são sintomas diversos de uma mesma síndrome e se encontram no mesmo lugar social, que é o medo. Há medos urbanos de toda natureza: os objetivos, os subjetivos, individuais e coletivos, ocasionais e permanentes, medos fundados e infundados. A cidade do medo termina por criar, todos os dias, novos medos (SANTOS, 2002, p.126).

Face às diferentes configurações e conceitos de cidade que segundo Vasconcelos (1999) se justificam quando se leva em conta o contexto histórico, político, geográfico e temporal dos seus autores, o autor considera importante “[...] questionar se ainda tem sentido para um mundo em que o espaço e as distâncias estão mudando de valor, denominar ‘cidade’ aos diversos fenômenos complexos que encontramos nos diferentes contextos históricos e geográficos” (VASCONCELOS, 1999, p. 1).

Em que pese os valores democráticos serem as diretrizes da maior parte das nações, a igualdade e a justiça social são os objetivos e maiores desafios de uma país que se pretende democrático. A desigualdade social está presente e se destaca no sentido de impossibilitar a mobilidade social e o acesso aos bens de consumo. Uma distribuição de renda equilibrada pode promover o necessário equilíbrio social indispensável para uma vida feliz na cidade, permeada por interações sociais nos mais diferentes espaços públicos dialógicos e essencialmente democráticos (SANTOS, 2002, p. 141).

É notório que o desenvolvimento deva ser visto socialmente como usufruto da riqueza sociocultural coletiva, que propicie a todos o acesso a espaços políticos que promovam a participação social ancorada em princípios e valores democráticos, que priorizem o convívio salutar e bem-estar de todos. A cidade deve, com efeito, promover a justiça social como uma realidade cotidiana. Na medida em que promova o respeito às comunidades em suas singularidades, ela deve ser mediada por políticas públicas estratégicas que promovam a efetiva cidadania e favoreçam a participação social da comunidade no processo de solução dos seus problemas.

Amartya Sen (1992, 2010, 2011) relata que a democracia é o principal meio para conseguir o desenvolvimento econômico e social. Dentre outros motivos, Sen (2010) destaca que “[...] as democracias, por respeito aos direitos civis e políticos de toda a população, permitem levar em consideração os interesses e necessidades dos grupos sociais mais desfavorecidos”. Para ele (1992. p. 62), “[...] o exercício dos direitos e liberdades também tem um valor em si mesmo para a vida e para o bem-estar social”.

O conceito de liberdade está, segundo ele, vinculado à vida e as suas condições materiais, para ele a liberdade é emancipadora quando propicia a participação das pessoas em processos decisivos de suas comunidades.

Mais ainda, Sen (1992, 2005, 2010, 2011) nos diz que as governanças participativas marcaram de forma positiva a história e possibilitaram o desenvolvimento humano nas sociedades. Desse modo, a participação nos processos deliberativos deve deixar de ser um privilégio de poucos e deve ser encarada como um direito de muitos por meio da garantia de direitos e dever de participação.

Para que o desenvolvimento social seja efetivo, os governantes devem garantir o acesso às liberdades básicas como paz, segurança protetora, transparência, direitos básicos como saneamento, saúde, educação, lazer, moradia digna, acesso à terra, à alimentação saudável, à participação social, o que para Sen (2010) só é possível na democracia, posto que ela se fundamenta na relação entre liberdade e participação social. Nessa relação, a garantia de liberdade que uma democracia real traz torna-se

efetiva à medida que os cidadãos possuem acesso à participação na vida pública e, conseqüentemente, à medida que possam tomar parte nas decisões que lhe irão afetar diretamente. Assim, para Sen (2011), a justiça tem vinculação direta com a democracia.

Este mesmo autor (2011) tem uma grande preocupação com o bem-estar da vida humana em sociedade, e sua ideia de justiça é o aprimoramento das capacidades e, conseqüentemente, da responsabilidade. Para ele responsabilidade requer liberdade e os processos democráticos tendem a ampliar o alcance das liberdades humanas, pode-se afirmar que sua teoria valoriza a liberdade em participar dos processos de razão pública (SEN, 1992, 2005, 2010, 2011). Porém, antes, é propício lembrar que o desenvolvimento social demanda uma formação cidadã que dê conta de assegurar o efetivo exercício da cidadania, instrumentalizando-o para lutas legítimas em favor de seus direitos, e que lhe conduzam ao processo de responsabilização pela sua atuação no mundo.

A transformação do ser humano e de seu contexto dependem menos de sua própria vontade e mais de um conjunto de atributos e parâmetros legais, culturais e políticos necessários para que os direitos humanos sejam efetivos e permitam ao homem uma existência digna e plena. Nesse sentido, a formação necessária à cidadania contempla o desenvolvimento de competências socioemocionais que fazem parte do escopo da condição humana e que são inerentes ao papel de cidadão, entre elas: ética, compromisso social, honestidade, resiliência, criticidade. Essas características fazem parte do repertório de competência moral e emocional necessárias ao exercício da cidadania, que podem ser adquiridas por meio das interações nos mais diferentes espaços, dialógicos e, essencialmente, democráticos.

É preciso atentar, que ao considerar somente a perspectiva econômica, que privilegia o crescimento econômico e restringe o desenvolvimento social na perspectiva de justiça social, se produz a desigualdade e a exclusão social. Por essa razão, há que se considerar os aspectos socioambientais do desenvolvimento e isso demanda a construção de instâncias de formação cidadã que devem favorecer o desenvolvimento pessoal e a preparação do cidadão para a participação popular,



inclusive como controle social das atividades do Estado, como possibilidade legal e efetiva de voz para a transformação e favorecimento do desenvolvimento.

Amartya Sen chama atenção sobre os critérios para que o desenvolvimento se realize; desenvolvimento requer que se removam as fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2010).

Como se vê, nessa perspectiva, é a ampliação das liberdades reais que fomentam o desenvolvimento e não somente o crescimento econômico. A liberdade, para Amartya Sen (1992, 2005, 2010, 2011), se estabelece como valor central para o processo de desenvolvimento e o exercício dessa liberdade é sempre mediado pelos valores agregados às interações sociais. Portanto, para este autor, as condições que habilitam o homem a tornar-se livre são o acesso à saúde, à educação, aos poderes sociais, à liberdade política, bem como as oportunidades econômicas. Só assim é que existe desenvolvimento efetivo.

O exercício da cidadania efetiva, fruto da justiça social, deve resultar em políticas públicas estratégicas que integrem fatores econômicos, sociais e políticos contemplando todas as necessidades humanas e a elas atribuindo direitos e assegurando a garantia de acesso e fruição desses direitos. Não há como se pensar que o crescimento econômico dê conta de superar os desafios postos a sociedade, brasileira, visto que a desigualdade, construída historicamente, se constitui em um dos maiores desafios.

É notório que a educação é um fenômeno social que pode favorecer ao ser humano o desenvolvimento pessoal, ao possibilitar a reflexão sobre o seu lugar no mundo e o lugar do outro, seus direitos e responsabilidades na construção e manutenção da cultura e da paz, uma vez que isso lhe permite enxergar o outro como seu igual e, portanto, como ele mesmo, também merecedor de uma vida digna e feliz.

O processo educativo no Brasil, que forma indivíduos para a democracia, é respaldado principalmente pelo artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 2016),

pela Lei de Diretrizes Bases da Educação Brasileira, a LDB 9394/96. Esses documentos devem nortear a ação nas escolas de educação básica e ensino superior, no sentido de instrumentalizar e sensibilizar a todos os envolvidos neste contexto para a prática de uma educação que priorize o respeito à igualdade em todos os aspectos da vida humana.

Ao refletir-se sobre o desenvolvimento social necessário à cidade de Salvador, logo invocamos, neste estudo, a legalmente prevista responsabilidade social da universidade, comprometida com a formação para a democracia e para a convivência humana harmônica com seus pares e com o planeta. Assim, resgatamos o sentido de universidade, que para dar conta dessa formação integral, esta instituição estrutura-se sob o tripé do ensino, pesquisa e extensão e deve promover o respeito a nossa própria humanidade, nossa racionalidade e dignidade.

O desafio posto a universidade é o de formar para a cidadania, para a participação na polis, posto que “[...] a construção da democracia requer a articulação de vários espaços complementares de cidadania: do local ao planetário, passando pelo nacional e pelo regional” (SACHS, 2002, p. 50). Mas, lembramos que cada comunidade tem uma identidade sociocultural que a define e que vincula os seus pares, possibilitando uma vida mediada pelo respeito ao outro, ao espaço e à própria vida. Mais ainda, eles juntos realizam efetiva participação social, inclusive, na perspectiva do controle social.

Nesse sentido, Costa Pinto afirma que “O conceito de participação social precisa ser referido a esferas de organização social determinadas: participação nos benefícios da vida econômica, da educação, do governo da comunidade, nas atividades recreativas etc.” (PINTO, 1973, p.138).

A participação social pode atuar no sentido de promoção da correção dos efeitos da ausência de planejamento na cidade, que contribuem para a segregação social, o processo de exclusão ao uso dos serviços públicos, por uma grande parcela da população, e para a falta de controle sobre o meio ambiente, que demandam uma maior participação da sociedade na construção de solução a esses problemas. Nessa perspectiva, o Estatuto da Cidade veio promover a conquista de uma cidade melhor,

por meio da ampliação do número dos instrumentos democráticos de participação na gestão da cidade. Esses instrumentos se configuram como programas onde o cidadão discute e elege os benefícios que considera importante para a comunidade e isso potencializa os serviços públicos, pois a comunidade participa na elaboração e no controle das políticas públicas, contribuindo para a realização da gestão transparente da cidade (LOPES, 2011).

Conforme o Estatuto da Cidade, a participação social na gestão da cidade pode acontecer de três formas: a) por meio da participação da comunidade no orçamento da cidade, o chamado orçamento participativo, pois por meio desse mecanismo a comunidade pode escolher programas que lhe sejam benéficas; b) promoção da transparência na gestão da cidade, c) direito à informação ao assegurar a realização do direito à informação pública, ainda que seja judicialmente por meio da Ação Civil Pública, cujo titular pode ser o Ministério Público, de qualquer cidadão ou associações. Assim, o Estatuto das cidades estabeleceu em seu art. 43 alguns mecanismos de participação popular:

Art 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I - órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

II - debates, audiências e consultas públicas;

III - conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

IV - iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001, art.43).

Destacam-se entre os principais instrumentos de participação social na gestão da cidade, as audiências e consultas públicas, que se caracterizam como “momentos para o cidadão expor suas reivindicações”. Lopes ainda relata que “[...] a gestão democrática da cidade é um caminho para reduzir desigualdades sociais e assegurar que os direitos fundamentais serão efetivados, proporcionando a inclusão social e econômica das classes desfavorecidas” (LOPES, 2011, p. 5).

No que se refere à relação entre participação social e o controle social, assim afirma Ferreira:

A gestão participativa viabiliza tanto fiscalização pela população dos atos de governo como a exigência da probidade e transparência na

gestão pública, sendo que esta consiste não só em torná-la pública, mas também clara e acessível; passível de questionamentos e impugnações. O controle social é de extrema importância para evitar a indesejável e tão comum confusão entre o público e privado, tanto por meio de práticas patrimonialistas quanto corporativistas, que subvertem o interesse público (FERREIRA, 2012, p. 4).

A participação social efetiva deve ser considerada como elemento fundamental na consolidação do Estado Democrático, com a necessidade de ser estimulada em todas as instâncias fomentadoras da democracia, nas agências de desenvolvimento pessoal, como escolas e outros espaços de formação humana, com destaque para as universidades, que se estabelecem como espaço de produção do conhecimento, historicamente construído, no âmbito das tecnologias e inovação. Desde os objetivos legalmente postos à universidade a uma prática pedagógica transformadora, a universidade necessita ser inclusiva e igualitária, precisa favorecer o diálogo, as trocas de experiências e a construção de relações sociais saudáveis, todos estes, elementos propulsores do desenvolvimento social, conforme Sachs:

[...] penso que o desenvolvimento constitui, também uma onda sísmica na história longa, balizada no decorrer de meio século pela independência dos países coloniais, pela emancipação das mulheres, pela emergência da sociedade civil organizada como detonadora de um terceiro sistema auto instituído de poder, ao lado do poder político e do poder econômico (SACHS, 2002, p. 47).

Nesse sentido, a universidade tem papel fundamental na construção de um projeto de sociedade democrática e participativa, dado que uma instituição de ensino superior deve se estabelecer como agência de formação para a cidadania, ao possibilitar a construção do conhecimento através da interação entre homens e mulheres críticos/as, resilientes e reflexivos, capazes de conviver de maneira harmônica com o meio ambiente e com seu semelhante.

O processo educativo formal de desenvolvimento pessoal e social empreendido pela universidade é efetivo quando se fundamenta na justiça equânime expressa no tratamento conferido a todos e todas, considerando a desigualdade. Isso se configura numa educação que respeita as especificidades de cada um, observando e valorizando sua cultura e sua visão de mundo, o que possibilita a construção de um ser crítico e reflexivo capaz de atuar e analisar, racionalmente, o processo de

desenvolvimento social enquanto partícipe do mesmo. Para Costa Pinto, isso é fundamental, pois:

O pensar racionalmente sobre o desenvolvimento vai se tornando, cada vez mais, uma exigência premente, quando o próprio desenvolvimento, na medida em que avança, vai deixando de ser um puro tema de debate demagógico ou uma operação técnica que só aos técnicos interessa, e passa a ser vivido como aquilo que realmente é: grande experiência humana, que envolve tudo e a todos, quotidianamente vivida por uma sociedade inteira (PINTO, 1973, p.151).

Contudo, embora a dimensão econômica seja muito importante, ela sozinha não determina o desenvolvimento numa perspectiva de justiça social, isso porque as dimensões cultural, social e política são estruturantes para o processo de desenvolvimento de um país. Nesse sentido, além dessas dimensões, há que se considerar a necessidade do homem em pensar racionalmente sobre o espaço e sobre si. Isso oportuniza a reflexão sobre o seu lugar no mundo e sobre o papel social das organizações e do próprio Estado na vida de homens e mulheres. Nesse sentido, Alcoforado (2012) propõe que:

[...] as estratégias políticas de desenvolvimento devem também procurar, manter e ampliar o estoque de capital social em uma comunidade, fortalecendo a auto-organização, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais (ALCOFORADO, 2012, p. 42).

O autor destaca ainda a importância da participação da sociedade civil organizada nas decisões do governo. Ele atribui as desigualdades sociais existentes no Brasil à fraqueza dos movimentos sociais, e os considera incapazes de exigir das classes dominantes e do governo nos níveis federal, estadual e municipal, concessões que se traduzam na adoção de políticas públicas econômicas geradoras de emprego e renda e compensatórias do ponto de vista social. Para ele, o Estado deve se colocar a serviço da sua população, e a sociedade civil deve ser organizada. Sindicatos e partidos progressistas devem ser suficientemente fortes para exercerem influências mais fortes nas decisões do governo.

A universidade, enquanto instância de formação para a cidadania ativa, deve favorecer a tomada de consciência das vias de acesso à cidadania efetiva por meio da participação social para o desenvolvimento das cidades. Scocuglia (2003) defende

a proposição freiriana de educação em sintonia com a realidade e a situa como adequada ao desenvolvimento nacional e à democracia liberal. O autor concorda com Paulo Freire (1982, 1983, 1987,1996) quando afirma que o processo educativo deve ser gerado na discussão dos problemas da comunidade, e que esse processo deve se realizar num “clima democrático-personalista-comunitário” (SCOCUGLIA, 2003, p. 38). Nesse sentido, concordamos com o autor de que a educação deve ser capaz de qualificar a sociedade civil, preparando-a para a participação social efetiva.

A perspectiva de desenvolvimento de Amartya Sen (2010) se estabelece a partir de critérios como bem-estar, qualidade de vida da sociedade e liberdade política, dentre outros, e não apenas com o crescimento econômico mensurado pelo Produto Nacional Bruto (PNB) ou rendas individuais. Nesse sentido, a educação emancipatória defendida por Paulo Freire é fundamental para promoção e consolidação do tipo de desenvolvimento que Sen (2010) postula. Tanto Freire (1982, 1983, 1987,1996) quanto Sen (1992, 2005, 2010, 2011) consideram o desenvolvimento das liberdades básicas como basilares ao desenvolvimento humano. Ambos autores relatam que a ausência de liberdades dos sujeitos é caracterizada pela presença de privações e oportunidades que comprometem o processo de desenvolvimento pessoal.

Sen (1992, 2005, 2010, 2011) elaborou a figura do **sujeito agente** e Freire (1982, 1983, 1987,1996) construiu a figura do **sujeito crítico e reflexivo**.<sup>3</sup> Tais construtos demandam obrigatoriamente uma educação de caráter emancipatório que os prepare para a participação social ativa, posto que o exercício pleno da cidadania os transforma em protagonistas de sua própria história, agentes do desenvolvimento que postulam para suas comunidades vez, voz e direitos.

Segundo Sen, existem várias formas de liberdade e a condição de agente é limitada pela ausência de oportunidades sociais, políticas e econômicas, posto que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. [...] Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de

---

<sup>3</sup> Destaque da autora com o propósito de reafirmar a relação entre os pensadores.

restrições impostas a liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2010, p. 17-18).

Para este mesmo autor (1992, 2005, 2010, 2011), a consolidação do desenvolvimento demanda que as pessoas tenham liberdades asseguradas, como por exemplo, para participar de decisões do poder público no que se refere à construção de políticas públicas para o desenvolvimento de suas comunidades. Assim, para ele desenvolvimento significa, sobretudo, a expansão das liberdades, ou seja, liberdades são, efetivamente, o próprio desenvolvimento. Sen (1992, 2005, 2010, 2011), nesse sentido, identifica cinco tipos de liberdades instrumentais necessárias à promoção do desenvolvimento:

**Liberdades políticas:** referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos.

**Facilidades econômicas:** são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar os seus recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Em palavras mais simples, é a capacidade de poder com seus próprios recursos adquirir o básico para o seu sustento e desenvolvimento.

**Oportunidades sociais:** disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação e saúde, as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (por exemplo, levar uma vida saudável, livrando-se da morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo, alguém que não teve o seu direito à educação garantido pode ter sua capacidade de participação política diminuída pela pouca habilidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas.

**Garantias de transparência:** referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com outros sob garantias de dessegredo e clareza. As garantias de transparência (incluindo o direito à revelação) podem, portanto, ser uma categoria importante de liberdade instrumental. Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

**Segurança protetora:** necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta, e em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados. (SEN, 2010, p.58)

Na concepção de Sen (2010), somente quando o homem desfruta dessas liberdades é que ele adquire o que o autor determinou de “condição de agente”, que significa se encontrar apto a provocar mudanças por tornar-se um participante ativo da sociedade, capaz de interagir de forma significativa no mundo e exercer os seus direitos políticos e civis. Dessa forma, quando obtém “oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem [...] moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros e adquirir uma sólida base racional para reconhecer o papel positivo da condição de agente livre e sustentável [...]” (SEN, 2010, p. 26).

Analisando as obras de Sen e de Freire, é possível estabelecer uma relação entre o **sujeito crítico e reflexivo** de Freire e o **sujeito agente** (agente livre) de Sen e resgatar o conceito de cidadania para ambos. Os dois autores compartilham vários aspectos e discordam de outros tantos sobre os conteúdos apresentados. Por exemplo, para Freire (1987), o movimento de libertação deve partir dos próprios oprimidos, posto que não basta que o oprimido tenha consciência da opressão, mas que se disponha a transformar essa realidade. Assim, o autor formula uma concepção de educação emancipatória, na qual a produção de conhecimentos é coletiva, pois “[...] a educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham” (FREIRE, 1987p. 46).

Essa concepção emancipatória da educação que Freire (1982, 1983, 1987, 1996) baseia-se na compreensão do que é consciência e do que é mundo. Ele propõe que se supere a relação vertical entre educador e educando e se instaure a relação dialógica, na qual as trocas de significado e de sentido aconteçam e não lhes sejam impostas. Dessa maneira, “No processo de reflexão sobre o seu papel e lugar no mundo, a chamada leitura de mundo, o homem percebe-se capaz de transformar-se e transformando-se ele transforma a sua realidade” (FREIRE, 1982, p.59)

Freire (1982, 1983, 1987, 1996) defende uma educação que promova o debate entre o homem e a cultura, entre o indivíduo e o trabalho, um diálogo entre o ser humano e o planeta onde vive, um exercício que prepara a todos para viverem as inconstâncias e incertezas de seu tempo e os instrumentaliza a intervir para construir



um mundo melhor para todos, ela deve ser mediada pelo diálogo, com vistas a ampliar a visão de mundo do homem, qualificando-o a transformar-se e transformá-lo,” e isso é, antes de tudo, uma atitude de amor, humildade e fé nos homens, no seu poder de fazer e refazer, de criar e recriar” (FREIRE, 1996, p. 81).

A perspectiva de educação de Freire forma para a cidadania e caracteriza-se como um processo de desenvolvimento de um indivíduo em alguém reflexivo e crítico, resultado de uma educação problematizadora que se estabeleça como ação cultural, mediada pelo diálogo, que promove o protagonismo, a autonomia e a consciência sobre o seu lugar no mundo. Essa educação politizada deve problematizar a realidade do homem por meio do diálogo, levando-o a refletir e que o qualifique a assumir o controle de sua vida, de seu destino. A liberdade e a autonomia estão no centro da educação freiriana, instrumentalizando-o à cidadania efetiva.

No que se refere à educação, Sen relata que “Não estar apto a ler ou escrever, ou contar e se comunicar, é um meio de privação [...] Qualquer país que negligencia a educação fundamental tende a fadar suas pessoas analfabetas ao acesso inadequado às oportunidades do comércio global” (SEM, 2010, p. 21-22). Para o autor, uma pessoa que não consegue ler e entender está em desvantagem para conseguir alcançar a liberdade e se tornar agente de sua própria vida, visto que o “[...] analfabetismo pode abafar as oportunidades políticas dos menos favorecidos, reduzindo suas habilidades para participar de arena política e expressar demandas de forma eficaz” (SEN, 1992, p. 23).

Nessa mesma perspectiva, Freire (1990) assegura que o analfabetismo nas suas diversas facetas cria ou proporciona a possibilidade de perpetuação da exclusão social, mormente no âmbito cultural, político e econômico. Deste modo, cabe frisar que o conceito de Freire possui um destaque especial em relação ao de Sen ao assegurar a relevância da leitura do mundo como relevante à prática e mudança social, ou seja, ele entende a relevância do ler e escrever, mas amplia o conceito da alfabetização.

Para Freire, “[...] não é possível que se promova na comunidade uma educação onde os educadores pensem somente nos conteúdos” (FREIRE, 1990, p. 51). Para o

autor, o ato educativo deve ser sempre um ato de recriação, de ressignificação que visa à libertação. Essa libertação não se dá somente no campo cognitivo, mas acontece, essencialmente, nos campos social e político e promove a ampliação das liberdades de Sen (2010) à medida em que o cidadão se instrumentaliza para aproveitar as oportunidades sociais e ampliar a sua participação social nos processos decisórios da sua cidade.

Portanto, Freire (1964, 1982, 1983, 1987, 1993, 1996, 2003) e Sen (2010) mostram a necessidade de uma educação que promova o desenvolvimento social, ao instrumentalizar a comunidade para que ela aja em prol de seus interesses e seja capaz de transformar sua realidade, tornando-se protagonista de sua história ao participar ativamente da vida política e social da cidade, tornando-a agente de transformação social.

Numa sociedade tão desigual, na condição de excluído, cada cidadão ser dado as condições para sair dessa situação e poder gerar mudança social. Segundo Sen:

Importa ressaltar também o papel instrumental da expansão de capacidades na geração da mudança social (indo muito além da mudança econômica). De fato, o papel dos seres humanos, mesmo como instrumentos de mudança, pode ir muito além da produção econômica (para a qual normalmente aponta a perspectiva do “capital humano”) e incluir o desenvolvimento social e político (SEN, 2000, p. 325).

Como se vê, para Freire (1964, 1982, 1983, 1987, 1993, 1996, 2003), a educação deve propiciar a consciência ética a favor da justiça social, que juntamente com o ordenamento jurídico, que serve de diretriz ao exercício das liberdades individuais e à consolidação da cidadania efetiva; para Sen (1992, 2005, 2010, 2011) é extremamente relevante pensar a ampliação das liberdades, como a democratização do acesso à educação, à saúde, à moradia digna, dentre outros, que são critérios balizadores do desenvolvimento social.

Freire conceitua cidadão como “[...] indivíduo no gozo de seus direitos civis e políticos de um Estado” (FREIRE, 1993, p. 32), ou seja, a cidadania é, para este autor, uma forma de visão de mundo em que a educação tem o mérito de formar para a

cidadania, ao promover espaços de reflexão sobre ele mesmo, sua realidade e possibilidades de transformá-la.

Para Sen, o crescimento econômico, apesar de muito importante, não basta para promover o desenvolvimento social. É necessário também que haja o aumento da qualidade de vida, do bem-estar, das oportunidades e das liberdades que os indivíduos desfrutam, porque só assim eles obterão a condição de agente. A realização da condição de agente de uma pessoa refere-se à realização de objetivos e valores que ela tem razão para buscar, estejam eles conectados ou não ao seu próprio bem-estar. Uma pessoa, como agente, não necessita ser guiada somente por seu próprio bem-estar e a realização da condição de agente, refere-se ao seu êxito na busca da totalidade de seus objetivos e finalidades ponderados (SEN, 2001)

Por todo o exposto, Freire e Sen defendem o desenvolvimento de liberdades, a oferta de oportunidades às pessoas, enfim, a justiça social, aqui entendida como distribuição equânime dos bens e serviços sociais. As ideias de Sen (1992, 2005, 2010, 2011) e Freire (1964, 1982, 1983, 1987, 1993, 1996, 2003) convergem na medida em que a condição de agente livre de Sen assemelha-se em muito ao sujeito crítico de Freire. Ambos os conceitos valorizam e incentivam o cidadão a ser ativo e crítico, sobretudo não conformado com a sua condição de exclusão e marginalização. Uma das condições para sair da opressão e da exclusão perpassa pela aceitação da condição e ser agente da mudança.

Nesse sentido, para que o sujeito crítico e reflexivo, aquele que possui a condição de agente livre seja forjado, há que se outorgar todos os tipos de liberdades, uma vez que não se pode pensar em desenvolvimento humano sem antes mitigar as privações e ausências de oportunidades sociais. Dentre elas, a formação educacional advinda de uma prática libertadora, emancipatória, produtora de autonomia e capaz de transformar a vida da comunidade, qualificando-o para a luta pela ampliação de todas as liberdades por meio de uma participação social efetiva nos processos de governança da cidade.

## 2.1 Governança, Participação Social e Educação

Segundo a Constituição cidadã de 1988, o Estado Democrático de Direito deve ser garantidor da efetividade dos direitos humanos e nesse sentido deve prepará-lo para o usufruto desses direitos por meio de uma formação que o subsidie para uma participação social ativa no sentido de lhe permitir participar de processos decisórios, monitorar e avaliar as políticas públicas que interessem à sua comunidade. Nesse contexto participar do processo de governança é o seu objetivo, e por governança compreendemos, segundo Esteve (2012) como:

[...] ação do governo que tem múltiplas dimensões normativo-legal, provedora e de gestão de serviços: porém, ao ter como seu principal objetivo a colaboração entre a sociedade civil e o governo para responder aos desafios sociais (ESTEVE, 2012, p.57).

Dentre os desafios sociais destacamos : a superação da desigualdade social e o exercício da cidadania ativa que deve ser vista como conquista e não como privilégio de alguns. Nesse sentido as políticas afirmativas tem sido extremamente importantes para promoção da igualdade e no que se refere a inclusão de grupos historicamente excluídos já avançamos muito em termos de ampliar o acesso ao ensino superior e concessão de programas de emprego e renda para classes menos privilegiada porém temos muito a fazer no sentido de garantir um tratamento equânime a todos.

A colaboração entre o governo e a sociedade civil é indispensável para a consolidação da democracia, no sentido em que os cidadãos sejam partícipes das decisões sobre os rumos da cidade. A sociedade civil e suas demandas precisam estar presentes para discutir sobre as prioridades e os problemas das comunidades. Essa relação deve ser mediada pelo diálogo para que a sociedade possa externar os seus anseios e necessidades, na governança a sociedade civil e o governo devem estar conectados em nome de uma qualidade de vida para todos, plena de oportunidades sociais e já superado o grande fosso da desigualdade que ainda assombra a todos.

A governança enquanto ação do governo, possui “valores próprios da governança e que a faz avançar como modo de governar são: respeito, tolerância, participação, racionalidade, confiança, compromisso e colaboração” e tais valores

precisam ser apreendidos por meio de um processo educativo que lhes permita a reflexão sobre a razão de ser do governo e seu papel na vida da cidade além das estratégias de ação colegiada entre a sociedade civil e o governo para o alcance do interesse público. (ESTEVE, 2012, p.56).

Nesse sentido é indispensável a participação efetiva do cidadão, pois é por meio do compromisso com sua comunidade que se realiza o bem comum, é no processo de governança por meio das discussões sobre o atendimento aos interesses de grupos mais vulneráveis, por exemplo que sua participação se expressa através do acompanhamento sistemático das políticas públicas e de um controle social efetivo.

A governança democrática conforme estabelece nossa Constituição cidadã que concebe o processo educativo como formador de cidadãos capaz de atuar numa gestão compartilhada das cidades. A tarefa do governo na promoção de um processo articulador de uma ampla cooperação pública-privada que efetivamente pode contribuir para o cidadão no desenvolvimento humano.

Nesse sentido, as universidades podem contribuir de forma relevante para formar cidadãos críticos capazes de transformar informação em conhecimento útil à sociedade e desta forma ampliar o capital cultural da cidade, neste contexto a cidade da informação é a mesma cidade da educação e por conseguinte forma uma sociedade educadora, onde todos tenham acesso à uma educação que lhe permita a consciência dos seus direitos e a responsabilização por seus deveres.

É somente por meio de processos formativos baseados em valores e princípios humanos que sensibilizem o sujeito, levando-o a refletir, a questionar a sua própria condição de cidadão, levando-o a defender a articulação entre o desenvolvimento econômico a equidade e a sustentabilidade, fortalecendo a democracia e o respeito aos direitos civis e políticos de todos.

A educação fomentada por meio de valores trabalhados a partir da aceitação racional das diferenças entre diferentes grupos sociais e culturais, essa educação se estabelece como um processo capaz de formar para a tolerância entre os povos, como

uma dimensão capaz de educar para a cultura da paz como construção coletiva, por meio da participação social efetiva.

Nesse sentido, Dallari (1984, p. 44), nos assegura que “em termos individuais a participação significa uma constante busca de caminhos bem como o aproveitamento de todas as oportunidades para conscientizar os outros e para cobrar a participação de todos”.

Por outro lado, a despeito da relevância da participação como instrumento formacional, muitos negam esse envolvimento, para Dallari (1984), isso se deve a dois motivos: primeiro é a não consciência da necessidade de participação nos fóruns das diferentes esferas, especialmente nas tomadas de decisões e segundo é o não entendimento de que a omissão nos momentos decisivos pode trazer prejuízos individuais e coletivos. Portanto, a conscientização é um dos passos fundantes para que haja uma participação efetiva.

A participação deve ser vista para além de momentos de resolução de problemas, pois possibilita desenvolver diversas faculdades (BORDENAVE 2008). Ainda Bordenave (2008, p. 17), assegura que “tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. o fruto ideal do homem só se dará numa sociedade participativa”.

Ampliando um pouco mais esse conceito, Demo (1999, p. 18), nos diz que a “participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: Infundável, em constante vir a ser, sempre se fazendo conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir”.

Nas diversas esferas há que questionar sempre a natureza e os sentidos da participação dos indivíduos ou dos grupos. Deste modo, Dallari (1984) levanta essa questão e faz a distinção entre a participação formal e a participação real. A primeira forma de participação se dá quando indivíduos desempenham papéis que a princípio parecem relevantes, mas que sutilmente são vedadas a participação nas questões de maior relevância. A segunda forma é aquela em que as ações ou participação dos

indivíduos influenciam as decisões que são consideradas essenciais para vida da organização ou da sociedade.

Deste modo, a finalidade da participação cidadã é o envolvimento da cidadania no desenvolvimento da cidade, essa participação deve ser qualificada por meio de processos formativos que podem contribuir para o desenvolvimento social da comunidade à medida que pode interferir nos processos decisórios, questionando, discutindo e sugerindo estratégias de ação do Estado no que se refere a promoção da inclusão social e superação da desigualdade. O enfrentamento dos problemas sociais que atingem mais duramente os menos favorecidos precisa ser prioridade de todos e neste contexto, Esteve (2012) relaciona os principais atributos para a prática da governança e que devem ser desenvolvidos em processos formativos:

- Saber escutar: A capacidade de uma escuta sensível, capaz de acolher e incluir a todos é extremamente importante para a participação cidadã, à medida que possibilita entender o ponto de vista dos outros.
- Empatia: A empatia torna o sujeito capaz de se colocar no lugar do outro e assim entender suas especificidades e assim acolhê-lo.
- Imaginação: A imaginação leva o sujeito a imaginar infinitas possibilidades de ser e de viver.
- Inovação: A inovação deve ser acompanhada da difusão dos conhecimentos construídos e assim pode promover mudanças de práticas sociais.
- Habilidade no trato: Por meio da habilidade no trato o sujeito convive de forma harmônica com todos, tratando-os com gentileza e respeito.
- Curiosidade para conhecer todos os pontos de vista: A curiosidade permite questionar, especular e por fim conhecer a todos.
- Aprender de maneira continuada: O aprendizado contínuo é necessário para que o sujeito possa sempre estar interado sobre novos conhecimentos, mudanças e inovações.

Assim, é por meio da educação que o sujeito se empodera, tornando-se cômico de seu lugar no mundo, suas responsabilidades e direitos, nesse sentido por meio da educação se constrói a cidadania ativa, pois os processos formativos

problematizadores são capazes de promover a reflexão sobre ele mesmo e sobre o outro e sobre o mundo em que eles vivem.(FREIRE,1967)

Para Freire (1967), a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica “não se daria automaticamente, mas somente por efeito de um trabalho educativo crítico com esta destinação” e para ele esse deve ser o compromisso da extensão universitária.

Nesse sentido, os processos de extensão promovidos pela universidade devem possibilitar o desenvolvimento dos atributos humanos, para que os sujeitos assim formados possam exercer sua cidadania por meio de uma participação social qualificada, que possibilite efetivamente ser parte ativa no processo de governança da sua cidade, na promoção do desenvolvimento social, que enquanto processo de mudança de mentalidades e de posturas demanda cada vez mais processos de formação cidadã capazes de promover o protagonismo e a criticidade necessárias ao cidadão para que se converta em agente de mudança. Tais processos devem ser realizados pelas universidades para que as comunidades tenham acesso aos conhecimentos científicos que tornam a vida mais rica e plena de realizações e se percebam capaz de participar ativamente da gestão de sua comunidade



### 3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E CURRICULARIZAÇÃO

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo,  
os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.  
(FREIRE, 1987, p. 40)

Para este capítulo, discute-se o conceito de extensão universitária, a sua curricularização e seu lugar no contexto universitário, através da legislação que respalda esta atividade típica da universidade. Depois, apresentam-se as políticas e programas voltados para extensão, com destaque para a relação universidade versus comunidade, os projetos e práticas de extensão. Para finalizar, procura-se mostrar como os diversos projetos podem favorecer a formação cidadã e emancipatória.

Para se iniciar a discussão sobre extensão universitária, é necessário lembrar que o Estado Democrático de Direito demanda instâncias de construção de saberes emancipatórios e promoção de cidadania. A universidade se constitui como instância por excelência da construção de novos conhecimentos e inovação, bem como da sistematização dos conhecimentos historicamente construídos e que devem ser reafirmados para permitir a difusão de valores e princípios na perspectiva de construção de uma coletividade crítica, autônoma, reflexiva e resiliente, enfim, de uma comunidade cidadã. Enquanto espaço complexo e consolidador da condição humana, a universidade se configura sob uma estrutura basilar fundamentada no ensino, pesquisa e extensão. Essas três dimensões permitem a produção e difusão dos conhecimentos ali construídos.

Enquanto instituição milenar, através dos tempos, a universidade promoveu a produção e o acesso ao conhecimento historicamente construído, além de possibilitar, em grande medida, a inovação e o progresso nas mais diversas áreas do conhecimento humano. Sendo assim, seus objetivos estão para além da produção do conhecimento científico, ela apresenta também para a sociedade um projeto de

civilização em que a democracia e a justiça social possam se realizar. Todo este pensar concorda com Santos (2006), que afirma:

A concepção mais ampla de responsabilidade social, de participação na valorização das comunidades e de intervenção reformista nos problemas sociais comuns continua vigente no imaginário simbólico de muitas universidades e de muitos universitários e tende a reforçar-se em períodos históricos de transição ou de aprofundamento democráticos (SANTOS, 2006, p. 209).

Com o intuito de conduzir o ser humano ao um pleno desenvolvimento pessoal e social e, assim, prepará-lo para a vida harmônica em sociedade, ao participar da universidade, quer seja na dimensão do ensino, da pesquisa ou extensão, o ser humano deve ser capacitado à problematizar a realidade onde ele está inserido e o seu papel no mundo, uma vez que reitera sua capacidade de produzir coisas, atribuindo-lhes sentidos e significados, inclusive, à sua própria existência.

O ensino universitário, na perspectiva cidadã, deve caracterizar-se como um momento de construção coletiva de conhecimentos úteis à sociedade. Concordamos, assim, com Anísio Teixeira, quando destaca a relevância da universidade no processo de instrumentalização do homem para a vida moderna, que demanda muito mais que mera competência técnica. Para este autor:

É de suma importância que que a universidade não só arme o homem com instrumentos indispensáveis ao seu novo poder mecânico e econômico, mas traduza em sentimento e imaginação a significação do novo tipo de vida, a que ele está sendo conduzido em face do progresso científico, cada vez mais amplo e mais extenso (TEIXEIRA, 1953, p. 21).

A extensão é a dimensão que retrata o compromisso social da universidade. Ela é responsável por manter uma relação dialógica com a comunidade, traduzindo para as Instituições de Ensino Superior, as IES, como são comumente chamadas, os anseios da sociedade em que está inserida, ao tempo em que promove a difusão e o acesso ao conhecimento científico por ela produzido. É através da extensão que a universidade se comunica mais diretamente com a comunidade, numa troca de saberes, em um diálogo que possibilita a ambas perceberem-se capazes de se transformarem e transformar a realidade.

Nesse processo dialógico, a IES pode (e deve) continuamente questionar suas posições, posturas e seus fins e, desse modo, definir a sua própria identidade social, visto que a extensão favorece, além da socialização do conhecimento construído, a sua difusão crítica, o que a faz cumprir seu papel social, para além da produção do conhecimento. Conforme Tavares e Freitas, devemos:

Considerar a extensão como espaço de interlocução entre o ensino e a pesquisa, difusão do conhecimento e integração entre universidade e sociedade, fortalece o reconhecimento do papel e da importância da mesma tanto para a formação dos acadêmicos quanto para a construção e reconstrução dos conhecimentos científicos e conhecimentos teórico-práticos (TAVARES; FREITAS, 2016, p. 40).

Muito mais do que atender às necessidades emergenciais da comunidade, a extensão deve ser vista como espaço de realização, problematização e diálogo, sobretudo, como uma possibilidade de superação de diferentes desafios postos à sociedade, no que se refere à instrumentalização do sujeito para o exercício efetivo de sua cidadania. Porém, essa atividade exige e tem legislação própria. Assim, um breve histórico ajuda no entendimento das normas e regras estabelecidas.

A extensão universitária surgiu com as universidades europeias no medievo, caracterizada por ações religiosas de natureza filantrópica. No entanto, foi na Inglaterra no século XIX que, efetivamente, ela teve início e expandiu-se levando o conhecimento científico produzido internamente para aqueles que não podiam frequentá-la. Estes conhecimentos eram fundamentais para o mundo recém transformado social e economicamente, pois a revolução industrial criou diferentes demandas para as universidades de então (ROCHA, 2001).

No que se refere à difusão do conhecimento científico, os docentes, então chamados de missionários, realizavam conferências sobre diversos temas em diferentes lugares, sem estabelecer, no entanto, uma relação dialógica com a sociedade. Esses eventos eram oferecidos a universitários e não universitários, como um tipo de extensão. Esse “modelo” inglês passou a ser considerado como referência para os Estados Unidos, a partir do *Land Grant Colleges*, e se caracterizava como extensionismo cooperativo e rural e, em certa medida, deu origem às Escolas Superiores. Ainda nos Estados Unidos, a extensão se apresentava “[...] sob forma de prestação de serviços técnicos, difusão técnico-científica, realização de cursos

profissionalizantes, educação à distância, educação permanente, cursos noturnos e outras opções, com grande diversidade de metodologias ou tecnologias” (ROCHA, 2001, p. 17).

No caso do Brasil, no período de 1931 a 1961, a extensão tinha o caráter de prestação de serviço, num esforço concentrado para articular a universidade e a sociedade. Mais adiante, em 1967, o presidente da República Castello Branco, por meio do Decreto-Lei nº 252/67, artigo 10º, assim delibera “A universidade deverá estender à comunidade sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes” (BRASIL, 1967).

Em 1968, a Lei nº 5.540/68 traz a reforma universitária, que ratifica o Decreto-Lei nº 252/67, no que tange a estabelecer a extensão como prestadora de serviços e de cursos, configurando esta ação universitária como uma das funções autônomas da Universidade. A partir de 1985, a concepção de extensão muda e, então, esta atividade passa a ser articuladora das funções de ensino e pesquisa, aglutinando saberes e fazeres ao exercício da transformação social, que ora se fomentava.

Para Reis, nessa época, “[...] a extensão se expressava como como uma ação vinculada, contínua, processual de uma nova política, uma nova filosofia, uma nova postura de ação de Universidade” (REIS, 1992, p. 69). Com a democratização do país nos anos 80, foi demandada às universidades uma nova abordagem acadêmica, técnica e, sobretudo, política, mais condizente com o novo Estado democrático, no sentido de dar conta desses desafios.

A partir de 1980, a ampliação do número de vagas e a criação de novos cursos foram ações prioritárias nas universidades públicas, bem como o aumento do processo de extensão. Nesse sentido, havia a necessidade de aproximar a universidade da sociedade, com foco em processos de formação cidadã. Desde então, a universidade orienta-se por processos de maximização da eficácia e eficiência organizacional e, mais que nunca, fundamenta-se no tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão, conforme preceitua o artigo 207 da Constituição Federal da República: “As universidades gozam de autonomia didática/científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2016).

É notório que durante todo o governo militar (1964-1985) a extensão universitária se afirmou como contributo ao Projeto Desenvolvimento e Segurança do Brasil, cujo objetivo era, sobretudo, promover a integração nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96, não cita a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, mas apresenta essa última como função vinculada ao ensino como prestação de serviços e transmissão de conhecimentos científicos. A LDB nº 9.394/96 trouxe a diretriz para promoção, através da ação extensionista dialógica, participativa, conforme defendia (FREIRE, 1982), não mais como um mero processo de transmissão dos conhecimentos científicos, e sim como uma troca de saberes com a comunidade, conforme desprende-se do seu artigo 43, parágrafos IV, VI e VII:

[...] IV – promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e profissional que constituem patrimônio da humanidade;  
[...] VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente em particular os nacionais e regionais, prestar os serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;  
[...] VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas pela instituição (BRASIL, 1996, p. 21).

Os normativos que daí derivam tratam de disciplinar a realização da LDB nº 9.394/96, como o Parecer CNE/CES 776, de 03 de dezembro de 1997, aprovado pela Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece para as Instituições de Ensino Superior “[...] a flexibilidade e a qualidade de formação oferecida aos estudantes”. (BRASIL, 1997, p. 6). Esse documento apresenta princípios curriculares para os cursos de graduação e, conforme o CNE/CES, essas orientações curriculares deverão servir de referência para todas as IES, que como se vê devem: “[...] fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão”. (BRASIL, 1997, p. 6). Também temos a Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação (PNE) – que estabelece que os cursos de graduação devem:

Estabelecer, em nível nacional diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade de programas de estudos [...] de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas

clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem (BRASIL, 2001, p. 44).

Muitos são os desafios postos à efetividade da legislação educacional brasileira no âmbito da extensão universitária que se impõem à Universidade na atualidade, dentre os quais destacamos: o seu papel na difusão da ciência e da tecnologia produzida pela IES; e o fomento de projetos e programas que atendam às necessidades e anseios da sociedade para além da formação técnica/profissional, mas que contemplem as dimensões política, social, cultural e ambiental, construídas por meio de um processo dialógico de troca recíproca de saberes, no qual, então, poderá haver a produção coletiva de conhecimentos e a construção de uma sociedade efetivamente cidadã.

O Plano Nacional de Extensão Universitária norteia as políticas e programas voltados à extensão, já que esse documento estabelece os critérios para a execução das ações extensionistas, dentre os quais temos: a indissociabilidade da extensão com o ensino e a pesquisa; a prioridade à perspectiva interdisciplinar e interprofissional; assegurar uma relação dialógica da universidade com a sociedade; e, por fim, impactar na formação do estudante e contribuir com a transformação social.

O Parecer CNE nº 608/2018, em seu Art. 5º, apresenta a estrutura, a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior, dentre as quais destacamos:

[...] a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; [...] a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. (BRASIL, 2018, p. 18).

É notório que uma extensão universitária que se pretenda significativa, no que se refere à construção de uma “cidadania efetiva”, deve estender-se para além da transmissão dos conhecimentos científicos e deve se constituir como espaço de debates e diálogos sobre a realidade inerente da maioria da população, especialmente para os mais vulneráveis, os socialmente excluídos. Assim, a extensão universitária deve lhes propiciar qualificação e educação permanente que lhes ponha à disponibilização de novos meios e processos de produção, inovação e transferência

de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber científico, ao desenvolvimento tecnológico e social do país, numa relação recíproca onde os saberes populares e toda forma de cultura seja apreendida pela universidade. Para Tavares e Freitas, é papel da Extensão Universitária tornar-se:

[...] efetiva e importante para a formação do sujeito e conseqüente transformação da sociedade na ocasião em que o processo estiver centrado na produção, ressignificação e socialização do conhecimento construído coletivamente (TAVARES; FREITAS, 2016, p. 46).

Para atender ao objetivo de responder às necessidades da sociedade, a Política Nacional de Extensão definiu áreas temáticas que deverão categorizar o trabalho das IES, são elas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Produção e Trabalho. Essas áreas, definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, incluem (FORPROEXT, 2012):

- Comunicação – oportuniza a participação dos atores sociais e o diálogo e deve fomentar o intercâmbio de ideias e experiências, oferecendo subsídios para a emancipação e protagonismo humano. Nesse sentido, abarca: comunicação social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária, rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional na área.
- Cultura – discute a apreensão de saberes não sistematizados, bem como promove a aproximação de valores e princípios que orientam as comunidades, promovendo troca de saberes e fazeres, possibilitando a construção de uma visão de mundo integradora e uma postura com e para o outro. Essa área contempla: desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral e circense; capacitação de gestores de políticas públicas do setor cultural; cooperação interinstitucional na área.

- Direitos Humanos e Justiça - promove a transformação social pela via da justiça equânime, solidariedade e democracia efetiva ao favorecer o exercício da prática social cidadã. Consiste em: assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária; cooperação interinstitucional na área.
- Educação - fomenta o pleno desenvolvimento pessoal e social do ser humano e deve problematizar sobre a realidade social oportunizando a construção do sujeito crítico e reflexivo e abarca: educação básica; educação e cidadania; educação à distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de educação; cooperação interinstitucional na área.
- Meio Ambiente – privilegia a reflexão sobre a relação entre o homem e os outros seres vivos, na perspectiva de construção de alternativas de convivência harmônica e sustentável com a natureza. Essa área é composta pelos temas: preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; educação ambiental; gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais; cooperação interinstitucional na área.
- Saúde - contribui para a construção e difusão dos valores da auto sustentabilidade do homem na perspectiva de favorecer uma vida plena no aspecto biopsicossocial e abarca os temas: promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas



universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de droga; cooperação interinstitucional na área.

- Tecnologia e produção – discutem as contribuições das inovações técnico-científicas, colabora para a melhoria dos processos do trabalho e agrega os temas: transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; polos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas em ciências e tecnologia; direitos de propriedades e patentes; cooperação interinstitucional na área.
- Trabalho – problematiza o mundo do trabalho, no sentido contribuir para a promoção da superação da desigualdade e da exclusão social e discute os seguintes temas: reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; educação profissional; organizações populares para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho; cooperação interinstitucional na área.

Cada uma das áreas temáticas deve fomentar ações a serem desenvolvidas em uma perspectiva inter, multi e/ou transdisciplinar, no sentido de contribuir para que a extensão universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do país, conforme preconiza a Política Nacional da Extensão Universitária (FORPROEXT, 2012). Essas áreas temáticas permeiam uma relação universidade e comunidade, critério base para a prática extensionista, e para conferir efetividade à função social da extensão na universidade. Segundo Santos:

A universidade deverá criar espaços de interação com a comunidade envolvente, onde seja possível identificar eventuais atuações e definir prioridades. Sempre que possível, as atividades de extensão devem incluir estudantes e mesmo funcionários. Devem ser pensadas novas formas de serviço cívico em associações, cooperativas e comunidades etc. (SANTOS, 2006, p. 229).

É, de fato, por meio da extensão, que a própria universidade vem aplicar os seus conhecimentos de modo criativo e com capacidade de transformação da realidade, em conjunto com a comunidade externa. Mais ainda, o estudante e o docente tornam-se “pesquisadores”, a ponto de poderem incorporar aos seus

trabalhos uma consciência crítica, sobre por exemplo: a função que o conhecimento desempenha na sociedade, as formas como esse conhecimento é e deve ser apropriado e utilizado.

Nesse sentido, o Plano Nacional da Extensão Universitária estabelece que “A missão da Universidade Pública é produzir conhecimento capaz de induzir a um desenvolvimento ético, humano e sustentável” (FORPROEXT, 2012, p. 23) e, assim, configura a universidade como uma “Universidade Cidadã”. Isso significa que a universidade é capaz de promover a inclusão social, criar formas de enfrentamento da desigualdade que assola o país, discutir alternativas viáveis de superação dos problemas cada vez mais complexos do ambiente onde se insere, constituindo-se, assim, como instância de ação efetiva que favorece o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, o desenvolvimento social indexado às condições de equidade e igualdade social. Entretanto, para consolidação desses objetivos, faz-se necessário um projeto de sociedade balizado por processos educativos mediados por valores sociais, ou seja:

Enquanto instâncias produtoras do conhecimento, as universidades devem ser capazes de oferecer aos governos e à sociedade as tecnologias, teorias e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento, e, para que esse desenvolvimento não se restrinja à esfera econômica, seja sustentável e tenha um caráter ético, é preciso que esses “produtos” estejam afinados com os valores sociais (FORPROEXT, 2012).

As Instituições de Ensino Superior devem constituir-se como balizadoras do desenvolvimento pessoal e do desenvolvimento social para consolidação de um projeto civilizatório capaz de promover o protagonismo do ser humano, para o exercício efetivo da cidadania, notadamente por meio das ações de Extensão Universitária fundamentadas nas demandas locais e nos pressupostos da justiça social, da ética e da democracia. Ao estabelecer uma relação dialógica com a comunidade onde está inserida, a universidade, através da Extensão, realiza o seu compromisso social e político na e com a sociedade, que se propõe a construir.

Uma universidade comprometida com a transformação social privilegia a formação para a cidadania, enquanto condição necessária para superação da desigualdade e consolidação da justiça social. Ela não pode isolar-se como reduto da produção de conhecimento estéril, mas deve dialogar, especialmente, com os pobres,

os dominados, os subalternizados, os marginalizados, considerando seus saberes, promovendo o acesso ao conhecimento e possibilitando o autodesenvolvimento, indispensável à superação de inúmeros desafios postos para todos aqueles que não se encontram no âmbito das elites.

É na sociedade que a universidade realiza a sua razão de ser, via uma interação que a desafia a buscar soluções para problemas de toda ordem: econômicos, sociais, de saúde etc. Nesse processo, é possível para a universidade se alimentar de outras formas de conhecimento socialmente construídas e promover a difusão de conhecimentos científicos, a formação profissional e o subsídio para o exercício da cidadania.

Desse modo, a universidade não se restringe a ofertar somente a formação profissional, ela também oportuniza a troca de experiências e a difusão dos conhecimentos historicamente construídos. Nesse sentido, propicia o processo de emancipação do sujeito que lhe promove o empoderamento, fruto da reflexão sobre si mesmo, sobre sua realidade para a convivência harmônica com o outro e com o meio ambiente. Dessa forma, a universidade afirma a centralidade de seu papel de instância de formação para a cidadania.

Nesse contexto, o objetivo maior da universidade é oportunizar a inclusão e, assim, acabar a brutal desigualdade social, por meio das atividades de extensão a universidade estabelece uma relação de diálogo com a sociedade e num processo de escuta sensível, pois aí estão presentes representantes dos segmentos da universidade, que alinhados com a comunidade, buscam juntos estratégias de superação dos problemas que atingem a comunidade e dessa forma transformar a realidade da comunidade.

A extensão é a dimensão responsável pela relação direta da universidade com a sociedade e, por isso, ela deve promover a difusão dos conhecimentos científicos com o objetivo de oferecer possibilidades de resolução de problemas sociais, além de propiciar a valorização da cultura e o fortalecimento das comunidades, com o fim de promover a ressignificação dos valores da cidadania e construção de uma identidade individual pautada no sentimento de pertença com sua comunidade.

É por meio da extensão que a universidade pode contribuir com o desenvolvimento da cidade na perspectiva de favorecer a justiça social. Por exemplo, via os programas de extensão, a universidade instrumentaliza o cidadão para uma atuação ativa, que não se restrinja somente ao exercício do voto, mas que por meio da participação social efetiva, lhe seja possível atuar juntamente com o poder público na busca por soluções de problemas de sua comunidade.

Para consolidação desse modelo de extensão, enquanto instrumento propulsor de desenvolvimento humano, a extensão precisa atuar de forma multidisciplinar e/ou transdisciplinar, e envolver toda a universidade e os diversos setores da sociedade, para que juntos possam colaborar no processo de discussão e atendimento aos problemas e demandas que atingem a maioria e possam conceber alternativas de consolidação da emancipação social. Para isso, a universidade pode ter diversos projetos e práticas de extensão amparados sob o Plano Nacional de Extensão Universitária, que classifica as ações de Extensão em Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de Serviços e assim os define:

Quadro 1 – Classificação Organizacional das Ações de Extensão

<b>Programa</b>	Constitui-se como um conjunto articulado de Projetos e outras ações de Extensão (Cursos, Eventos, Prestação de Serviços). Essas ações se orientam por um objetivo comum e podem ser executadas a médio e longo prazo.
<b>Projeto</b>	É definido como ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. O Projeto pode ser vinculado a um Programa (forma preferencial – o Projeto faz parte de uma nucleação de ações) ou não vinculado (Projeto isolado).
<b>Curso</b>	É definido como ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.
<b>Atualização</b>	São a iniciação, que constitui curso que objetiva, principalmente, oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento. A atualização é um curso que objetiva, principalmente, atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento; o treinamento e qualificação profissional são caracterizados por apresentar curso que objetiva, principalmente, treinar e capacitar em atividades profissionais específicas; o aperfeiçoamento é um curso com carga horária mínima de 180h, destinado a graduados.
<b>Evento</b>	É uma ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural,

	artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade. No conjunto deste, encontram-se: o congresso, que tem grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla; o seminário, que é um evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas e de 1 ou 2 dias), quanto de número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se, nessa classificação, eventos de médio porte, como encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa-redonda, etc. Há ainda o ciclo de debates, que são encontros sequenciais que visam a discussão de um tema específico.
<b>Exposição</b>	É uma exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Em geral, é utilizada para promoção e venda de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento; o espetáculo, que é uma demonstração pública de eventos cênicos musicais e inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical; evento esportivo, que inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva; festival, que é uma série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.

Fonte: Elaboração da própria autora.

Embora a universidade prefira definir a extensão como construção de mão dupla, ou seja, universidade e comunidade, o Plano Nacional de Extensão Universitária considera a prestação de serviços uma atividade extensionista, a qual define como:

Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a Prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem e se classifica em: atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia; Espaços e Museus Culturais: Atendimento a visitantes em museus e centros de memória das Instituições de Ensino Superior, Atendimento ao público em espaços culturais das Instituições de Ensino Superior – IES, e pode acontecer também em espaços e Museus de Ciência e Tecnologia, Atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia das Instituições de Ensino Superior, como observatório astronômico, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores e laboratórios, etc., além de atendimento ao público em cineclubes das Instituições de Ensino Superior, além de contemplar outros espaços (BRASIL, 2014, p. 5).

Já para o FORPROEXT (2012) a prestação de serviços consiste em:

Consultoria: consiste na análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do quadro, acerca de situações e/ou temas específicos. [...]

Assessoria: consiste em assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do quadro, graças a conhecimentos especializados.

Curadoria: organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro. [...] Outros: Incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviço eventuais (FORPROEXT, 2012, p. 39).

Por fim, há ainda outras ações que ilustram bem essas atividades de extensão:

Atividades de propriedade intelectual - depósito de Patentes e Modelos de Utilidades: depósitos e registro de patentes, registro de Marcas e Softwares; contratos de transferência de tecnologia - contrato de transferência de direito sobre tecnologia; registro de direitos autorais - exames e laudos técnicos; - exames, perícias e laudos realizados pelas diversas áreas da instituição de educação superior que oferece serviço permanente, envolvendo pessoal do quadro, que inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos médicos, psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros; atendimento jurídico e judicial - atendimento a pessoas que pode consistir em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais; atendimento em saúde humana - consultas ambulatoriais ou domiciliar programada, prestada por profissionais da área da saúde (FORPROEXT, 2012, p. 39).

Para o atendimento à saúde humana, vale destacar: consultas de emergência e urgência; atendimento a pacientes internados; intervenções cirúrgicas (hospitalares e ambulatoriais); exames laboratoriais; exames secundários/complementares (radiologia, ultrassonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.); outros atendimentos, que não estão incluídos nos itens anteriores.

No campo dos atendimentos na área da saúde, também estão incluídos o atendimento ambulatorial a animais; assistência veterinária a animais internados; intervenções cirúrgicas em animais (hospitalares e ambulatoriais); exames laboratoriais e secundários/complementares em veterinária: exames de patologia clínica e anatomopatologia; radiologia, ultrassonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc., e outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.

Por fim, as formas de ações extensionistas, que caracterizam a difusão do conhecimento, são publicações e outros produtos acadêmicos, definidas pelo Plano

Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX,2012) como a produção de publicações e produtos acadêmicos, decorrentes das ações de extensão, que devem servir para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica. As publicações e outros produtos acadêmicos de Extensão Universitária classificam-se em: livros, traduções de livro, anais de eventos científicos publicados, capítulo de livro. Todas essas formas de práticas e vivências extensionistas trazem, em grande medida, uma formação cidadã e a efetividade dos direitos sociais (FORPROEXT, 2012).

A extensão universitária deve fundar-se no princípio da dignidade da pessoa humana, principalmente no que se refere a possibilitar ao ser humano situar-se como partícipe da comunidade onde vive, e, portanto, capacitado a intervir, impactando a si próprio e ao seu grupo social, exercitando a sua cidadania ao participar ativamente da vida e exercer o controle social, não se permitindo furtar-se à vida social plena, em seus processos políticos e econômicos. Segundo Dalmo Dallari:

A extensão universitária, ao promover a construção coletiva do conhecimento no âmbito da comunidade, promove autonomia de cada um e de todo o grupo, ao favorecer o diálogo, as trocas de experiências e o contato com o conhecimento científico. A formação do aluno, nessa perspectiva, possibilita o desenvolvimento pessoal em todo o seu potencial, inclusive, possibilita a construção e fortalecimento da consciência política, qualificando-o a intervir e transformar a sua realidade (DALLARI, 1998, p. 39).

Nessa lógica, o ser humano crítico e reflexivo, instrumentalizado em processos coletivos de aprendizagem e em exercício efetivo de sua cidadania, pode e deve fazer valer os seus direitos à educação, à saúde, à liberdade, à medida que se conscientiza do seu lugar no mundo. Ele participa de instâncias democráticas de controle popular, como conselhos e colegiados, e, nessa condição, discute e analisa alternativas de promover efetivamente os direitos citados, como objetos de políticas públicas prioritárias, assegurando à comunidade tratamento equânime, na perspectiva de inclusão e respeito à equidade.

A extensão universitária precisa ser pensada, sobretudo, como instância de construção de cidadania, resultante de um processo emancipatório, que fomenta a autonomia e a liberdade de pensar e de pensar-se enquanto ser social capaz de problematizar a sua realidade e a sua comunidade, de discutir, com seus pares,

alternativas de superação dos problemas que afetam a comunidade e exigir o cumprimento dos direitos sociais, políticos, econômicos, ao tempo em que, de forma responsável, executa os seus deveres de cidadão. Ainda conforme Dallari (1998, p. 29):

Ninguém nasce cidadão, mas torna-se cidadão pela educação, porque a educação atualiza a inclinação potencial e natural dos homens à vida comunitária ou social. A cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la, de poder votar em quem quiser sem constrangimento, de praticar o exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais. Cidadania é, nesse sentido, um processo. Um processo que começou nos primórdios da humanidade e que se efetiva através do conhecimento e conquista dos direitos humanos, não como algo pronto, acabado, mas como aquilo que se constrói. Dallari:

A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não consegue ser ouvida, exatamente porque lhe é negada a cidadania plena, cuja conquista, ainda que tardia, não será obstada (DALLARI, 1998, p. 22).

Paulo Freire, ao analisar semanticamente o termo extensão universitária e estudar seu “campo associativo” de significação, percebe que a palavra extensão e a ação educativa de natureza libertadora são incompatíveis, para ele o termo extensão encerra a ideia de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém e esse processo estático não caracteriza a construção do conhecimento, que requer muito mais que um sujeito transformado em objeto, que recebe dócil e passivamente os conteúdos que o outro lhe impõe.

Freire, então, afirma que:

Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação, atuando ele transforma, transformando cria sua realidade que, por sua vez, “envolvendo-o”, condiciona sua forma de atuar, não há por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro (FREIRE, 1977 p. 59).



É a extensão, na perspectiva da educação popular, que ao promover a interação dialógica, estabelece trocas de saberes que propiciam aos indivíduos envolvidos apreenderem conhecimentos científicos e procederem a reelaboração de conhecimentos socialmente construídos por meio de um processo dialético, que precisa ser mediado pelo diálogo, para que conceitos, princípios e valores da cidadania possam ser mais que problematizados e apreendidos, além de reelaborados após contextualizados à sua realidade.

Nesse sentido, é importante que todos interajam com todos, sem que nenhum conhecimento ou técnica seja imposta, sem que ocorra manipulação e hierarquia de cultura ou conhecimentos, mas onde todos estejam imersos em uma construção coletiva de conhecimento, fruto de uma ação cultural coletiva e não uma invasão cultural, que segundo Freire (1977) coisifica o homem tornando-o um mero receptáculo do conhecimento de outrem, incapaz de interagir. Isto porque, para este mesmo autor, para além da perspectiva assistencialista, a extensão deve caracterizar-se como processo comunicativo, onde os sujeitos envolvidos possam por meio do diálogo, problematizar a realidade, discutindo desafios e possibilidades de transformação, estabelecendo demandas e prioridades para a comunidade para a comunidade onde estão inseridos. A perspectiva de extensão de Freire é de um processo de educação popular coparticipativo, dialógico e dialético. que garanta sobretudo a formação para o usufruto dos direitos humanos (FREIRE, 1977)

Vele a lembrar que, no Brasil, os direitos humanos estão garantidos constitucionalmente e asseguram ao homem e à mulher o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, dentre outros direitos civis, sociais e políticos e, assim, a consciência de que ele é um ser de direitos é que o faz cidadão. No entanto, a cidadania também pressupõe deveres e, desse modo, o homem também deve ser cômico de suas responsabilidades, para que se estabeleça o bem comum e se realize a justiça social.

Os direitos sociais, notadamente, o direito a educação, saúde e segurança, fazem parte do rol de direitos fundamentais, posto que possibilitam ao homem a expressão de sua dignidade, por meio da inserção singular no mundo do trabalho e da cultura, porque possibilita conhecer e desfrutar dos bens e da natureza. É a

condição de cidadão que confere ao homem efetividade dos direitos e, dessa forma, a extensão universitária assegura, através de um processo emancipatório coletivo, a capacidade de fruir e gozar dos seus direitos, bem como de responsabilizar-se pelo cumprimento de seus deveres.

Para entender esse processo, é imprescindível discutir a relevância da curricularização, seu amparo legal, suas especificidades, críticas e os valores que ela agrega aos cursos, enriquecendo-os e promovendo uma formação integral. Por todo o exposto, é notória a importância da extensão universitária para que a universidade cumpra a sua missão de dialogar com a comunidade onde está inserida. Esse compromisso é respaldado legalmente por um conjunto normativo que disciplina e orienta o processo de curricularização da extensão. Fazem parte deste repertório legal os seguintes documentos que expomos a seguir:

- A Constituição Brasileira de 1988 em seu artigo 207 estabelece o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior. Por essa razão, a Extensão Universitária torna-se parte obrigatória da formação do aluno e por isso deve constar do projeto pedagógico dos cursos de graduação.
- A Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 -, legislação que disciplina o artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 2016) e cuja base principiológica caracteriza-se pela necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos. A LDB responsabiliza as IES pela adequação dos projetos pedagógicos às especificidades institucionais, bem como às realidades regionais onde a IES está inserida.
- O Conselho Nacional de Educação (CNE), que por meio do Parecer CNE/CES Nº 008/2007 estabelece a carga horária mínima bem como os procedimentos relativos à sua integralização ao curso de graduação. Esse documento também define a duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. O presente parecer traz orientações curriculares que devem ser utilizadas como referência para

elaboração de currículos flexíveis, que assegurem a qualidade de formação dos estudantes ao fortalecer a articulação da teoria com a prática.

- Como escopo político pedagógico do processo de curricularização da Extensão Universitária, o Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024 – em sua meta 12, Estratégia 7, assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária. (BRASIL, 2014).

Ainda nesse contexto, o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEU) valida a extensão como atividade acadêmica, constrói coletivamente, define os seus princípios básicos, áreas temáticas, objetivos e metas e indica sobre a institucionalização e organização da extensão, que se fortalece na articulação com a sociedade.

A Política Nacional de Extensão afirma a extensão nos moldes do princípio constitucional, reforçando a obrigatoriedade da prática da extensão nos cursos de graduação e, assim, a ideia da universidade como parte da sociedade; ainda, estabelece diretrizes para as ações de extensão, princípios, ações e políticas necessárias à sua normatização e implementação no âmbito das universidades públicas; sinaliza a articulação das ações extensionistas com as políticas públicas, os movimentos sociais e os setores produtivos da sociedade.

São diretrizes estabelecidas pela Política Nacional da Extensão: a interdisciplinaridade, a interprofissionalidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o impacto na formação do estudante e a transformação social.

Os principais documentos institucionais que norteiam pedagogicamente e administrativamente a curricularização da extensão nas IES são:

- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é documento que estabelece a dimensão acadêmica necessária à formação e a produção de conhecimentos. Ele deve contemplar a integralidade da instituição;

- Estatuto da IES - É um regulamento porque se rege a uma instituição de ensino superior, estabelecendo seus valores, princípios e estrutura;
- Regimento da IES - Serve para regular questões referentes a comportamento das pessoas dentro de uma IES, definindo normas de conduta e atuação.

O processo de curricularização da extensão, obrigatoriamente, deve ser discutido com a comunidade acadêmica e a gestão da IES, no sentido de favorecer a construção de práticas de viabilização da integralização da carga horária dos cursos de graduação, com a promoção de seus valores e princípios socio pedagógicos, além de promover a formação ética, crítica e resiliente dos atores envolvidos no processo de extensão, com estrita observância dos critérios legalmente estabelecidos. Nesse contexto, faz-se necessário alinhar os objetivos estabelecidos nos projetos pedagógicos dos cursos às finalidades das ações extensionistas previstas nos documentos normativos da IES. Postas como parte do currículo, essas ações hão de mediar a construção de valores, princípios e conhecimentos a serem construídos coletivamente.

Os programas e projetos de extensão devem possibilitar aos alunos a consolidação dos conhecimentos científicos, que assim contextualizados pelas atividades na comunidade, serão com ela discutidos, mitigados e devem ser internalizados, favorecendo a reflexão sobre a prática e correspondentes procedimentos que poderão levar à profissionalização dos alunos e à apreensão do resultado dessa troca de saberes entre a academia e a comunidade, promovendo a reflexão sobre a manutenção ou adesão de novas práticas sociais.

Gadotti (1996) destaca que a extensão não pode ser vista como “apêndice” de forma isolada entre as funções da universidade, “[...] mas que o processo de curricularização da extensão faz parte, de um lado, da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade, e de outro da necessária conexão da universidade com a sociedade, realçando o papel da relevância social do ensino e da pesquisa” (GADOTTI, 1996, p. 4). Assim, esta ação se constitui um desafio, à medida em que, seguindo o princípio da integralidade, deve prover a formação do educando por meio da problematização das questões sociais da comunidade, onde a extensão

universitária se realiza, numa perspectiva de aprendizagem ativa por meio de vivências e práticas com a comunidade e pela comunidade, visando propiciar a autonomia do aluno, a construção de competências socioemocionais e profissionais.

Ainda com este mesmo autor (1996), o currículo deve traduzir um projeto político integrado e não se configurar meramente como um conjunto de disciplinas, e se organizar como projetos de trabalho, que organizam o currículo por eixos, módulos e temas, devendo ser fundamentado por uma teoria curricular crítica. Todos os envolvidos nas atividades extensionistas ganham com essas experiências, já que experienciam novos saberes e fazeres, que os qualifica ao exercício profissional e a novas formas de ser e de viver a sua cidadania. Essa é a perspectiva de currículo emancipatória, “[...] construída a partir da realidade da comunidade, do saber que as pessoas já trazem, do que é significativo para elas nas suas diferentes identidades” (GADOTTI, 2017, p. 9).

Na mesma linha de pensamento e com o mesmo autor, destaca-se a importância da curricularização na perspectiva de Educação Popular, cujos princípios políticos pedagógicos mais relevantes são: a) teorizar a prática para transformá-la; b) reconhecer a legitimidade do saber popular; c) a pesquisa participante; d) a harmonização e interconexão entre o formal e o não formal; e) combinar trabalho intelectual com trabalho manual, reflexão e ação, a conscientização, diálogo e a transformação. A curricularização, na perspectiva da educação popular, é comprometida com a justiça social e “[...] incorpora nos currículos a lógica da extensão que possibilita o diálogo entre os saberes e conhecimentos disciplinares dos cursos universitários e as questões mais amplas que permeiam a sociedade” (GADOTTI, 1996, p.11).

Pelo visto acima, a curricularização da extensão universitária requer da universidade, o enfrentamento dos desafios de educação básica, do desenvolvimento nacional, dos movimentos sociais, das esferas públicas. Gadotti relata inclusive que “Freire não tinha uma visão mecânica da extensão, ao contrário, ele entendia esta ação como dialética, pois enxergava suas limitações, mas também suas possibilidades”, e no contexto da década de 70, Freire dirigia a sua crítica a extensão entendida como “[...] transmissão, transferência, invasão, e não como comunicação,

como coparticipação dos sujeitos no ato de conhecer, contrário à invasão cultural, mas como ação cultural” (GADOTTI, 1996, p. 5).

A indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão deve ser contemplada pela curricularização, pois para atender aos ditames legais, a universidade precisa realizar o seu papel social de promoção da transformação da sociedade, e isso só é possível transformando o indivíduo em cidadão, por meio de um processo de desenvolvimento integral, composto por este tripé, pois nenhuma dimensão sozinha pode realizar tal empreitada. Por conseguinte, não deve haver hierarquia entre as dimensões que formam a universidade, pois, para que essa instituição cumpra com o seu papel social, todas as dimensões devem ser interdependentes e relevante.

É por meio da pesquisa que a universidade produz conhecimento científico necessário para a evolução dos meios de produção da vida material; é por meio do ensino, que a universidade forma os indivíduos para uma atuação eficiente no mundo do trabalho, para a vida secular, para a convivência harmônica com os seus semelhantes e com o meio ambiente; e, por fim, é por meio da extensão que a universidade promove a difusão conhecimento científico à sociedade onde a universidade oferta possibilidades de solução de diferentes problemas sociais.

## **4 EXTENSÃO NA UCSAL, UNEB E UFBA: UM RETRATO DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES NO ESTADO DA BAHIA**

O fim supremo da educação é o de recolocar os homens, pela libertação dos espíritos e das almas, em sua liberdade natural e de suprimir não as desigualdades naturais, mas as desigualdades sociais que tornam as primeiras mais dolorosas e insuportáveis. (CUNHA, L. A., 1978, p. 40)

Este capítulo se estrutura em três subtópicos, todos em torno do foco do objeto desta tese: a extensão universitária, um dos eixos do tripé universitário. De forma aleatória, sem nenhuma intencionalidade, as universidades serão dispostas considerando: a instituição confessional, a instituição estadual e, por último, a instituição federal, respectivamente, então, UCSAL, UNEB e UFBA.

Nesse sentido, o primeiro tópico apresenta um recorte histórico sobre como a extensão se constituiu nestas instituições. Em seguida, trataremos das questões regimentais e, por fim, apresentaremos uma visão geral mais quantitativa dos programas e projetos em cada uma dessas universidades.

### **4.1 Histórico institucional das universidades: histórias diferentes para construção de ações diversificadas**

Este subtópico trata do início da atividade extensionista em um breve histórico, das respectivas Pró-reitoras de Extensão de cada IES supracitadas, apresentando os núcleos, quadro de técnicos, coordenações, ou seja, toda a estrutura de aporte da Extensão nas três universidades em foco nesta tese. Apresenta-se, ainda, a estrutura via organograma e os trâmites para o cargo de Pró-Reitor de Extensão.

### **4.2 Universidade Católica de Salvador (UCSAL)**

A Universidade Católica do Salvador (UCSAL) é uma instituição educacional de direito privado, sem fins lucrativos, criada pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 631, de 09 de outubro de 1961, e reconhecida pelo Decreto nº 58, de 18 de outubro de 1961, como Universidade Livre Equiparada. Sua mantenedora é a Associação Universitária e Cultural da Bahia.

Iniciar pelo histórico da UCSAL significa, primeiro, lembrar que esta instituição surgiu da preocupação da Igreja Católica em formar uma cultura universitária a serviço do desenvolvimento social e econômico da sociedade, inspirada no ideário cristão. Em que pese ser uma instituição de direito privado, a UCSAL tem natureza confessional, com características singulares, por exemplo, é prestadora de serviços públicos, comunitários, filantrópicos e educacionais, materializados no compromisso social da universidade e em seu mérito acadêmico. Dessa forma, a universidade prioriza a formação humanitária, expressa em sua missão formar cidadãos, críticos e profissionais comprometidos com a transformação social. (UCSAL, 2015, 2018, 2016, 2019). No sentido, de realizar de sua missão de “contribuir para o desenvolvimento da sociedade” a IES atua com uma grande repertório de programas e projetos voltados para os moradores de bairros da periferia da cidade,” para atendimento nas áreas da educação e jovens e adultos, saúde, habitação, emprego, renda, organização comunitária, fortalecimento da relação família-escola, desenvolvimento sustentável, assessoria e assistência judiciária gratuita, criatividade infanto-juvenil, apoio a terceira idade, educação ambiental proteção ecológica e conservação de animais, assistência em fisioterapia, integração universidade-escola, preservação e restauração de acervo sacro religioso, proteção ao patrimônio cultural e apoio ao estudante carente.”(UCSAL,2011,p.75).

No que se refere a responsabilidade social a UCSAL tem se destacado em “estimular atividades e ações voltadas para a Promoção Humana, valorizar projetos voltados aos assuntos comunitários” (UCSAL,2011p.74).

A relação da UCSAL com a comunidade é mediada pelo respeito aos costumes e culturas locais, pelo empenho na educação e na disseminação dos valores sociais, nesse processo a universidade assume o papel de agente de melhorias sociais que antes de atuar em uma determinada comunidade deve considerar na reação om a comunidade local: o gerenciamento do impacto da atividade produtiva na comunidade, deve observar as relações com as organizações atuantes na comunidade e antes de alguma ação filantrópica ou de promover investimentos sociais deve considerar a existência de uma “política estruturada com critérios predefinidos”, quanto às estratégias de atuação na área social elas qualificam os projetos sociais beneficiados, promovem a multiplicação de experiências exitosas, propiciam a criação de redes de



atendimento e o fortalecimento das políticas públicas na área social (UCSAL,2011,p.80).

Conforme Política para Extensão, presente no Projeto Pedagógico Institucional – PPI 2011-2015, a identidade da UCSAL é determinada pela extensão posto que a IES tem natureza comunitária. A mesma política institui os seguintes princípios da extensão universitária (UCSAL,2011, p.61):

- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: A IES considera a extensão como um “componente pedagógico efetivo” que articulado estreitamente ao ensino e a pesquisa.
- Compromisso social: Por meio da extensão as IES comunitárias expressam sua natureza e identidade.
- Trabalho participativo: Na UCSAL é por meio da ação conjunta (universidade e comunidade) que se realiza a troca de saberes e nesse contexto a extensão realiza o seu compromisso com a transformação social.
- Dialogicidade: Para a UCSAL a extensão é sobretudo uma atividade dialógica entre a universidade e a comunidade com o fim de oportunizar o exercício da cidadania.
- Interculturalidade: Por meio da extensão a comunidade interna e externa da IES aprende a conviver com as diferenças e fortalece suas identidades.
- Interdisciplinaridade: A extensão deve ser o resultado do diálogo entre várias visões de mundo e expressão do conhecimento socialmente construído.
- Democratização do saber: A extensão deve prover a difusão do conhecimento científico como possibilidade de solução de problemas da comunidade.

Nesse contexto, a UCSAL propôs algumas diretrizes para o trabalho com as comunidades na perspectiva da inclusão social dentre elas destacamos: sensibilização de seus alunos/ cidadãos, por meio de um processo de conscientização motivadora sobre o seu potencial de transformar a sua própria realidade, o próximo passo é fornecer apoio para a estruturação de projetos de relevante formação técnica,

disponibilizando suas instalações, recursos, para que eles possam desenvolver um trabalho de qualidade com comunidades carentes, contribuindo efetivamente com o desenvolvimento dessa comunidade, por meio desse processo a UCSAL promove a ampliação e o fortalecimento da participação social para assegurar aos excluídos o exercício pleno dos seus direitos civis, políticos e sociais, além de cooperar a com a qualificação e emancipação de diversos setores da sociedade civil, capacita lideranças para implementação de políticas de melhorias de qualidade de vida da comunidade. (UCSAL,2011, p.82).

A UCSAL também atua nas comunidades como “agente de preservação cultural e garantia do respeito à memória e a manutenção da qualidade de vida” e nesse sentido a universidade propõe: melhorar a qualidade de vida da comunidade, responsabilização da comunidade como guardiã dos seus valores culturais, proporcionar que a comunidade junto com a universidade conheça o patrimônio cultural por meio de inventários e pesquisas, buscar junto aos meios de comunicação e nos meios educacionais (formais e informais) a promoção da valorização da cultura local por meio da informação.(UCSAL,2011, p.83).

No sentido, de promover a inclusão de alunos em comprovada situação de vulnerabilidade, a UCSAL propicia o acesso e permanência ao ensino superior desses alunos ao implementar sua política de benefícios de bolsas que atua por meio de programas governamentais, quais sejam: Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade Para Todos (PROUNI) além de possuir seu próprio programa de concessão de bolsas de estudo, a bolsa UCSAL.

Inicialmente denominada de Bolsa Auxílio, a Bolsa UCSAL foi implantada em 1991, criado em atendimento a Filantropia, este programa é fundamental para a realização da assistência social na área de educação, oferecendo a estudantes de baixa renda a oportunidade de ingressarem na Universidade por meio de bolsas de estudo de 50% a 100% do valor da mensalidade. Conforme balanço social referente ao exercício fiscal 2018, 1.529 (um mil, quinhentos e vinte e nove) estudantes de graduação foram beneficiados pela Bolsa UCSAL, sendo 543 bolsistas integrais e 986 bolsistas parciais.

As Universidades Comunitárias são por natureza comprometidas com o processo de construção da cidadania e transformação social e nesse sentido, a UCSAL valoriza a dimensão comunitária considerando que esta confere sentido a sua missão de universidade confessional católica, nesse contexto a extensão se reveste da maior importância ao proporcionar o aprendizado e a formação humanitária.

Inicialmente as ações extensionistas eram coordenadas pelo Núcleo de Extensão e Ação Comunitária (NEAC), órgão vinculado à Superintendência de Graduação que contava somente com dois colaboradores, que respondiam pela coordenação, fomento, articulação e acompanhamento das atividades de extensão. O NEAC, nessa época, se caracterizava como uma dimensão anômala à universidade. Com ações pontuais, desarticuladas dos projetos pedagógicos dos cursos, ele se vinculava fragilmente aos outros setores da UCSAL e comunidade interna e externa. Porém, é a partir da criação da Pró Reitoria para Assuntos Comunitários, em 1986, que a UCSAL afirma o seu compromisso com a justiça social e com a construção da cidadania:

A Universidade Católica do Salvador, ao implantar a Pró Reitoria para Assuntos Comunitários, tinha dentre as suas principais preocupações, a promoção do homem a partir de serviços de assistência social, e o fomento a uma educação onde o educando fosse o sujeito do seu desenvolvimento e portador de uma consciência crítica. Na prática cotidiana, a interdisciplinaridade surge como resultado de uma vivência comunitária cujo processo educativo enfatiza a construção coletiva do conhecimento numa ação democrática e participativa (UCSAL, 2016, p. 8).

No entanto, foi somente a partir de 2014 que a extensão universitária foi alçada ao mesmo patamar do ensino e da pesquisa, quando a extensão passa a figurar em órgão da Administração Superior, legitimada como instância responsável pelo planejamento, organização, coordenação e supervisão das atividades de extensão e ação comunitária na UCSAL. O marco da institucionalização da extensão foi a elaboração do Estatuto de Extensão e Ação Comunitária, documento da, agora, Pró Reitoria de Extensão (PROEXT), assim estabelecida em 2015 como instância de apoio às Coordenações de Cursos e a outros setores da estrutura acadêmica na implementação de programas, projetos, cursos e serviços.

A partir de então, instituída como Pró Reitoria de Extensão (PROEXT), se caracterizou como instância de atendimento ao discente por meio do Programa de Apoio ao Estudante (PAE), da adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), da Bolsa UCSAL, do Núcleo de Assistência Psicopedagógica Humana e Social (NIAPHS), de Projetos Comunitários e prestação de assistência jurídica e social pelo Núcleo de Atendimento Jurídico (NPJ) e da UNAFISIO. Como se vê, a PROEXT nasceu como órgão de apoio aos coordenadores dos cursos de graduação e da pós-graduação, no desenvolvimento de atividades formativas integradas aos projetos dos cursos, com escolha dos Pró-Reitores realizada através do Reitor entre os docentes efetivos. (UCSAL, 2018).

Conforme documentos normativos da UCSAL: o Estatuto, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Regimento Geral, as atividades extensionistas procuram a promoção da democratização e difusão do conhecimento socialmente construído por meio de programas e projetos, em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais, entidades não governamentais e empresas privadas. Na perspectiva de prática acadêmica, a extensão se constitui efetivamente como elemento vinculado ao ensino, enquanto processo de formação de pessoas. Além disso, vincula-se à pesquisa, caracterizada como produção de conhecimento, no sentido de possibilitar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de forma interdisciplinar, que seja capaz de produzir alternativas de superação aos desafios postos à sociedade, além favorecer o fortalecimento do compromisso social da Universidade. (UCSAL, 2018). Há que se destacar que o PPI de 2011-2015 registrava que a UCSAL “se propunha a desenvolver uma política institucional voltada para a interação do aluno com a comunidade” UCSAL, 2011, p.76).

Junto a todo esse conjunto normativo, no ano de 2016, a PROEXT procedeu o mapeamento e classificação em núcleos dos programas e projetos existentes na instituição. Também foram criados o PLENUS/Centro de Atendimento à Comunidade, PLENUS/CEAC – espaço de atenção psicopedagógica à comunidade interna e o Centro Integrado de Saúde (CIS). Em 2017, a PROEXT teve uma nova reconfiguração, definida pela fusão dos Núcleos de Assistência (NASC) e dos Núcleos de Programas e Projetos (NPP), que foram condensados pelo Núcleo de Interação e Assistência à Comunidade (NIASC). Essa nova configuração contemplou a criação do

setor de eventos vinculado à Assessoria de Comunicação (ASCOM), parceiro do Núcleo de Cursos e Eventos da Extensão. Nesses últimos dois anos, verificou-se um aumento significativo das atividades extensionistas no que se refere à oferta de eventos e atividades de extensão, principalmente na modalidade EAD, e um aumento do número de participantes nessas ações. Também em 2017 a PROEXT/UCSAL estabeleceu uma concepção de núcleos, estruturada conforme abaixo:

Quadro 2 – Núcleos organizacionais de Extensão da UCSAL, 2019

Continua

Núcleo	Natureza e competência
NÚCLEO DE PROGRAMAS E PROJETOS (NPP)	Reúne atividades extensionistas relacionadas às áreas de Trabalho, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente, Cultura e Comunicação. A finalidade de suas ações era a afirmação da cidadania por meio do trabalho, geração de renda, ressignificação das identidades sociais pela inclusão socio produtiva ou pela afirmação cultural, difusão e/ou apropriação da arte, da cultura e da comunicação, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade.
NÚCLEO DE CURSOS E EVENTOS (NCE)	Apresenta três categorias de atividades extensionistas, a saber: Cursos de Extensão, Oficinas e Eventos. Ele abarca atividades extensionistas vinculadas às áreas de Educação e Comunicação, que se caracterizam como ações educativas, esporádicas ou continuadas, que se destinam à socialização de informações; à produção subjetiva do conhecimento; à capacitação e ao aprimoramento profissional. O NCE, mediante a análise da viabilidade financeira, realizada pelo Setor Financeiro, e análise de viabilidade jurídica, realizada pela Assessoria Jurídica da UCSAL, assume a organização e operacionalização das proposições das atividades extensionistas, como cursos de idiomas, congressos, seminários, feiras temáticas, palestras, ciclo de debates, festivais, exposições, eventos esportivos. É este núcleo que produz peças promocionais e posterior divulgação. Em parceria com a ASCOM, ele providencia, junto à administração dos <i>Campi</i> , a reserva do espaço e o apoio logístico, bem como o cadastro, inscrição de participantes e ao final da ação extensiva a certificação do curso ou evento. O NCE também trabalha articulado às atividades coordenadas pelos outros núcleos que compõem a PROEX.

Núcleo	Natureza e competência
<p style="text-align: center;">NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE (NASC)</p>	<p>Agrega projetos e atividades extensionistas de natureza socioeducativa e de prestação de serviços à comunidade, relacionados à filantropia, à inclusão social ou ao exercício da cidadania nas áreas da Saúde, Educação, Direitos Humanos e Justiça. O NASC atua de forma articulada ao Núcleo de Programas e Projetos (NPP) e ao Núcleo de Cursos e Eventos (NCE), órgãos da PROEXT e com a Pastoral na Universidade (PNU). Ele atua de forma vinculada às unidades de ensino e à Pastoral Universitária e, desse modo, coopera para que os objetivos sejam alcançados. Como parte de uma Universidade comunitária e confessional, o NASC otimiza a relação entre a Universidade e a sociedade civil, ao promover a inclusão social, atuar em favor da promoção da saúde, na perspectiva do bem-estar físico, mental e social, ao ofertar prestação de serviços jurídicos e da filantropia, além de promover a troca de saberes entre as diversas áreas do conhecimento, ampliando a compreensão da realidade e efetivamente contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes.</p>
<p style="text-align: center;">NÚCLEO DE INTERAÇÃO E ASSISTÊNCIA À COMUNIDADE (NIASC)</p>	<p>Reúne ações extensionistas das áreas de Saúde, Direitos Humanos e Justiça, Trabalho, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente, Cultura e Comunicação. Esse núcleo agrega Projetos de Extensão e Ações Sociais, como: ações realizadas no PLENUS/CEAC, CIS e NPJ; Volutas UCSAL; AMU – Ações de Misericórdia Universitária; ITCP/ UCSAL: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; NEPE – Núcleo de estágios e Práticas Empreendedoras; Sala Verde/Programa Sabiá; UCSAL em Movimento; Esporte Cidadão; Educação em Saúde e Assistência ao diabético; Coral UCSAL; Balcão Jurídico Comunitário; Cuidar UCSAL, PROFISIO; Práticas Educativas e Assistência Multidisciplinar a Pacientes com HTLV HAM/ TSP PET.</p>

Fonte: UCSAL (2019).  
Elaboração: Lemos, 2020

Vale ressaltar que a estrutura da PROEXT foi reconfigurada administrativa e pedagogicamente em 2017 para dar conta dos objetivos estratégicos traçados para a UCSAL no novo Regimento Geral e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2017-2022) e isso levou à fusão do Núcleo de Assistência à Comunidade e do Núcleo de Programas e Projetos, surgindo então o Núcleo de Interação e Assistência à

Comunidade, que contempla todos programas e Projetos que estavam vinculados aos antigos Núcleos.

A PROEXT, como dito acima, enquanto órgão da Administração Superior, tem como diretor o Pró-Reitor de Extensão, profissional escolhido pelo Reitor entre os docentes permanentes da UCSAL. Na condição de universidade filantrópica comunitária e confessional, a UCSAL realiza atividades gratuitas voltadas à comunidade e contempla as áreas da Saúde, Educação, Cidadania e Humanidade e, nesse sentido a Pró Reitoria de Extensão e Ação Comunitária realiza a missão da Universidade, que se orienta pelos princípios da fé católica na consolidação de uma sociedade mais justa e solidária.

#### **4.2.1 O processo da extensão na Universidade Católica de Salvador (UCSAL)**

Segundo o Regimento Geral da UCSAL, em seu artigo 40º, a coordenação das ações de extensão é responsabilidade da PROEXT, que preliminarmente deverá proceder à análise de viabilidade da proposta de ação de extensão, que pode ser solicitada pelos docentes, paróquias ou ainda pela comunidade e seu financiamento pode ser fruto de parcerias com instituições públicas ou particulares, ou ainda ser financiada total ou parcialmente pela própria universidade, com contrapartida de paróquia ou da comunidade que recebe a ação.

A proposição dos cursos e demais atividades de extensão podem ser apresentadas para apreciação da Pró Reitoria de Extensão e Ação Comunitária tanto por setores da universidade, como também da comunidade, instituições públicas e privadas, estando a sua execução subordinada aos interesses da universidade, viabilidade financeira e estabelecimento de parcerias e convênios (UCSAL, 2016, p. 9).

Por outro lado, para que os projetos e propostas se concretizem devem obedecer aos procedimentos de submissão das propostas, via cadastro no sistema, conforme orientam as “Instruções para Proponentes de Cursos/Eventos de Extensão” (UCSAL, 2018). O processo começa quando a PROEXT solicita às unidades de ensino, por meio de edital, propostas de ações de extensão, e o docente efetivo,

provável coordenador da ação, apresenta à PROEXT proposta da ação de extensão. Assim, mediante os critérios como demanda, necessidade, infraestrutura, distância e indicação da Diocese realiza por meio do Núcleo de Cursos e Eventos (NCE) a análise da viabilidade financeira, com a ajuda do Setor Financeiro e análise de viabilidade jurídica, realizada pela Assessoria Jurídica da UCSAL.

**FASE DE REGISTRO DA AÇÃO DE EXTENSÃO:** a PROEXT cadastra a ação no sistema e envia ao coordenador os seguintes documentos:

- Lista de presença atualizada (para que possa utilizar como lista de presença dos inscritos pelo site);
- Formulário de inscrições presenciais (para uso caso o aluno não tenha se inscrito pelo site);
- Formulário para certificação, a ser preenchido após a conclusão da atividade com a relação dos alunos aptos à certificação.

**FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO:** o Núcleo de Cursos e Eventos (NCE) assume a organização e operacionalização das proposições das atividades extensionistas, como cursos de idiomas, congressos, seminários, feiras temáticas, palestras, ciclo de debates, festivais, exposições e eventos esportivos. Esse núcleo produz peças promocionais e posterior divulgação em parceria com a ASCOM, que “Providencia junto à administração dos Campi ou outro local a reserva do espaço e o apoio logístico, bem como o cadastro, inscrição de participantes e ao final da ação extensiva a certificação do curso ou evento”. (UCSAL, 2016).

**FASE DE FINALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO:** após a realização da atividade, o coordenador deve enviar à PROEXT, no prazo de até sete dias corridos, os seguintes documentos comprobatórios:

- Formulário para a certificação com a relação dos concluintes;
- Devolução das listas de presenças (escanear as listas originais com as assinaturas dos alunos);
- Devolução dos Formulários de inscrições presenciais (quando houver) escaneados;



- Formulário para a certificação digitado (Excel) – documento padrão com a relação dos alunos aptos à certificação;
- Registro fotográfico do curso/evento;
- Relatório Final da execução da ação.

**FASE DE CERTIFICAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO:** os participantes e envolvidos/as (comissão organizadora, monitores e outros) que estejam aptos a serem certificados receberão por e-mail as instruções de acesso ao documento, que são disponibilizadas no prazo de 30 dias para que os participantes da ação e da equipe executora possam baixá-lo em formato PDF.

### **4.3 Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi criada pela Lei Delegada n.º 66, de 1º de junho de 1983 e reconhecida pela Portaria Ministerial n.º 909, de 31 de julho de 1995. Essa universidade se caracteriza como uma Instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão. A UNEB apresenta-se organizada numa perspectiva multicampi e multirregional, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia. (UNEB, 2017).

Em todo o conjunto normativo da UNEB prioriza-se o diálogo para promoção de uma relação com a comunidade interna e externa marcada pelo respeito e cumprimento de seu compromisso social com toda a população baiana. Para isso, tem feito um trabalho exaustivo no sentido de promover a efetiva inclusão, bem como a difusão do conhecimento historicamente construído, para favorecer o acesso a uma existência digna a todos, principalmente aos grupos mais vulneráveis.

Nesse contexto, a extensão universitária também tem sido desenvolvida ao longo dos anos por meio de programas, projetos, cursos e atividades extensionistas de: formação docente; atividades culturais e desportivas; incubação de cooperativas; empoderamento feminino; atenção às pessoas da terceira idade; contribuição aos jovens para o ingresso na universidade pública via cursinho pré-vestibular; discussão e afirmação de direitos das pessoas com deficiência, das crianças em situação de

risco, dos grupos LGBTQI+ e de todas as demandas étnico-raciais, principalmente aquelas voltadas para os negros, em busca da construção de uma sociedade equânime e democrática (UNEB, 2017).

A concepção da Pró Reitoria de Extensão (PROEXT) presente nos documentos oficiais da instituição – Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano de Ações Prioritárias (Gestão 2014-2017) – foi emanada do FORPROEXT, que a define como órgão com funções que congregam ações e diálogos da Universidade com a sociedade, abrangendo o “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade” (FORPROEXT, 2012, p. 42). Nesse sentido, a PROEXT afirma-se como ação acadêmica e institucional que privilegia o diálogo, a troca de saberes e a produção do conhecimento em parceria com a sociedade.

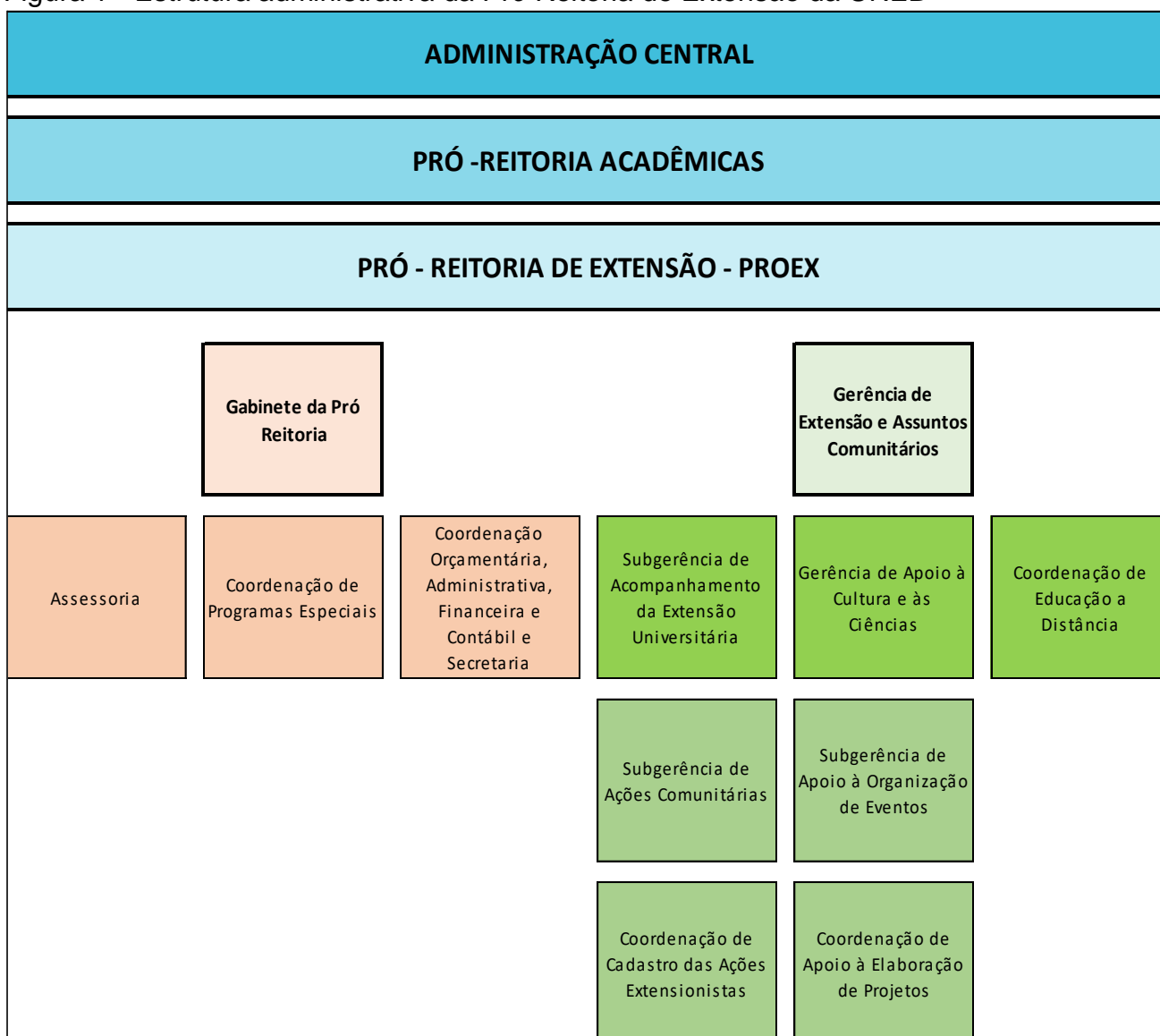
Em atendimento ao princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a UNEB privilegia a interação entre os saberes acadêmicos e disciplinares articulados às demandas do entorno social, em respeito à rede de interações que promove o diálogo e as trocas de saberes com a sociedade. Desse modo, a extensão universitária se estabelece como uma dimensão indispensável à formação de profissionais qualificados e éticos, ao empoderamento das classes excluídas historicamente e minoritárias, a exemplo dos assentados, acampados, indígenas, detentos, quilombolas, mulheres, crianças e adolescentes em situação de risco (UNEB, 2019).

Desde 2014, o orçamento foi descentralizado para os Departamentos e as ações de extensão vêm sendo financiadas via gestão dos campi, como também via edital pela Pró Reitoria de Extensão e em parceria com as demais Pró Reitorias (PPG, PRAES e PGDP). Isso assegura à PROEXT uma autonomia e celeridade aos processos de realização das ações de extensão, fazendo com que se constitua como espaço de organização e lançamento dos editais de fomento aos programas, além de realizar o acompanhamento e orientação junto aos Departamentos em relação à política extensionista. Assim, para otimizar as ações de extensão junto ao corpo discente, a UNEB, no ano de 2016, criou o Programa de Bolsas de Extensão

(PROBEX), que visa a concessão de bolsas de monitoria de extensão e se caracteriza como um apoio financeiro ao discente, possibilitando sua permanência na Universidade (UNEB, 2017).

A Pró Reitoria de Extensão tem sua estrutura administrativa estabelecida no art. 21 do Regimento Geral da UNEB:

Figura 1 - Estrutura administrativa da Pró Reitoria de Extensão da UNEB



Fonte:UNEB (2020)

Elaboração: Lemos, 2020

Em se tratando da estrutura, essa Pró Reitoria de Extensão é órgão da Administração Superior da Universidade, obedecendo ao Regimento das Pró Reitorias, que estabelece que a PROEXT é o órgão responsável pelo gerenciamento,

assessoramento, acompanhamento, controle e avaliação das ações relacionadas com as funções sociais, culturais e artísticas de natureza extensionista da Universidade, integrada ao ensino, à pesquisa e à assistência estudantil. A UNEB reconhece a importância da extensão, enquanto instância de vinculação entre a Universidade e a sociedade, e nesse sentido as ações extensionistas “[...] enfatizam a responsabilidade social da Universidade no que tange aos programas e políticas voltados para inclusão de grupos sociais historicamente excluídos” (UNEB, 2017, p 11). A ocupação do cargo de Pró-Reitor de Extensão é uma atribuição do Reitor que faz a indicação dentre os docentes efetivos da instituição.

A PROEXT está organizada internamente em Núcleos Temáticos, definidos como órgãos responsáveis pela elaboração, coordenação e execução dos projetos de extensão vinculados à sua estrutura. Eles se configuram como um suporte interno e atuam como protocolo, assessoria, Gerência de Extensão, Gerência de Apoio à Cultura e às Ciências, Gerência administrativa e financeira e Coordenações de EAD, de monitoria e estágios, de Comunicação e design. Os núcleos temáticos se caracterizam, sobretudo, como espaços de discussão, produção de materiais, elaboração de projetos, realização de seminários, articulação com as políticas públicas de estado e municípios, de fomento às atividades dos Departamentos, assim como, também, de formação de pessoas, conforme abaixo:

Quadro 3 – Quadro organizacional dos núcleos temáticos de extensão na UNEB

Continua

Núcleo	Natureza e Competência
<p>NÚCLEO DE UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE (NUATI)</p>	<p>Estimula a reflexão sobre as diversas concepções de velhice na contemporaneidade, na perspectiva da educação continuada não formal. Esse núcleo atende a pessoas de qualquer nível socio educacional, a partir de 60 anos, favorecendo o pleno exercício da cidadania e desenvolvendo ações educativas, sob a ótica da Pedagogia Social.</p>

Continuação

Núcleo	Natureza e Competência
NÚCLEO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS E SOLIDÁRIOS (INCUBA/UNITRABALHO)	Apresenta soluções inovadoras para agregar valor ao trabalho dos cooperados e possibilita uma melhor penetração no mercado de trabalho. Além disso, apresenta propostas para a promoção de melhorias de cunho socioambiental.
NÚCLEO DE COOPERAÇÃO E AÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA (COAPPES)	Desenvolve atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão nas áreas de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários; tecnologias sociais; territórios e políticas públicas, cultura, identidade e cidadania visando o fortalecimento das comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica.
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS EM LÍNGUA E CULTURA (NGEALC)	Atua nas áreas de pesquisa, ensino e extensão, relacionadas às culturas negro-africanas no Brasil, Línguas da família Níger-Congo, diversidade étnico-racial, memória social, produção de materiais, eventos, encontros, seminários sobre História e Cultura da África e História da Cultura Afro-Brasileira.
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (NEDE)	Acolhe as demandas geradas por alunos professores e funcionários com deficiência. Nesse sentido, foi criada uma sala de recursos com impressora Braille, <i>scanner</i> e programas sintetizadores de voz.
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HABITAÇÃO POPULAR (THABA)	Apresenta soluções construtivas e urbanísticas apropriadas às realidades socioculturais locais, no que se refere à habitação popular, além de qualificar profissionais dessa área, capacitando-os para o trabalho, renda e empregabilidade.
NÚCLEO DE ESTUDOS ESTRANGEIROS (NEE), (NEC, NEHIS, NESTI, NEJ)	Coordena os cursos de extensão em língua estrangeira e propõe, através das atividades de extensão e de ensino, divulgar a língua e cultura de países estrangeiros, funcionando nos moldes das Universidades brasileiras, desenvolvendo ações distribuídas em cinco Núcleos integrantes, a saber: Núcleo de Estudos Canadenses (NEC), Núcleo de Estudos Hispânicos (NEHIS), Núcleo de Estudos da América Latina (NEAL), Núcleo de Estudos em Italiano (NESTI) e Núcleo de Estudos em Japonês (NEJ).
NÚCLEO DE ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE E LAZER (NAFEL)	As práticas desenvolvidas por este núcleo integram o binômio educação e saúde, voltadas para as questões sociais, buscando mecanismos que entrelacem a educação, como meio facilitador do processo ensino-aprendizagem e a saúde, como alternativas de prevenção e controle dos fatores de risco.

Núcleo	Natureza e Competência
NÚCLEO DE ÉTICA E CIDADANIA (NUEC):	Atua em espaços construtores de uma nova concepção de sujeito, representado na figura da criança, do adolescente e do adulto, trazidos ao centro da cena social como cidadãos de direito pleno que devem ter acesso aos meios necessários para o desenvolvimento de suas potencialidades.
NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE – (NUG SEX/DIADORIM)	Desenvolve projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados para as temáticas de gênero e sexualidades. Esses dois campos possuem especificidades que são constituintes e constituídas nas relações de homem e mulher no interior de uma matriz capitalista, racista e heterossexual compulsória.

Fonte: UNEB (2018).

Elaboração: Lemos, 2020

Na UNEB, todas as ações de extensão são classificadas segundo as áreas temáticas e por linhas de ação. Essas classificações devem observar o objeto ou assunto que é focado na ação. Elas favorecem os estudos e relatórios sobre a produção da extensão universitária, além da articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área.

#### 4.3.1 O processo de extensão na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

O Regimento Geral da UNEB, em seu art. 153, estabelece que a extensão deverá ser desenvolvida pelos Departamentos, Núcleos de Pesquisa e Extensão (NUPES) e, subsidiariamente, pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), Órgãos Suplementares e de Apoio Acadêmico-Administrativo, atendendo às diretrizes gerais traçadas pelo CONSUN, ouvido o CONSEPE. Este artigo ainda determina que “[...] a extensão pode ser realizada com os recursos do orçamento da Autarquia e apoio financeiro externo, por meio de instituições idôneas, públicas, privadas, não governamentais, nacionais ou internacionais” (UNEB, 2017, p. 14). Os departamentos têm orçamento próprio e as ações de extensão são financiadas via gestão dos campi, como também via edital pela PROEXT em parceria com as demais Pró-Reitorias (PPG, PRAES e PGDP).

Os programas, projetos, cursos e atividades de extensão são desenvolvidos para os públicos interno e externo, nas modalidades presencial ou a distância, nas

áreas acadêmica, educacional, socioeconômica, comunitária, cultural, artística, literária, tecnológica e ambiental, podendo ser solicitados pelos departamentos. Compete à Gerência de Extensão e Assuntos Comunitários coordenar, supervisionar, executar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades acadêmicas de extensão e assuntos comunitários, bem como prestar consultoria e assessoramento à comunidade interna e externa, na sua área de atuação, por meio dos órgãos.

Tanto a PROEXT como a Gerência da Extensão podem emitir pareceres sobre a viabilidade das ações de extensão para subsidiar o processo de organização e execução de tais ações. É notório nos documentos normativos da extensão da UNEB que a extensão universitária deve possibilitar, ao corpo discente e docente, experiências de pesquisas singulares, além de promover uma maior aproximação entre a sociedade e a universidade.

Os procedimentos necessários para que os projetos de extensão se realizem seguem o seguinte percurso: a PROEX, após análise, discussão e aprovação, indica o coordenador da ação de extensão. Ele vai figurar como responsável institucional pela execução da ação, apresentando ao setor de protocolo a proposta da ação de extensão. Esse setor deve encaminhá-la à PROEXT para análise e possível aprovação.

**FASE DE REGISTRO DA AÇÃO DE EXTENSÃO:** após a aprovação, o departamento ou setor responsável pela ação de extensão procede o registro da ação no Sistema Integrado de Planejamento (SIP), para possibilitar o acompanhamento e avaliação da execução de toda a ação pela PROEXT e pela Gerência de Extensão e Assuntos Comunitários. Para tanto, o coordenador deve apresentar a relação de inscritos para a ação extensionista, com, obrigatoriamente, os seguintes dados: nome completo, CPF, data de nascimento, carga horária total, tipo de participação (ouvinte, palestrante, ministrante), datas de início e previsão de fim da ação extensionista.

**FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO:** para que se realize a implementação, o coordenador da ação deve apresentá-la à PROEXT, para que esta encaminhe à gerência de Extensão o documento que comprove aprovação da ação de extensão pelo NUPE, Direção do Departamento, Pró-Reitoria ou setor

competente, com a sugestão de texto para o certificado de acordo com a categoria (palestrante, coordenador, participante, professor etc).

**FASE DE CERTIFICAÇÃO DE AÇÃO DE EXTENSÃO:** conforme a Norma para Emissão de Certificados (UNEB, 2017), que disciplina o processo de certificação das ações com carga horária superior a oito horas, ao final da ação o departamento ou setor responsável pela organização da ação extensionista deve apresentar à PROEXT título do certificado (caso haja certificação para apresentação de trabalho), tipo de trabalho (oral ou pôster), lista de frequência com comprovação de no mínimo 75% de participação e outras observações (cidade, departamento), e relação dos alunos aptos à certificação.

No prazo de 30 dias, os participantes poderão baixar os certificados por acesso ao sistema<sup>4</sup>, em que é possível aos usuários baixar o certificado em formato PDF. No caso de 2ª Via, a liberação (on-line) se dará no prazo mínimo de 20 (vinte) dias. Vale ressaltar, que:

Para atividade com carga horária inferior a 8 (oito) horas, o Coordenador do Evento poderá emitir uma Declaração de Participação na ação extensionista, objeto da certificação, que deverá, obrigatoriamente, estar cadastrada no Sistema Integrado de Planejamento (SIP), para efeitos de acompanhamento e avaliação (UNEB, 2016, p. 2).

#### **4.4 Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) é uma autarquia possuidora de autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira. Essa instituição de ensino superior foi criada em 18 de fevereiro de 1808 pela Carta Régia de fundação do Colégio-Médico-Cirúrgico da Bahia e instituída pelo Decreto-Lei nº 9.155 de 8 de abril de 1946 e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968. (UFBA, 2010).

Na UFBA, as atividades de extensão têm início na década de 70, quando sob a responsabilidade do então Departamento Cultural, os cursos de pequena carga

---

<sup>4</sup> Para mais informações: [www.sisproex.uneb.br](http://www.sisproex.uneb.br)



horária com objetivos instrumentais foram as primeiras atividades de extensão realizadas na UFBA, no período de 1967 a 1971. A partir de 1971 até 1975, esse mesmo departamento, além de dar continuidade aos cursos, também realizou exposição de filmes, adereços e indumentária sobre a vida indígena. No período de 1974 a 1975, em nova gestão, há a continuidade da política de difusão e valorização de culturas regionais, através de seminários sobre o Nordeste no Museu de Arte Sacra da Bahia, concursos literários, exposição, concertos e peças teatrais.

No ano de 1986, há a continuidade dos eventos, realizando ainda, com o apoio da Fundação Rockefeller, o Programa de Desenvolvimento Integrado da cidade de Cachoeira (PRODESCA), no período de 1976 a 1979, momento em que foi desenvolvido no Recôncavo Baiano a oferta de aulas de xilogravura, pintura e desenho, todas ministradas pelos alunos dos diversos cursos da escola de Belas Artes da UFBA, com exposições dos trabalhos produzidos pelos participantes ao final.

No ano de 1979, a Coordenação Central da Extensão converte-se em Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) e deu continuidade aos eventos iniciados anteriormente, com a criação do Campus Avançado de Barreiras, no extremo oeste do estado, a 700 km da capital baiana. Um dos objetivos desse campus era possibilitar o contato dos alunos da capital com a realidade do interior. Esse projeto inter e multidisciplinar possibilitava o estágio em várias disciplinas, e para as áreas de educação e enfermagem se constituía em estágios curriculares. Nesse sentido, a extensão adquire o status de atividade acadêmica (UFBA, 2014).

No período de 1983 a 1987, o Pró-Reitor de Extensão, à época, deu continuidade às ações até então desenvolvidas, promovendo a elaboração do projeto do Centro de Desenvolvimento Rural (CDR) cujo objetivo era a qualificação dos produtores, profissionais em tecnologias agrícolas e estudantes de nível superior que atendiam ao objetivo de promover o desenvolvimento regional por meio de um programa de capacitação. Entre 1988 e 1989, em outra gestão, há o apoio de diversos projetos das escolas de Belas Artes, Dança e Música. É notório que, até então, as perspectivas artísticas e culturais predominaram nas ações e atividades extensionistas, uma das razões pode ser sua origem do Departamento de Cultura, com docentes que formataram a extensão na UFBA nessa perspectiva.

A proposta de uma Política de Extensão Universitária da UFBA foi elaborada no I Seminário de Extensão realizado em 1992, que fomentou a prestação de serviços da Faculdade de Medicina pelos Hospitais Climério de Oliveira, Hospital das Clínicas e Hospital Pediátrico e criou, na Faculdade de Belas Artes, grupos profissionais, o Teatro Santo Antônio (hoje Teatro Martins Gonçalves) e a Galeria de Artes da Escola de Belas Artes.

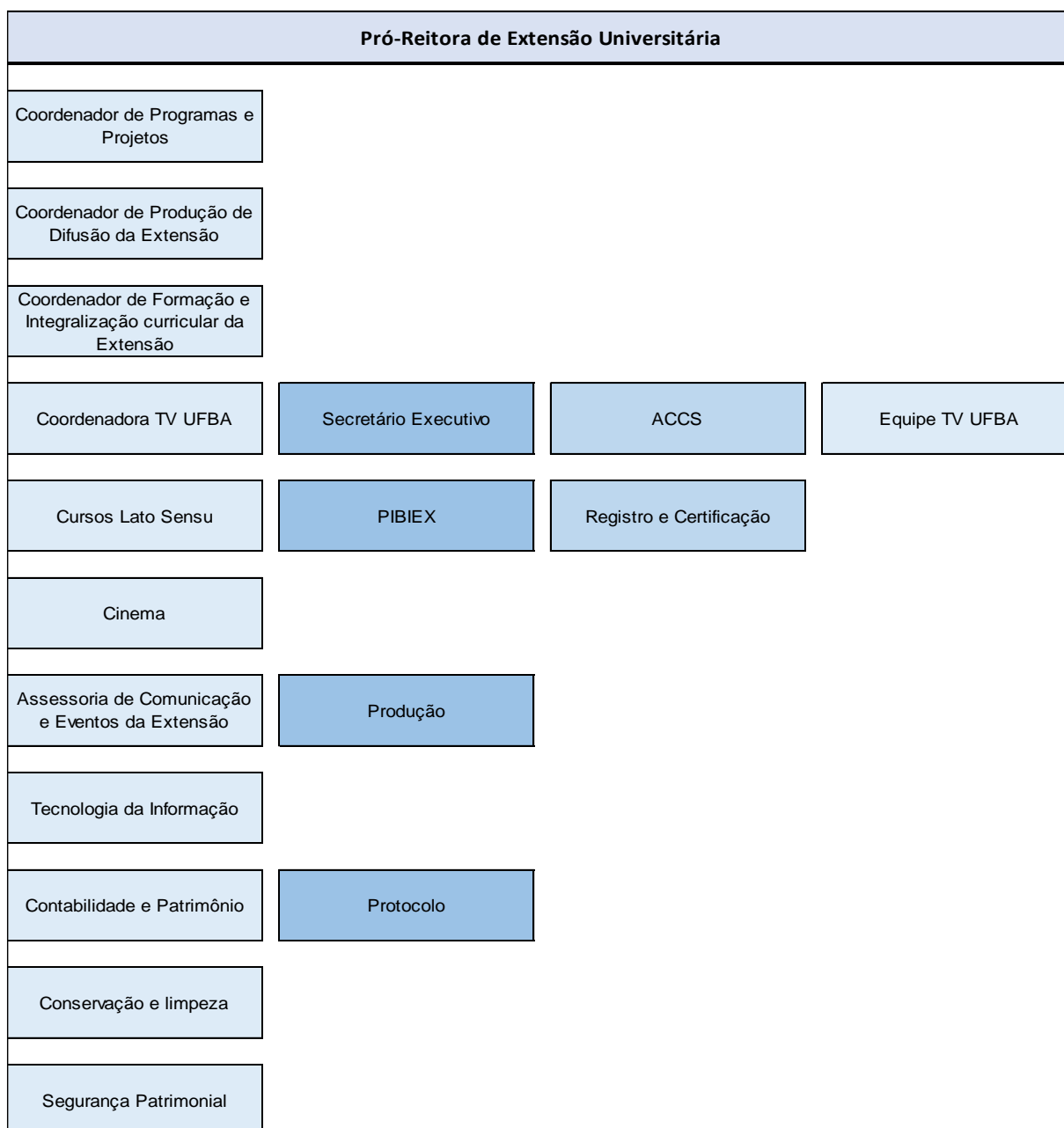
A Câmara de Extensão do Conselho de Coordenação da UFBA publicou, em 1996, a Resolução 002/96, que estabeleceu a extensão universitária como vínculo entre diferentes segmentos sociais e a universidade para promoção do desenvolvimento social, definindo duas modalidades de extensão: as atividades definidas como ações organizadas por meio de projetos (cursos, eventos, serviços) com objetivos específicos, e os programas extensionistas, estabelecidos como conjunto de ações com objetivos comuns e objetivos específicos diferenciados (UFBA, 1996). Ainda nesse ano, a Pró Reitoria de Extensão promoveu vários seminários para discutir novas estratégias de articulação entre a universidade e a sociedade. Após mapeamento das práticas de extensão na UFBA, constatou-se que elas se pautavam na prestação de serviços, reprodução de cursos e eventos e ausência de produção científica na extensão.

Diante disso, surgiram as propostas de criação de grupos interdisciplinares que integrariam o ensino, a pesquisa e a extensão e a promoção de experiências que servissem de referência para as mudanças nas práticas de extensão. A partir daí, surge o programa “UFBA em Campo”, que materializa a nova proposta, e em 2012, o Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão, por meio da Resolução 20/12, regulamenta a extensão universitária, com base no Plano Nacional de Extensão de 2001. Essa resolução estabelece em seu capítulo II, artigo 4º: “A universidade manterá diálogo permanente com a sociedade mediante as ações e programas extensionistas” (UFBA, 2012), consolidando a extensão definitivamente como elo entre a universidade e sociedade. Esse documento ainda estabelece que a extensão na UFBA seguirá as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária.

Nessa perspectiva, a PROEXT/UFBA afirma como objetivo a promoção da integração entre a universidade e a sociedade na troca de experiências, técnicas e

metodologias que permitam ao aluno uma formação profissional com responsabilidade social, e que concedam ao docente a oportunidade de legitimar socialmente sua produção acadêmica e, assim, elevar a UFBA ao patamar de uma universidade cidadã, voltada para os grandes problemas da sociedade contemporânea (UFBA, 2019). Para dar conta desses objetivos propostos, a PROEXT possui, atualmente, 29 profissionais dentro da seguinte estrutura:

Figura 2 – Estrutura Organizacional da Pró Reitoria de Extensão da UFBA



Fonte: UFBA (2012).  
Elaboração: Lemos, 2020

A PROEXT é a instância responsável pela coordenação, fomento e articulação das atividades de extensão universitária das diversas unidades e órgãos complementares da UFBA. É atribuição do Reitor indicar, conforme Art. 21 do Regimento Geral da UFBA, o Pró-Reitor de Extensão. (UFBA, 2012)

A Pró Reitoria de Extensão está organizada em Núcleos de Extensão que são instâncias responsáveis pelo desenvolvimento da extensão nas unidades acadêmicas da UFBA. São eles:

Quadro 4 – Núcleos de extensão nas unidades de ensino da UFBA

<b>NÚCLEOS DE EXTENSÃO DA UFBA</b>
Núcleo de Extensão em Administração (NEA)
Núcleo de Extensão de Belas Artes
Núcleo de Extensão da Escola de Dança
Núcleo de Extensão e Pesquisa
Cursos de Extensão de Música
Núcleo de Extensão da Faculdade de Arquitetura
Núcleo de Comunicação e Extensão da Faculdade de Comunicação
Núcleo de Extensão da Faculdade de Educação (NEFACED)
Núcleo de Extensão (NEXT)
Núcleo Interdisciplinar de Extensão (NIXT)
Núcleo de Planejamento e Apoio à Extensão
Núcleo de Extensão, Comunicação e Cultura do IHAC
Núcleo Permanente de Extensão em Letras (NUPEL)
Núcleo de Extensão (NEX-IME)
Coordenação de Pesquisa e Extensão (COPEX)

Fonte: UFBA (2012).

Elaboração: Lemos, 2020

#### **4.4.1 O processo da extensão na Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

A interação da UFBA com a sociedade é regulada internamente por dispositivos normativos como a Resolução 02/2012 que estabelece em seu artigo 9º que as ações de extensão serão promovidas pelos docentes, técnicos e pelas seguintes instâncias universitárias: pró-reitorias, unidades universitárias, departamentos, colegiados de cursos, núcleos de pesquisa e extensão, laboratórios, órgãos complementares, órgãos estruturantes, superintendências, diretórios estudantis e centro acadêmico,

escritórios modelo, empresas juniores e outras modalidades de organização estudantil de caráter acadêmico (UFBA, 2012). Essa mesma Resolução 02/2012 estabelece que quando a proposição da ação de extensão for de autoria de docentes, técnicos, instâncias da unidade universitária ou quando for uma proposta conjunta por mais de uma unidade universitária, a ação de extensão deve ser aprovada pela Congregação.

Quando a ação de extensão for proposta pelos órgãos estruturantes da Reitoria, a aprovação está a cargo do Conselho Deliberativo e os demais casos deverão ser apreciados e aprovados pelo Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX), que, a partir de 2011, considerou os cursos de especialização *lato sensu* como extensão universitária. Em relação à coordenação das ações de extensão, o artigo 13 da Resolução 102/2012 estabelece que o coordenador da ação de extensão será o responsável institucional pelo cumprimento dos objetivos e pela execução dos procedimentos necessários à execução do plano de trabalho. Os procedimentos necessários à realização de uma atividade de extensão na UFBA estão definidos conforme esta mesma resolução:

**FASE DE REGISTRO DA AÇÃO DE EXTENSÃO:** o coordenador cadastra a ação no Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão (SIATEX), que é informatizado e utilizado para tramitação das propostas de ação de extensão desde a criação até a finalização da ação. Este cadastramento se constitui em um ato administrativo que confere reconhecimento institucional e, automaticamente, a SIATEX encaminha ao dirigente para que a pautar na reunião do órgão colegiado competente e informe sua aprovação, que de pronto é enviada para conferência e registro pela PROEXT.

**FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DA AÇÃO DA EXTENSÃO:** a implementação representa a fase de execução da ação de extensão de acordo com a proposta aprovada pela instância competente. O coordenador da ação, enquanto responsável institucional, deve conduzir os procedimentos necessários ao cumprimento dos objetivos propostos. As funcionalidades do módulo de relatórios no SIATEX podem ser utilizadas pelo coordenador para permitir a inscrição externa na ação de extensão. É disponibilizada uma senha que possibilita a inscrição dentro de um determinado

prazo estabelecido, em que os dados de inscrição realizados ficam disponíveis para a certificação.

Em caso de eventos de extensão com demandas mais complexas de gerenciamento informatizado, o coordenador pode utilizar o sistema Gerência de Eventos (GERE) da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), que também permite a certificação digital dos participantes.

**FASE DE FINALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO:** o coordenador, ao final da ação, deve submeter o relatório final à apreciação do órgão colegiado no qual a ação foi aprovada, utilizando o mesmo sistema SIATEX. Conforme Resolução 02/2012, a finalização efetiva só será realizada pela PROEX quando da aprovação do relatório final da ação. Essa mesma Resolução, em seu artigo 15 § 2º, estabelece que os coordenadores que não apresentarem os relatórios finais serão considerados inadimplentes e, desse modo, não poderão coordenar uma nova ação de extensão e esta não poderá ser aceita nem pelo órgão competente, nem pela PROEXT, até que a inadimplência seja sanada.

**FASE DE CERTIFICAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO:** a certificação dos participantes deve ser precedida de aprovação pela PROEXT, que só autoriza se a ação tiver sido anteriormente registrada no SIATEX, conforme Resolução 02/2012 do CAPEX. Nesse sentido, a certificação deverá ser realizada logo após a execução da ação, independente da aprovação do relatório final. Para fazê-lo o coordenador deve proceder o *upload* de sua assinatura no SIATEX e então completar as informações necessárias.

Para obter a certificação da equipe executora e finalizar a ação, o coordenador deve incluir o relatório final da ação no SIATEX e o mesmo deve ser aprovado pelo órgão competente. No caso da certificação de estudantes de pós-graduação *lato sensu*, o coordenador deve submeter o Relatório Técnico-Acadêmico à apreciação do órgão colegiado competente.

O Manual da Extensão Universitário da UFBA, publicado em 2014, orienta que no caso em que o órgão solicite alterações no relatório final, o coordenador deve

realizá-las e novamente submeter o relatório à aprovação. O mesmo Manual enfatiza que todos os certificados serão gerados digitalmente e podem ser salvos pelo coordenador ou enviados via e-mail aos beneficiários.

## 5 DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UMA COLABORAÇÃO A PARTIR DAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DA UCSAL, UNEB E UFBA

Neste capítulo são apresentados o total de programas e ações de extensão em cada instituição, com foco nos seguintes pontos: quantitativos de ações e natureza do programa ou projeto por eixos temáticos quais sejam: educação, saúde, intervenções urbanas, cidadania, formação profissional, tecnologia e produção, no período de 2015 a 2018, período este de ingresso no doutorado e possível conclusão pela autora desta tese.

A trajetória da pesquisa teve início a partir do contato pessoal com as Pró Reitorias de Extensão das IES, em 12 março de 2019 nos reunimos com servidores da UCSAL, dia 18 de março de 2019 com a UNEB e 25 de março de 2019 na UFBA, posto que o período referência a ser pesquisado era de 2015 a 2018, nesse primeiro contato fizemos registros sobre os cursos de graduação da IES, além da obtenção de dados por meio de documentos disponibilizados pelas Pró Reitorias que permitiram organizar os quadros 1, 2 e 3 que apresentam os cursos de graduação distribuídos por áreas do conhecimento conforme a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal na UCSAL, UNEB e UFBA respectivamente.

No âmbito das IES privadas de Salvador, a UCSAL é a instituição mais antiga do estado, e pelo fato de possuir natureza confessional, desde o seu início desenvolve ações de cunho social nas comunidades do entorno com o apoio das respectivas paróquias.

Quadro 5 – Cursos de graduação da UCSAL por área.

	ÁREA I	ÁREA II	ÁREA III	ÁREA IV	ÁREA V
<b>UCSAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Engenharia Civil</li> <li>- Engenharia Mecânica</li> <li>- Engenharia Química</li> <li>- Engenharia de Software</li> <li>- Arquitetura e Urbanismo</li> <li>- Matemática</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação Física</li> <li>- Enfermagem</li> <li>- Nutrição</li> <li>- Fisioterapia</li> <li>- Biomedicina</li> <li>- Ciências Biológicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Jornalismo</li> <li>- Relações Públicas</li> <li>- Geografia</li> <li>- Administração</li> <li>- Ciências Contábeis</li> <li>- Publicidade e Propaganda</li> <li>- Direito</li> <li>- Serviço Social</li> <li>- Psicologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Teologia</li> <li>- Letras – Inglês</li> <li>- Filosofia</li> <li>- História</li> <li>- Pedagogia</li> <li>- Letras – Língua Portuguesa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Música</li> </ul>

Fonte: UCSAL (2016)

Elaboração: Lemos, 2020



A UCSAL apresenta 25 cursos de graduação e as áreas II, III e IV concentram 75% dos programas de extensão na condição de universidade confessional e filantrópica ela realiza a extensão por meio de programas e projetos que prestam assistência gratuita à comunidade. Entre eles, destacamos as atividades desenvolvidas para o público interno (docentes, discentes e funcionários administrativos) e externo (comunidade em geral) no PLENUS/CEA. O PLENUS possui uma equipe de Pedagogos, Psicólogos, Psiquiatras e Assistente Social que atende a comunidade ofertando serviços de apoio, mediação, orientação e aconselhamento.

A UCSAL também atende a comunidade por intermédio dos Estágios Curriculares, realizados nas unidades que compõem o Centro Integrado da Saúde (CIS) assim como nas Unidades de Saúde parceiras, tais como Unidades Básicas, Centros Comunitários, Ambulatórios, Hospitais, entre outros. O CIS congrega os serviços de saúde que prestam assistência gratuita à comunidade, são elas: Unidade de Assistência em Fisioterapia (UNAFISIO), Unidade de Enfermagem (UNIENF), Ambulatório de Nutrição, Laboratório de Análises Clínicas (implantação em processo) e o Centro de Atividade Física (CAF).

Na UCSAL, a extensão enquanto prática acadêmica, constitui-se em componente pedagógico efetivo vincula ao processo de formação. As atividades acadêmicas são desenvolvidas por docentes e discentes vinculados aos cursos de graduação. Alguns programas são realizados em parceria com instituições públicas e associações, os programas e projetos abaixo discriminados contribuem para o desenvolvimento da cidade de Salvador.

A única universidade estadual presente na cidade de Salvador, a UNEB apresenta 50 cursos de graduação, o quadro 3 mostra que a distribuição dos programas de extensão concentra-se entre nas áreas I, II, III e IV.

Quadro 6 – Cursos de graduação da UNEB por área.

	ÁREA I	ÁREA II	ÁREA III	ÁREA IV	ÁREA V
<b>UNEB</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciências Biológicas</li> <li>- Design</li> <li>- Engenharia Agroindustrial</li> <li>- Engenharia Agrônômica (Barreiras)</li> <li>- Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia</li> <li>- Engenharia de Minas</li> <li>- Engenharia de Pesca</li> <li>- Engenharia de Produção Civil</li> <li>- Engenharia Sanitária e Ambiental</li> <li>- Física</li> <li>- Jogos Digitais</li> <li>- Matemática</li> <li>- Química</li> <li>- Sistemas de Informação</li> <li>- Urbanismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciências Biológicas</li> <li>- Enfermagem</li> <li>- Farmácia</li> <li>- Fisioterapia</li> <li>- Fonoaudiologia</li> <li>- Medicina</li> <li>- Medicina Veterinária</li> <li>- Nutrição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração</li> <li>- Agroecologia</li> <li>- Arqueologia</li> <li>- Ciências Contábeis</li> <li>- Ciências Sociais</li> <li>- Comunicação Social / Rádio e TV</li> <li>- Direito</li> <li>- Educação Física</li> <li>- Enfermagem</li> <li>- Filosofia</li> <li>- Geografia</li> <li>- História</li> <li>- Jornalismo em Mídias</li> <li>- Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - LICEEI</li> <li>- Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - LICEEI</li> <li>- Pedagogia</li> <li>- Psicologia</li> <li>- Relações Públicas</li> <li>- Turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Letras / Língua Espanhola e Literaturas</li> <li>- Letras / Língua Francesa e Literaturas</li> <li>- Letras / Língua Inglesa e Literaturas</li> <li>- Letras / Língua Portuguesa e Literaturas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Teatro</li> </ul>

Fonte: UNEB (2017).

Elaboração: Lemos, 2020.

A extensão na UNEB atua em todas as áreas do conhecimento conforme a Pró Reitora de Extensão relata:

Se a gente pega hoje o relatório da UNEB nós podemos detectar ações em todas as áreas da extensão universitária em todas as áreas segundo a política nacional, hoje eu diria que o mais forte da UNEB é educação, pelo quantitativo de cursos que são ofertados, então nós temos muita atividade na área de Educação, a área de Direitos Humanos também desponta com uma área muito forte da universidade, por que tem um Centro de Direitos Humanos, tem um Núcleo que trabalha com questões de gênero, o Diadorim, tantos outros núcleos focados pra questão dos direitos humanos, então os projetos de extensão também pautam nessa área, a área de saúde. Então não existe uma concentração, a universidade trabalha com todas as áreas da extensão universitária, mas eu citaria a Educação, Saúde e Direitos Humanos como as três que a universidade tem mais atuação aqui em Salvador. Profa .Adriana Marmori

A UFBA possui atualmente 53 cursos de graduação, vale destacar que os programas de extensão realizados no período de 2015 a 2018 concentram-se predominantemente nas áreas I, II e III. Em que pese a extensão universitária nas IES pesquisadas estejam relacionadas somente aos cursos de graduação, a Política

Nacional da Extensão autoriza que os programas de pós-graduação *stricto sensu* também possam contemplá-las. (FORPROEX, 2012).

Quadro 7 – Cursos de graduação da UFBA por área.

	ÁREA I	ÁREA II	ÁREA III	ÁREA IV	ÁREA V
<b>UFBA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Arquitetura e Urbanismo</li> <li>- Engenharia Civil</li> <li>- Engenharia da Computação</li> <li>- Engenharia de Agrimensura e Cartográfica</li> <li>- Engenharia de Controle e Automação</li> <li>- Engenharia de Minas</li> <li>- Engenharia de Produção</li> <li>- Engenharia Elétrica</li> <li>- Engenharia Mecânica</li> <li>- Engenharia Química</li> <li>- Engenharia Sanitária e Ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Biotecnologia</li> <li>- Biotecnologia</li> <li>- Ciências Biológicas</li> <li>- Enfermagem</li> <li>- Farmácia</li> <li>- Fisioterapia</li> <li>- Fonoaudiologia</li> <li>- Gastronomia</li> <li>- Licenciatura em Ciências Naturais</li> <li>- Medicina</li> <li>- Medicina Veterinária</li> <li>- Nutrição</li> <li>- Odontologia</li> <li>- Saúde Coletiva</li> <li>- Zootecnia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração</li> <li>- Arquivologia</li> <li>- Biblioteconomia e Documentação</li> <li>- Ciências Contábeis</li> <li>- Ciências Econômicas</li> <li>- Ciências Sociais</li> <li>- Comunicação</li> <li>- Direito</li> <li>- Filosofia</li> <li>- História</li> <li>- Licenciatura em Educação Física</li> <li>- Museologia</li> <li>- Pedagogia</li> <li>- Psicologia</li> <li>- Secretariado Executivo</li> <li>- Serviço social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Letras Vernáculas</li> <li>- Letras Vernáculas e Língua Estrangeira Moderna</li> <li>- Língua Estrangeira - Inglês/Espanhol</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Artes Cênicas - Direção Teatral</li> <li>- Artes Cênicas - Interpretação Teatral</li> <li>- Artes Plásticas</li> <li>- Canto</li> <li>- Composição e Regência</li> <li>- Curso Superior de Decoração</li> <li>- Design</li> <li>- Instrumento</li> <li>- Licenciatura em Desenho e Plástica</li> <li>- Licenciatura em Música</li> <li>- Licenciatura em Teatro</li> <li>- Música Popular</li> </ul>

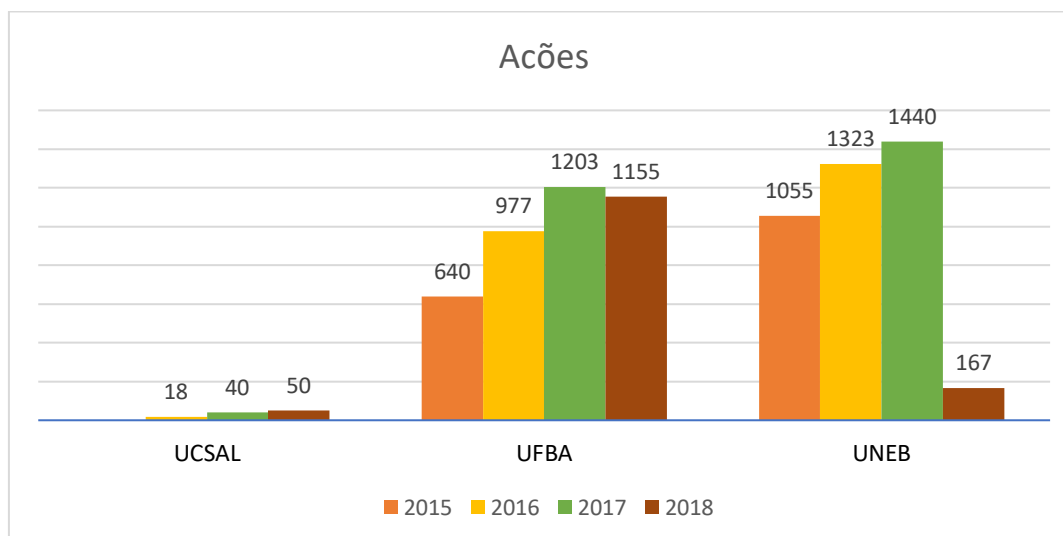
Fonte: UFBA (2020)

Elaboração: Lemos, 2020

A Pró Reitoria da UCSAL relatou que,

[...] a despeito de realizar centenas de ações de extensão nesse período havia uma carência de registros dessas ações na IES, pois elas eram realizadas nas paróquias e com o apoio destas, nessa época a IES ainda não contava com um sistema de cadastro de extensão, mas temos registro do qualitativo total dos programas realizados nesse período” Eliana Brito Sales

Gráfico 1 - Programas de Extensão das IES por ano.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

Atualmente só UNEB possui campus fora de Salvador, a partir daqui serão apresentados os bairros da cidade de Salvador onde foram realizadas ações de extensão no período referência de nossa pesquisa, e observa-se que maior parte das ações foram realizadas em comunidades localizadas no entorno da IES.

A narrativa da Pró Reitora da UNEB ratifica o primado dessas comunidades quando da seleção de projetos de extensão que viabilizem a profissionalização e ação de promoção de renda, nesse sentido ela relata:

Aqui no campus I, que é aonde estão centradas as atividades, nós temos um projeto específico voltado pra questão das cidades, o curso de urbanismo, a professora Cléria trabalha isso com os estudantes do urbanismo. Na educação nós temos vários projetos voltados para a formação dos professores da rede municipal, departamento de educação, além da brinquedoteca que é um espaço de laboratório que os estudantes de pedagogia e psicologia utilizam atendendo crianças do entorno do Cabula. (Prof<sup>a</sup> Adriana Marmorì)

Ela ainda completa:

Que mais que a gente poderia considerar em Salvador, por que você sabe, a UNEB é multicampi em cada lugar onde ela está situada tem seus projetos de extensão que são específicos daquele território, eu diria que também o desenvolvimento tecnológico, nós temos o curso de Engenharia Civil, que tem projetos registrados quer trabalha com essa perspectiva, nós temos vinculado à PROEX também um núcleo de habitação popular chamado TABA, que trabalha muito fortemente com a formação de pessoas, pedreiro, carpinteiro, eletricista, encanador, nas comunidades de bairro, a ideia é dar o curso e no próprio bairro já ir fazendo as atividades, questão profissional eu poderia ficar aqui relatando inúmeros projetos de extensão que a UNEB desenvolve. (Prof<sup>a</sup> Adriana Marmorì)

## **5.1 Universidade Católica de Salvador (UCSAL)**

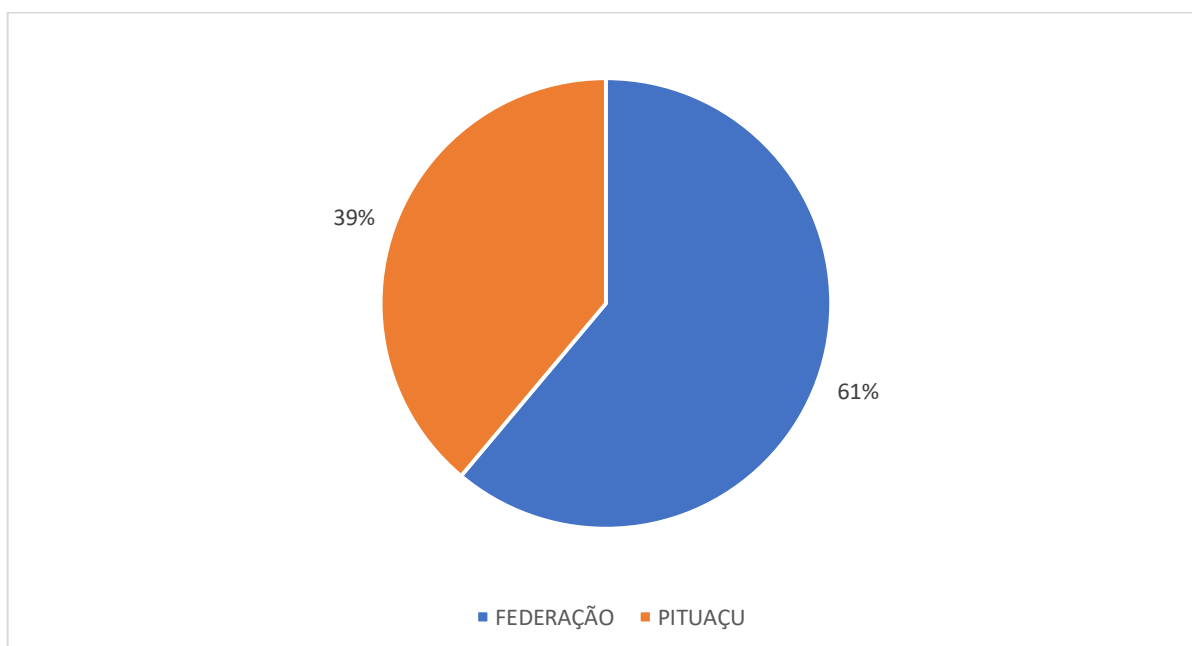
A UCSAL desenvolve suas atividades de extensão por meio de programas como o UCSAL em Movimento que é um programa de ação social itinerante que afirma a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável à formação do aluno e à promoção da transformação social. O programa tem como objetivo a sociabilização do conhecimento mediante a oferta gratuita de serviços e atividades de cunho pedagógico e assistencial-participativo, o Programa reafirma o compromisso

social da Universidade com a produção colaborativa de saberes (científicos, tecnológicos, filosóficos, artísticos), tornando-os aplicáveis e acessíveis à população.

Os cursos empreenderam atividades diversas, tais como ações socioeducativas; prestação de serviços nas áreas da saúde (hipertensão, diabetes, triagem e avaliação nutricional, orientação postural, saúde da mulher, saúde do homem, saúde da criança) e socio jurídica (Balcão Cidadão, com orientações sobre direito de família, questões trabalhistas, mediação familiar); oficinas de arte e música; oficinas de gastronomia (escolha de insumos, técnicas de seleção e preparo de alimentos, definição de preço de venda); palestras e oficinas com temáticas socioambientais (gestão de resíduos, reciclagem, riscos ambientais, saneamento, acessibilidade). Ao todo foram realizadas 10 edições do Programa UCSAL em Movimento.

A seguir no gráfico 2 são apresentados os programas de Extensão por campus da UCSAL desenvolvidos em 2016, com um total **2.885** participantes em cursos, oficinas e eventos.

Gráfico 2 - Programas de Extensão na UCSAL por campus no ano de 2016.

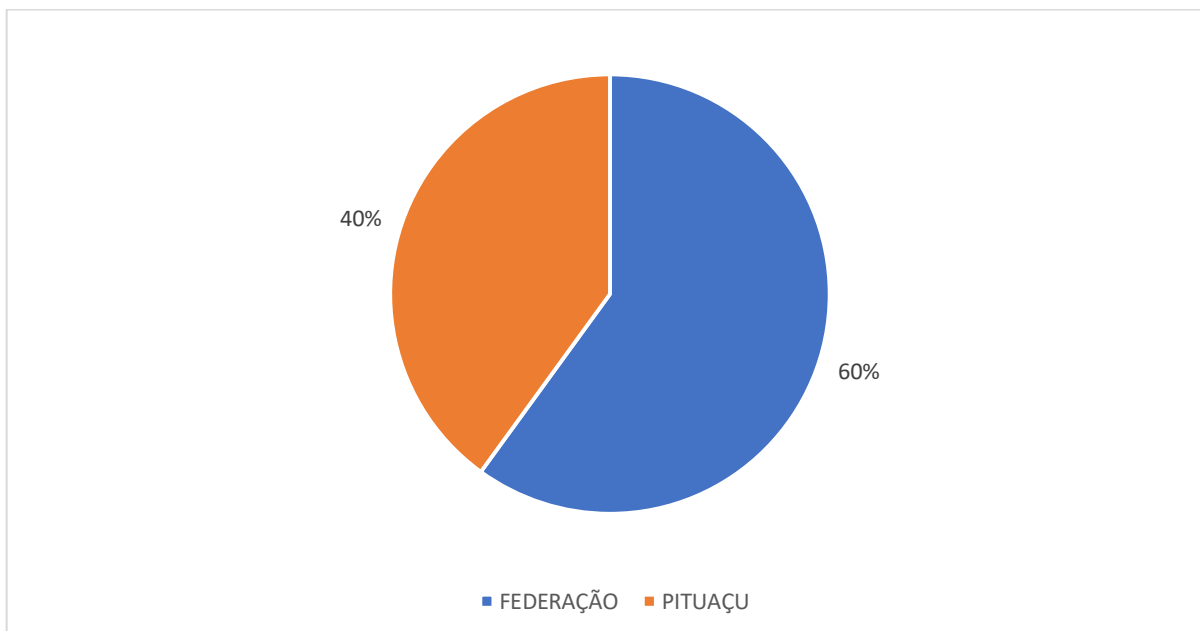


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A seguir no gráfico 8 são apresentados os programas de Extensão da UCSAL por campus desenvolvidos em 2017, com **6.751** participantes dos cursos, oficina e eventos.

Gráfico 3 – Programas de Extensão na UCSAL por campus no ano de 2017.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A Pró Reitora da UCSAL relata que:

O período compreendido de 2016 a 2018, a IES ofereceu programas dirigidos à comunidade, articulando ensino-pesquisa e extensão. Dentre eles, vou destacar dois: a Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares (ITCP/UCSAL), o Centro Integrado da Saúde. Destaca-se nessa época o Núcleo de Prática Jurídica, o UCSAL em Movimento e a UNAFISIO em 2017 e 2018 realizaram respectivamente, 1.246 e 2.946 atendimentos. Em 2018 o Laboratório de Nutrição realizou 109 atendimentos. (Profª Eliana Sales Brito).

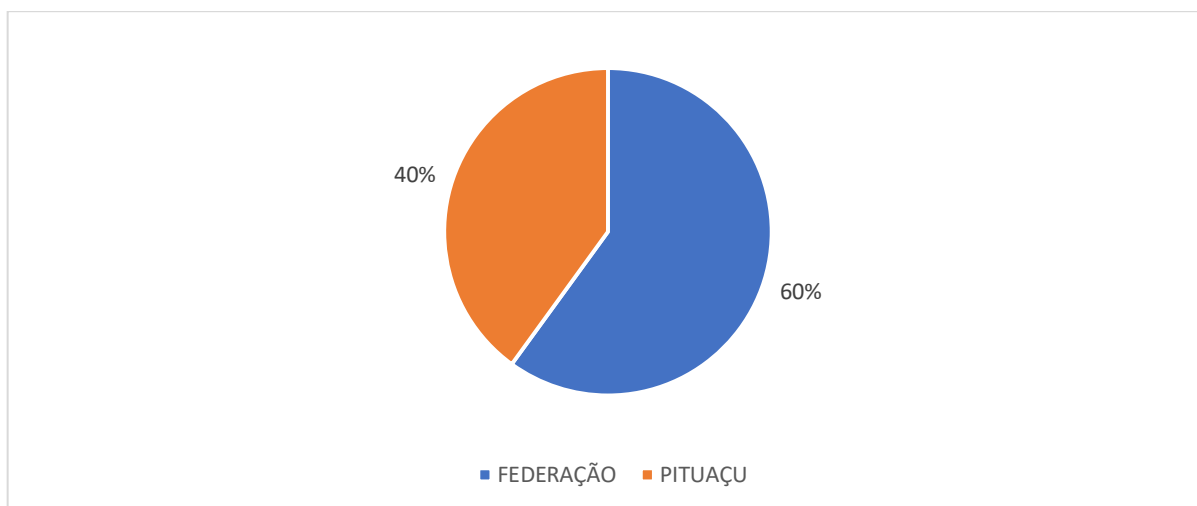
Segundo narrativa da Pró Reitora:

Os anos de 2017 e 2018 foram ricos em realizações por meio de programas que promoveram diferentes ações de extensão seja em forma de atendimentos na área jurídica e de saúde, seja na área da educação com a realização de cursos e eventos. (Profª Eliana Sales Brito).

A mudança no perfil de produtividade da Pró Reitoria pode ser explicada pela troca na gestão em 2017. A nova gestão imprimiu nova dinâmica no sentido de promover a sistematização das atividades já realizadas, a organização e fortalecimento de ações de extensão em parcerias com hospitais públicos para atendimento de pacientes excedentes entre outras iniciativas.

A seguir no gráfico 9 são apresentados os programas de Extensão por campus da UCSAL desenvolvidos em 2018, com **10.428** participantes dos cursos, oficinas e eventos.

Gráfico 4 - Programas de Extensão na UCSAL por campus no ano de 2018.



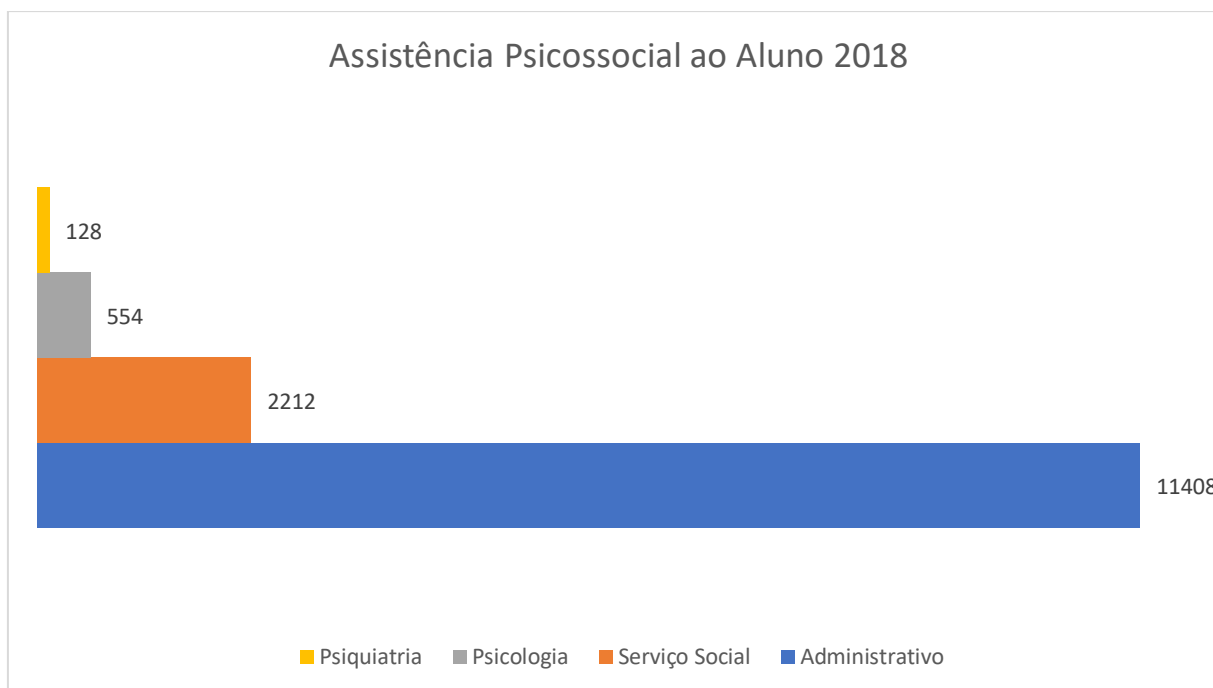
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

Em 2018, o campus de Pituvaçu sediou 68% dos programas de Extensão da UCSAL em uma estrutura bem montada, equipamentos de ponta e uma enorme extensão territorial, a clínica UNAFISIO, um Laboratório de Estudos em Meio Ambiente, entre outros centros de atendimento que justificam a grande procura pelos atendimentos e serviços prestados à comunidade.

Em 2018, foram realizados no PLENUS 14.302 atendimentos, mais de quatro mil além do que foi computado no ano de 2017. Este dado evidencia a consolidação deste setor enquanto um espaço de atenção psicossocial junto à Comunidade UCSAL interna e externa.

Gráfico 5 - Programas de Assistência Psicossocial ao Aluno em 2018



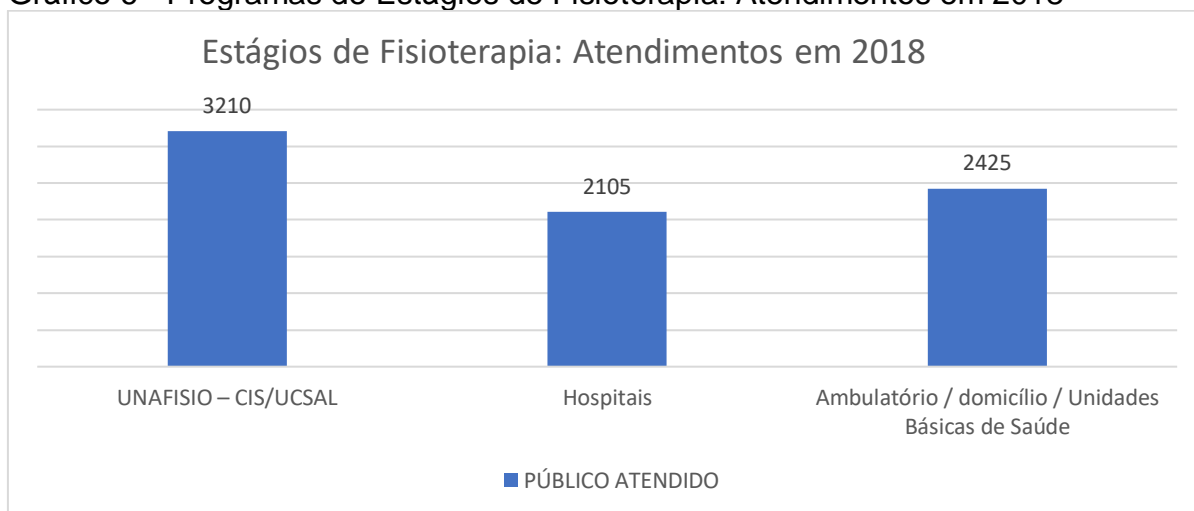
Fonte: Relatório Social 2018 - UCSAL  
Elaboração: Lemos, 2020.

A Unidade de Assistência em Fisioterapia (UNAFISIO) vincula-se ao Curso de Fisioterapia da UCSAL, mas representa um espaço para a assistência multiprofissional e interdisciplinar de Fisioterapia, Nutrição e Serviço Social, de caráter preventivo, curativo, habilitador e reabilitador.

Em 2018 foram prestados 3.210 atendimentos à comunidade, além dos atendimentos na UNAFISIO, alunos de Fisioterapia realizaram 2.105 atendimentos em hospitais, em ambulatórios e Unidades Básicas de Saúde foram realizados 2.425 atendimentos, e nestes programas de estágios foram envolvidos 605 estudantes.



Gráfico 6 - Programas de Estágios de Fisioterapia: Atendimentos em 2018

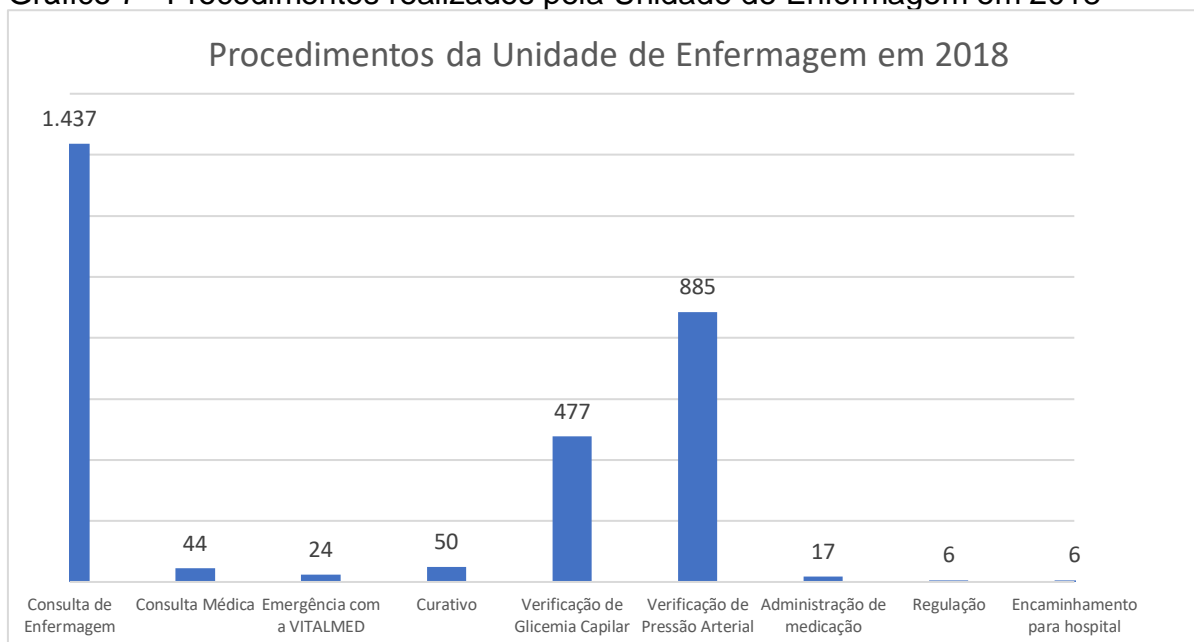


Fonte: Relatório Social 2018 - UCSAL  
Elaboração: Lemos, 2020.

A Unidade de Enfermagem (UNIENF), desenvolveu ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, recuperação e reabilitação dos usuários deste serviço, por meio de estágios curriculares, aulas práticas, pesquisas e atividades de extensão.

No ano de 2018 foram realizados 2.946 atendimentos.

Gráfico 7 - Procedimentos realizados pela Unidade de Enfermagem em 2018



Fonte: Relatório Social 2018 - UCSAL  
Elaboração: Lemos, 2020.

Projeto Práticas Educativas e Assistência Multidisciplinar a Pacientes com HTLV HAM/TSP PET - Este projeto teve como objetivo prestar assistência fisioterapêutica ao paciente com HTLV, promover educação quanto à adesão ao tratamento e prevenção das complicações inerentes da doença. Para garantir a participação do paciente, o Curso de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) buscou firmar uma parceria técnica com a associação de pacientes HTLVida, foram realizados 1.128 atendimentos.

Projeto PROFISIO, destinado a prestar assistência fisioterapêutica aos funcionários e colaboradores da instituição. As ações foram dirigidas à avaliação e tratamento dos distúrbios do sistema osteomioarticular assim como na prevenção, promoção da saúde e redução de danos. Este projeto oportuniza aos alunos a experiência da prática e da pesquisa relacionadas às afecções no sistema osteomioarticular, foram realizados 89 atendimentos.

Projeto Cuidar – Nutrição, fazendo parte do Programa Cuidar UCSal, este projeto busca oferecer aos funcionários o conhecimento sobre vida nutricional saudável, visando a prevenção e os cuidados de saúde e mudança comportamental no ambiente de trabalho. Em 2018, foram realizados 109 atendimentos nutricionais, com a participação de quatro estudantes de Nutrição, sob a orientação de um professor.

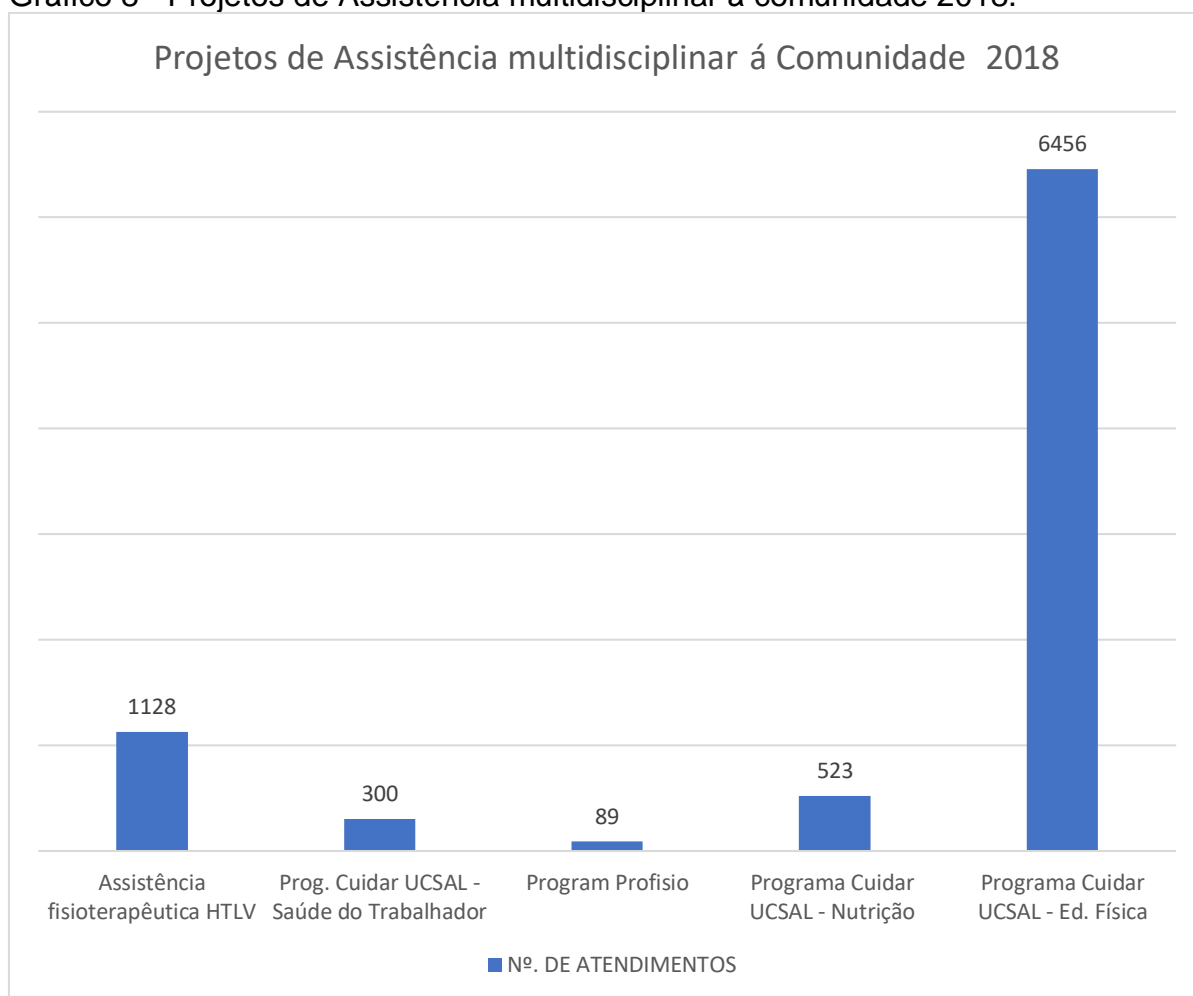
Projeto Cuidar – Educação Física, O Centro de Educação Física (CAF), oferece assistência à comunidade interna e externa mediante a realização de estágio e projetos de extensão. Na interação com outros cursos de saúde, o CAF recebe pessoas da comunidade oriundos da UNAFISIO. São pacientes que concluíram o programa de reabilitação e possuem indicação clínica para um programa de atividade física.

Três projetos são destacados no Curso de Educação Física: Atividade Física e Envelhecimento Saudável, destinados a idosos da comunidade; Atividade Física na UCSal, que faz parte do programa Cuidar UCSal, dirigido aos funcionários da universidade; Esporte Cidadão, em parceria com o Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA), voltado aos alunos e comunidade do seu entorno; e o projeto

UCSal Brincante, em parceria com o Centro Comunitário da Igreja Batista da Graça (CECOM), fomentando a prática esportiva com crianças atendidas na referida instituição.

Por meio destes projetos, foram realizados um total de 6.456 atendimentos, com a participação de 66 estudantes

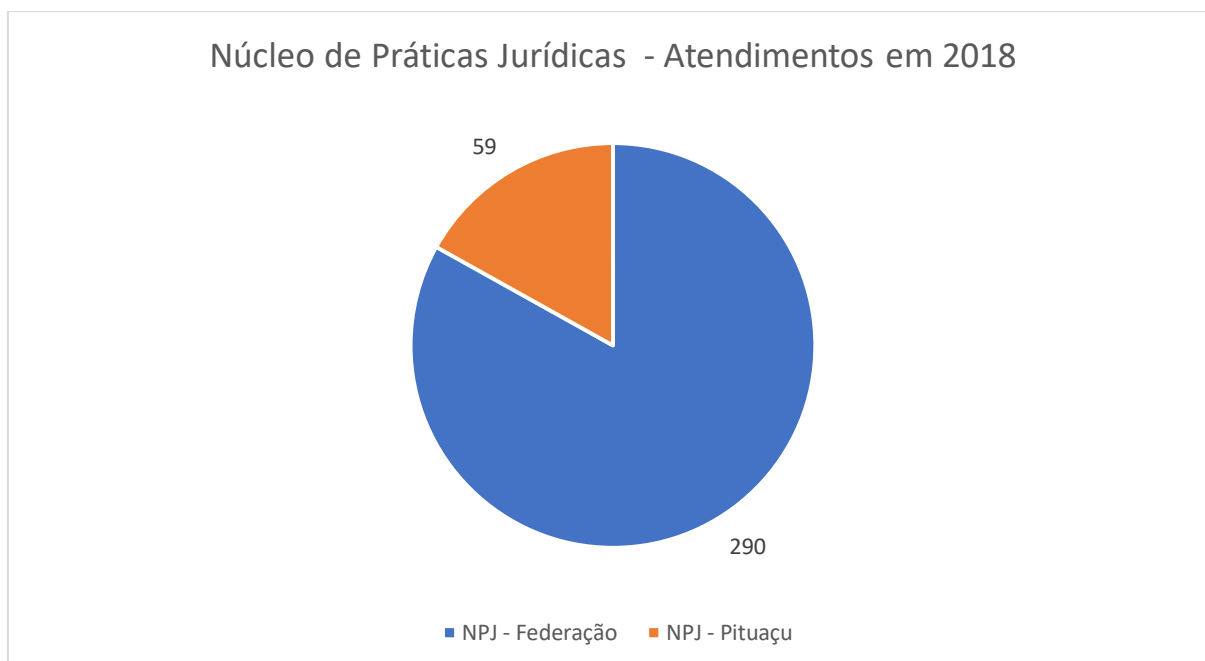
Gráfico 8 - Projetos de Assistência multidisciplinar à comunidade 2018.



Fonte: Relatório Social 2018 - UCSAL  
Elaboração: Lemos, 2020.

O Núcleo de Práticas Jurídicas Instalado nos *campi* de Pituazu e Federação, em 2018 realizaram 349 atendimentos nas duas unidades do NPJ com 877 processos analisados, em áreas diversas do Direito: adoção, alimentos, cível, curatela, divórcio, encaminhamento externo, inventário, mediação familiar, reconhecimento e dissolução de união estável, entre outras.

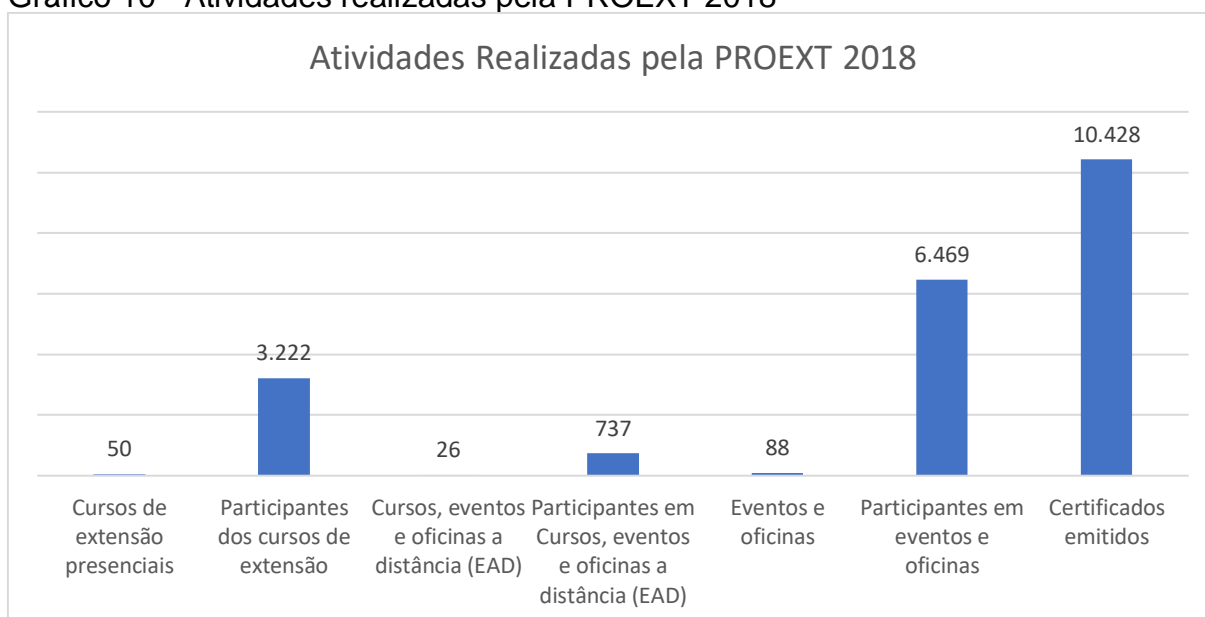
Gráfico 9 - Projetos de Atendimento Jurídico à comunidade em 2018



Fonte: Relatório Social 2018 – UCSAL  
Elaboração: Lemos, 2020.

Em 2018, foram cadastradas na PROEXT 164 atividades: 50 Cursos de Extensão e 88 eventos e oficinas presenciais; 26 Cursos, Eventos e Oficinas de Extensão a distância, tendo um público de 10.428 participantes certificados pela PROEXT.

Gráfico 10 - Atividades realizadas pela PROEXT 2018



Fonte: Relatório Social 2018 - UCSAL  
Elaboração: Lemos, 2020.

A Pró Reitoria da UCSAL destaca:

A contribuição do Núcleo de Cursos e Eventos da PROEXT - ele é responsável pelas ações educativas, esporádicas ou continuadas, que se destinam à socialização de informações; à produção subjetiva do conhecimento; à capacitação e ao aprimoramento profissional na forma de Cursos de Extensão, Oficinas e Eventos. (Profª Eliana Sales Brito)

Ela ainda relata que no ano de 2016, foram emitidos 2.885 certificados pela PROEXT relativos às atividades supracitadas, e em 2017 e 2018, 6.751 e 10.428 certificados, respectivamente.

A dimensão e excelência da estrutura física do campus de Pituacu pode explicar o fato de muitos cursos que inicialmente concentravam-se no campus da Federação terem sido transferidos para lá, ele também comporta um Núcleo de Prática Jurídica que presta assessoria e consultoria a comunidade de todo o entorno o que atrai muitas pessoas.

As ações acima registrada ratificam que “A instituição se volta para questões essenciais na formação do cidadão comprometido, solidário, e capaz de responder pelo trabalho, os desafios postos pelo seu tempo, valorizando a ética, a responsabilidade social, o meio ambiente e, sobretudo as pessoas conforme previsto no PPI, 2011-2015,p.35 além de “Concorrer para o desenvolvimento da comunidade, atenta aos princípios da solidariedade e de respeito à dignidade e às liberdades essenciais das pessoa humana” ( PDI, 2011-2015,p. 41).

Nesse sentido, no ano de 2016, foram realizados 355 atendimentos jurídicos nas duas unidades do Núcleo; em 2017, 319; e em 2018, 349. E o Centro de Assistência à Comunidade, atendeu em 2016 a 5.636 pessoas, em 2017 atendeu 10.260 e em 2018 atendeu 14.302 pessoas. (Relatório de Gestão 2014-2018).

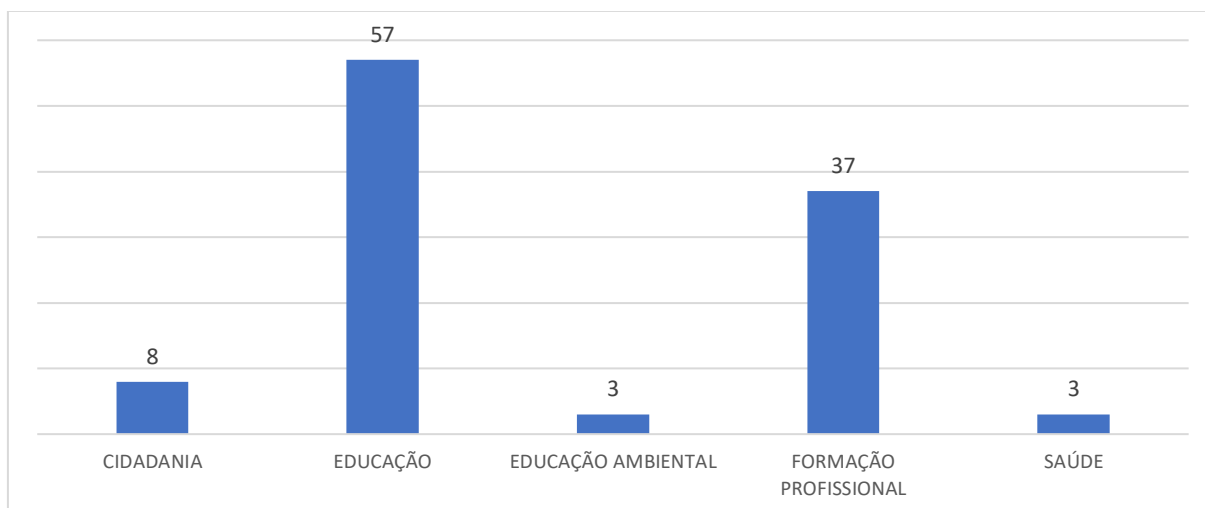
Nesse sentido a Pró-Reitora relata:

[...] tais atendimentos se dão em distintas áreas: adoção, alimentos, cível, curatela, dissolução de união estável, divórcio, encaminhamento externo, execução de alimentos, exoneração de alimentos, inventário, mediação familiar, orientação sócio jurídica, partilha, reconhecimento

e dissolução de união estável, regulamentação de visitas e revisional de alimentos. Prof<sup>a</sup> Eliana Sales Brito

A seguir no gráfico 11 são apresentados os programas de Extensão da UCSAL por eixos temáticos desenvolvidos no período de 2015 a 2018.

Gráfico 11 - Ações de Extensão por Eixo Temático na UCSAL no período entre 2015 e 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.  
Elaboração: Lemos, 2020.

A grande quantidade de programas do eixo educação, ratifica o que estabelece o seu PPI 2011-2015 quando afirma que “a educação deve ser voltada para os valores culturais, plurais, numa perspectiva transformadora, onde o compromisso de/ formar recursos humanos estava voltado para construção de uma sociedade mais justa.” (UCSAL, 2011, p.51) e isto fica evidente pois do período de 2016 a 2018 foram emitidos 20.064 certificados emitidos pelo Núcleo de Cursos e Eventos da UCSAL.

No âmbito da formação profissional a UCSAL presta Assistência Socioproductiva, no sentido de promover a inserção das tecnologias sociais como a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – (ITCP UCSAL) programa de extensão que desenvolve ações de acompanhamento, capacitação e assessoria a empreendimentos econômicos populares visando fortalecer as condições necessárias a viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária, consolidando o compromisso social da UCSAL na busca de uma sociedade mais generosa, inclusiva e solidária, que entre outros promoveram a Capacitação em Saúde Mental em Economia Solidária para planejar a organização de

empreendimentos de economia solidária pelos usuários do sistema de saúde mental e criação da Empresa Junior ANALIFE que realizam uma série de atividades formativas e de prestação de serviços, dentre eles, a confecção de tabelas nutricionais para rotulagem de dez sabores de geleias da marca Gelelê; avaliação dos cardápios oferecidos no refeitório do Seminário Central João Maria Vianney, na Federação, organização da lista de compras, de saída/utilização de gêneros alimentícios dos produtos utilizados e controle de estoque.

## 5.2 Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

A seguir no quadro 12 são apresentados os programas de Extensão da UNEB desenvolvidos de 2015 a 2018.

Quadro 8 – Ações de Extensão na UNEB no bairro do Cabula no período de 2015 a 2018.

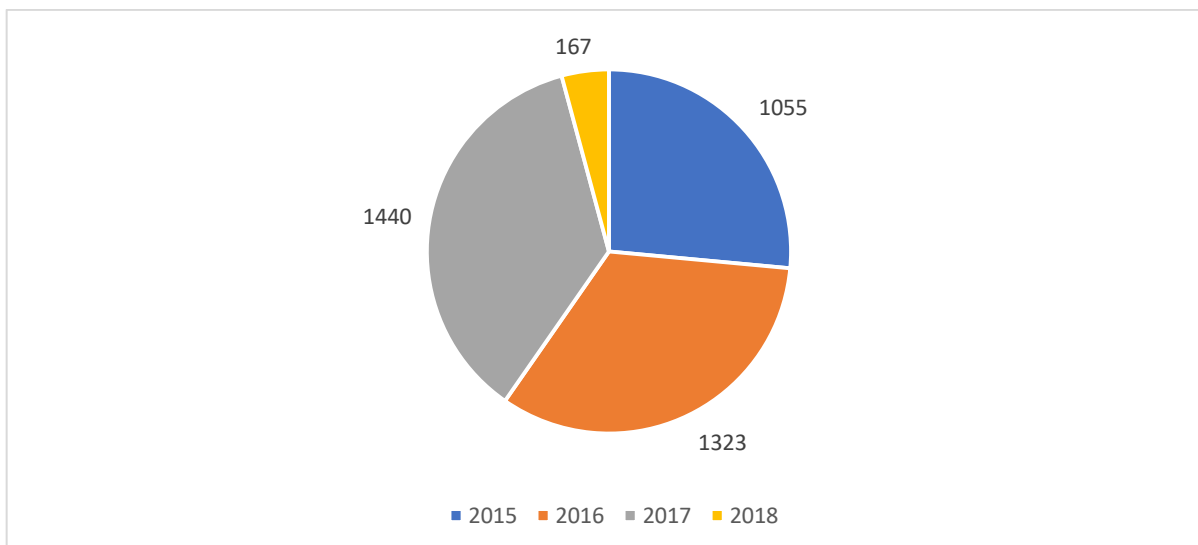
UNEB				
BAIRRO	Anos			
	2015 Ações	2016 Ações	2017 Ações	2018 Programas
CABULA	1055	1323	1440	167

Fonte: Elaboração da autora

O quadro 12 mostra que a UNEB no período de 2015 a 2017 realizou 3818 ações de extensão avulsas e no ano de 2018 foram realizados 167 programas de extensão todos no bairro do Cabula, o relatório de gestão da Pró Reitoria não disponibilizou o número de ações de extensão realizadas em 2018.

A seguir no gráfico 12 são apresentadas as ações de extensão de Extensão da UNEB desenvolvidas de 2015 a 2018.

Gráfico 12 - Ações de Extensão na UNEB no bairro do Cabula no período de 2015 a 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

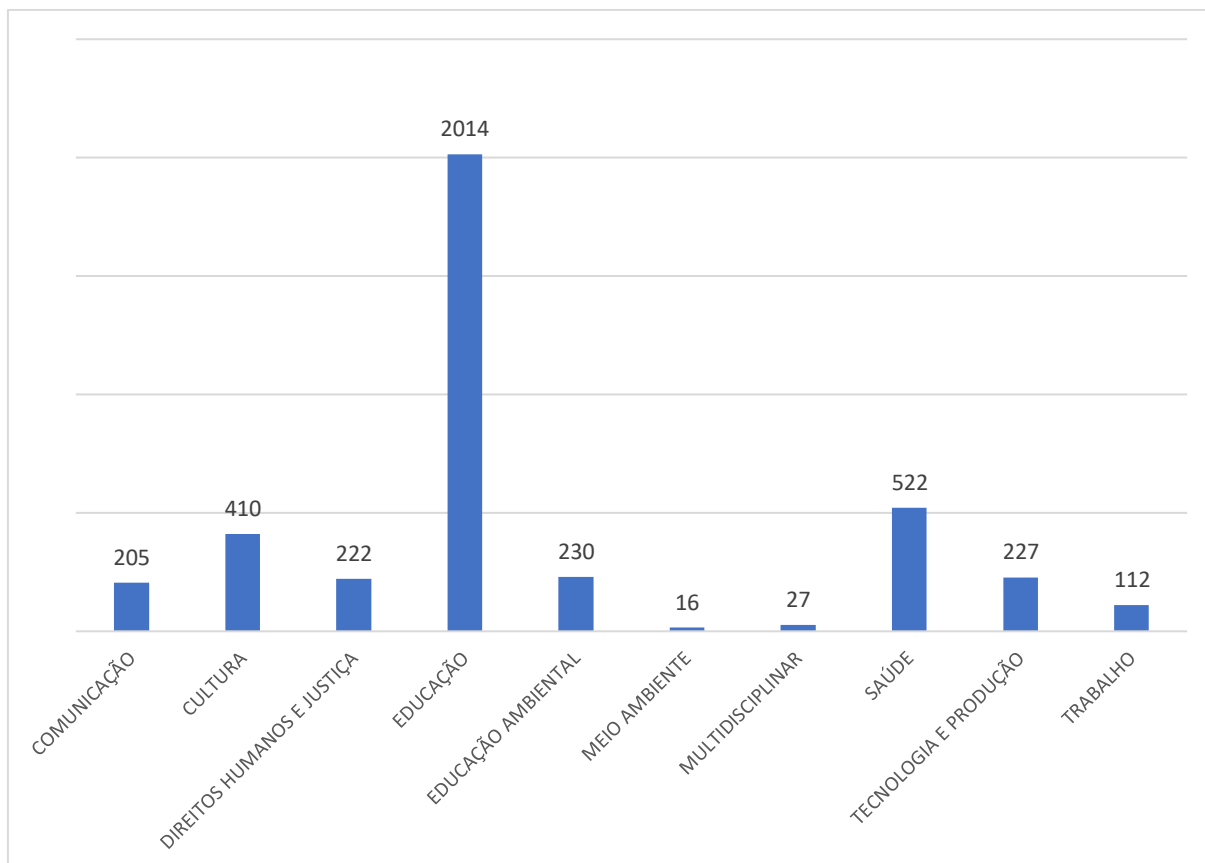
A pró Reitoria da UNEB relata sobre a importância das ações de extensão para o desenvolvimento:

Olha, cada relatório que a gente pega dá para visualizar a fala desses sujeitos que são beneficiários da ação extensionista, por exemplo quando você dialoga com os idosos da Universidade Aberta da Terceira Idade, nós temos depoimentos como “eu vivia muito doente, tomava muito remédio, tomava muito remédio, ficava dentro de casa, ficava deprimida queria morrer, hoje depois que eu passei a participar do programa minha vida mudou, eu sou outra pessoa” (Prof<sup>a</sup>.Adriana Marmori).

A seguir no Gráfico 13 são apresentados as ações de Extensão por eixos temáticos da UNEB desenvolvidos de 2015 a 2018, observa-se que a Educação apresenta quatro vezes mais ações que os outros eixos, e o meio ambiente apresenta o menor eixo.

Gráfico 13 - Ações de Extensão por Eixos Temáticos na UNEB no período entre 2015 e 2018.





Fonte: Pesquisa de campo, 2019.  
Elaboração: Lemos, 2020.

Sobre os desafios para a realização da extensão universitária que contribua para o desenvolvimento social, a Pró Reitoria da UNEB assim se manifesta:

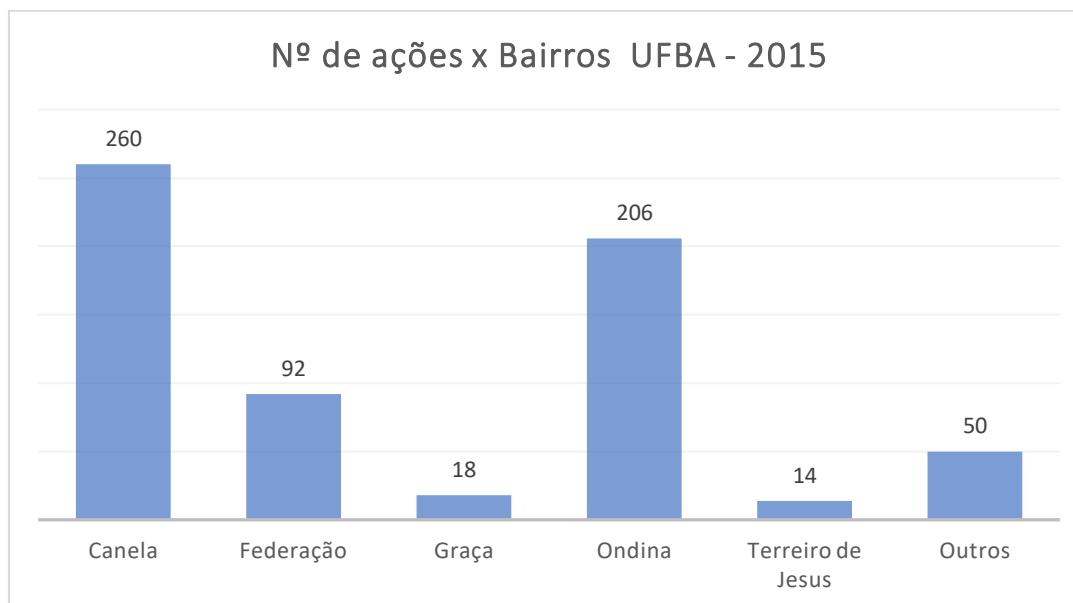
O grande desafio ainda que eu vejo dentro da universidade, um preconceito em relação a extensão universitária, é como se a universidade ela só tivesse valor acadêmico nas atividades da graduação ou da pesquisa da pós graduação, é como se a extensão universitária, a gente sabe da importância, a gente sabe dos resultados positivos para o desenvolvimento social mas, enquanto atividade valorizada academicamente ela não tivesse o mesmo peso e relevância que a graduação tem e que a pesquisa da pós graduação tem, então é um grande desafio hoje não só da UNEB mas de todas as universidades brasileiras reafirmar a extensão enquanto esse lugar tão importante quanto as outras dimensões para a promoção do desenvolvimento. (Prof<sup>a</sup> Adriana Marmorì)

### 5.3 Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Na UFBA, as ações de extensão do ano do período 2015 a 2018, concentraram-se predominantemente nos bairros do Canela onde está localizada a

Reitoria, estão também no bairro de Ondina onde estão localizadas as faculdades de Medicina Veterinária, o pavilhão de Matemática, a faculdade de Biologia.

Gráfico 14 - Programas de Extensão na UFBA por bairro no ano de 2015.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

Observa-se que 7,8% das ações de extensão realizadas em outros bairros no ano de 2015, foram realizadas em comunidades afastadas do entorno das IES como mostram o quadro 3, o que indica o aumento do alcance da extensão da IES na cidade.

Quadro 9 – Outros bairros contemplados com ações da UFBA em 2015.

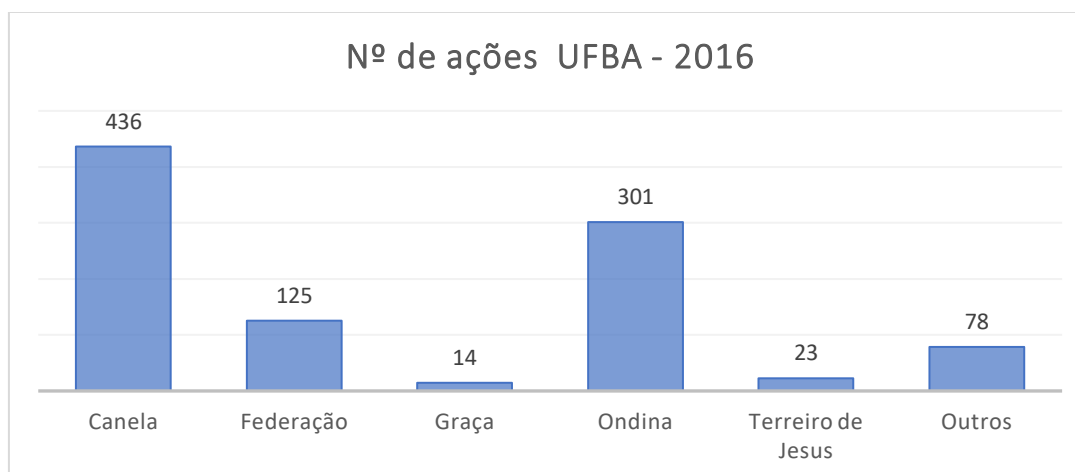
UFBA - 2015			
Outros Bairros	Nº de Ações	Outros Bairros	Nº de Ações
BARRA	1	LIBERDADE	1
BARRIS	3	MARES	1
BARROQUINHA	1	PARALELA	1
CABULA	1	PELOURINHO	1
CALABAR	2	PIRAJÁ	1
CENTRO	4	PITUAÇU	3
CIDADE NOVA	1	RIO VERMELHO	3
COMÉRCIO	1	ROMA	2
GARCIA	1	SARAMANDAIA	1
ITAIGARA	1	STIEP	5
ITAPUA	1	SUBÚRBIO	11
JARDIM DE ALAH	1	VITORIA	2
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>50</b>	

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A seguir o gráfico 15 mostra que a maior parte dos programas de extensão da UFBA no ano de 2016 ficaram restritos aos bairros do Canela e Ondina.

Gráfico 15 - Programas de Extensão na UFBA por bairro no ano de 2016.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A seguir no quadro 9 são apresentados os outros bairros de Salvador contemplados com ações de Extensão da UFBA desenvolvidos em 2017.

Quadro 10 – Outros bairros contemplados com ações da UFBA em 2016.

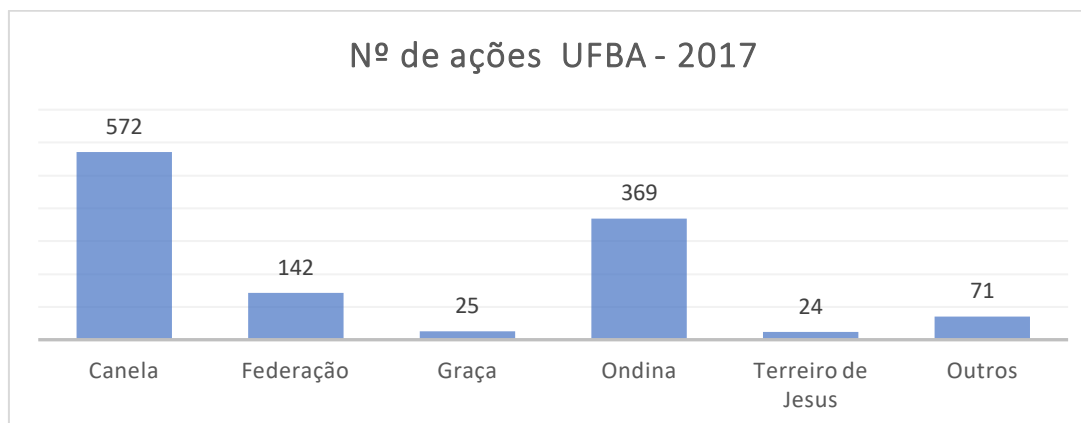
UFBA - 2016			
Outros Bairros	Nº de Ações	Outros Bairros	Nº de Ações
Barra	1	Paralela	1
Barris	7	Pau da Lima	1
Barroquinha	1	Pelourinho	7
Brotas	2	Piatã	1
Cabula	3	Piedade	4
Cajazeiras	1	Pituba	2
Calabar	1	Plataforma	3
Campo Grande	2	Praça Das Artes	1
Canabrava	1	Rio Vermelho	5
Centro	2	Santa Monica	1
Centro Administrativo da Bahia	2	São João Cabrito	1
Cidade Nova	1	São Marcos	1
Cidadela	2	Sete Portas	1
Comércio	4	Subúrbio	3
Dois de Julho	1	Tancredo Neves	1
Engenho Velho de Brotas	1	Uruguai	2
Garcia	1	Valéria	1
Liberdade	3	Vila Laura	1
Nazaré	1	Vila Rui Barbosa	1
Novo Horizonte	1	Vitoria	2
TOTAL GERAL			78

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A seguir no gráfico 16 são apresentados os programas de Extensão da UFBA desenvolvidos em 2017 distribuídos pelos bairros de Salvador.

Gráfico 16 - Programas de Extensão na UFBA por Bairros no ano de 2017.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A UFBA no ano de 2017 ainda concentra as ações de extensão nos bairros do Canela, Ondina e Federação, porém as ações em outros bairros diminuíram em 8,9% contudo foram distribuídas por 71 bairros da cidade de Salvador, e contempla bairros considerados de classe média alta.

A seguir no quadro 10 são apresentados os outros bairros de Salvador contemplados com ações de Extensão da UFBA desenvolvidos em 2017.

Quadro 11 – Outros bairros contemplados com ações da UFBA em 2017.

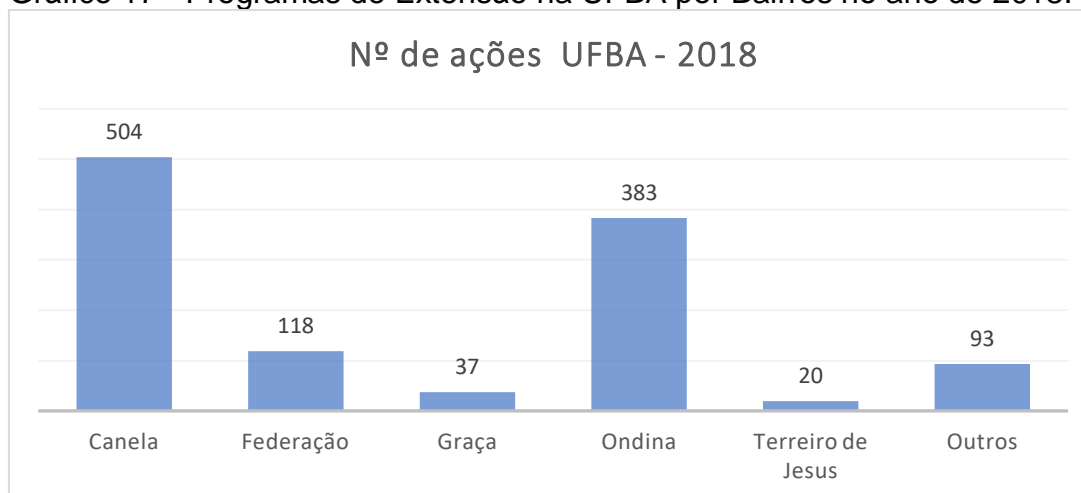
UFBA - 2017			
Outros Bairros	Nº de Ações	Outros Bairros	Nº de Ações
Alphaville	1	Paralela	2
Barbalho	3	Paripe	1
Barra	1	Pelourinho	6
Boca do Rio	1	Periperi	1
Brotas	2	Pernambués	1
Cabula	1	Piedade	6
Cajazeiras	1	Pirajá	2
Calabar	2	Pituba	1
Caminho das Árvores	1	Plataforma	3
Canabrava	1	Rio Vermelho	4
Centro	7	São Caetano	1
Centro Administrativo da Bahia	1	Subúrbio	3
Fazenda Grande	1	Tancredo Neves	1
Jardim de Alah	1	Valéria	1
Jardim Nova Esperança	1	Vasco Da Gama	1
Luis Anselmo	2	Vitória	7
Nazaré	3		
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>71</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A seguir no gráfico 17 são apresentados os programas de Extensão da UFBA desenvolvidos em 2018 distribuídos pelos bairros de Salvador.

Gráfico 17 - Programas de Extensão na UFBA por Bairros no ano de 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

No ano de 2018 o número de ações de extensão em outros bairros aumentou em 30,9% e contemplou 36 bairros de Salvador.

A seguir no quadro 11 são apresentados os outros bairros contemplados com ações de Extensão da UFBA desenvolvidos em 2017.

Quadro 12 – Outros bairros contemplados com ações da UFBA em 2018.

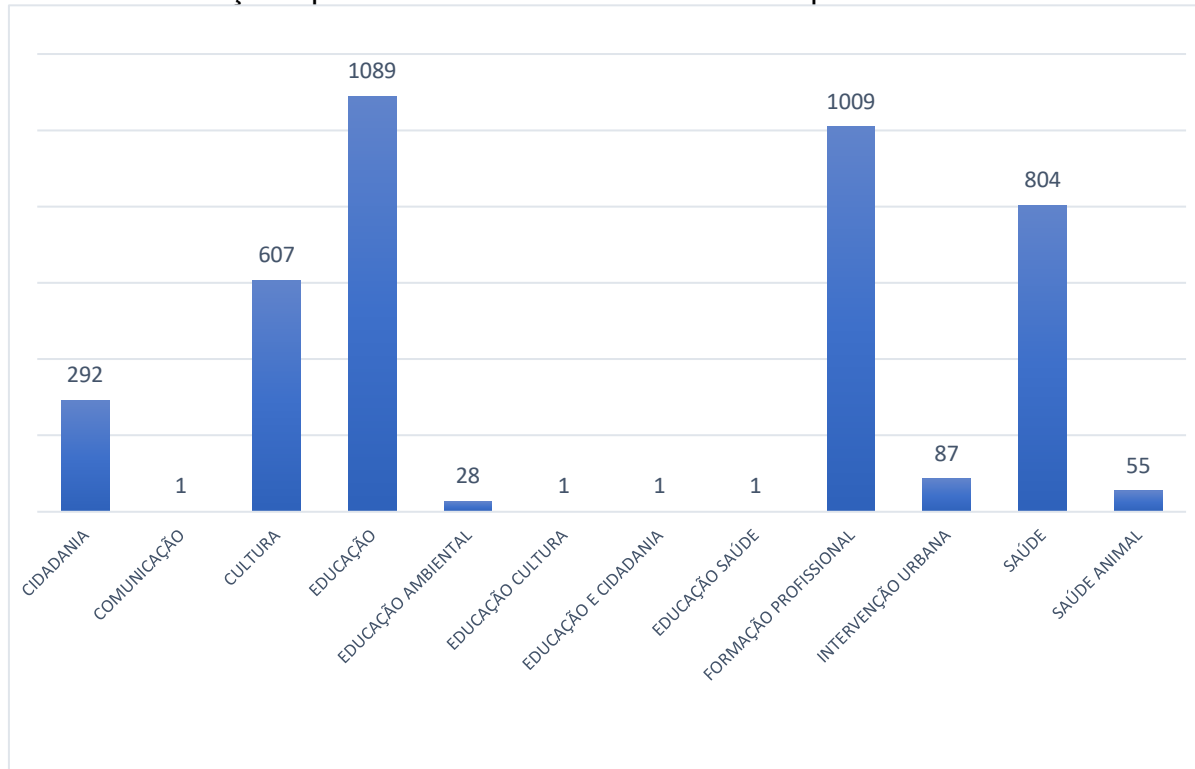
UFBA - 2018			
Outros Bairros	Nº de Ações	Outros Bairros	Nº de Ações
Aeroporto	1	Lapinha	2
Barbalho	6	Mata Escura	1
Barra	1	Narandiba	1
Barris	3	Nazaré	2
Brotas	5	Paralela	3
Cabula	1	Pau da Lima	4
Cajazeiras	1	Pelourinho	6
Calabar	1	Piedade	12
Camaçari	1	Pirajá	1
Caminho das Árvores	1	Pituba	1
Campo Grande	4	Rio Vermelho	3
Centro	3	Saramandaia	2
Centro Administrativo da Bahia	2	Stiep	1
Dois de Julho	4	Subúrbio	1
Doron	2	Tancredo Neves	1
Escada	1	Tororó	1
Itaigara	3	Vasco da Gama	1
Itapagipe	1	Vitoria	9
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>93</b>

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A seguir no gráfico 18 são apresentadas as ações de Extensão por eixos temáticos da UFBA desenvolvidos de 2015 a 2018.

Gráfico 18 – Ações por eixos temáticos na UFBA no período entre 2015 e 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.  
Elaboração: Lemos, 2020.

No período de 2015 a 2018 a UFBA realizou 1413 ações no âmbito da educacional e da cidadania constituindo bases para a formação de uma comunidade cidadã.

No âmbito da educação o desenvolvimento da dimensão cognitiva não prescinde do desenvolvimento sócio afetivo, a educação por meio da extensão universitária é capaz pela sua especificidade (acontece na comunidade ou pelo menos entre os pares) é capaz de propiciar a construção da criticidade e da resiliência e na interação social esse desenvolvimento é potencializado pela troca de saberes entre os pares.

Para Sen (2011) “[...] compreender o mundo nunca é uma questão de apenas registrar nossas percepções imediatas. A compreensão inevitavelmente envolve o uso da razão” (SEN, 2011, p.7).

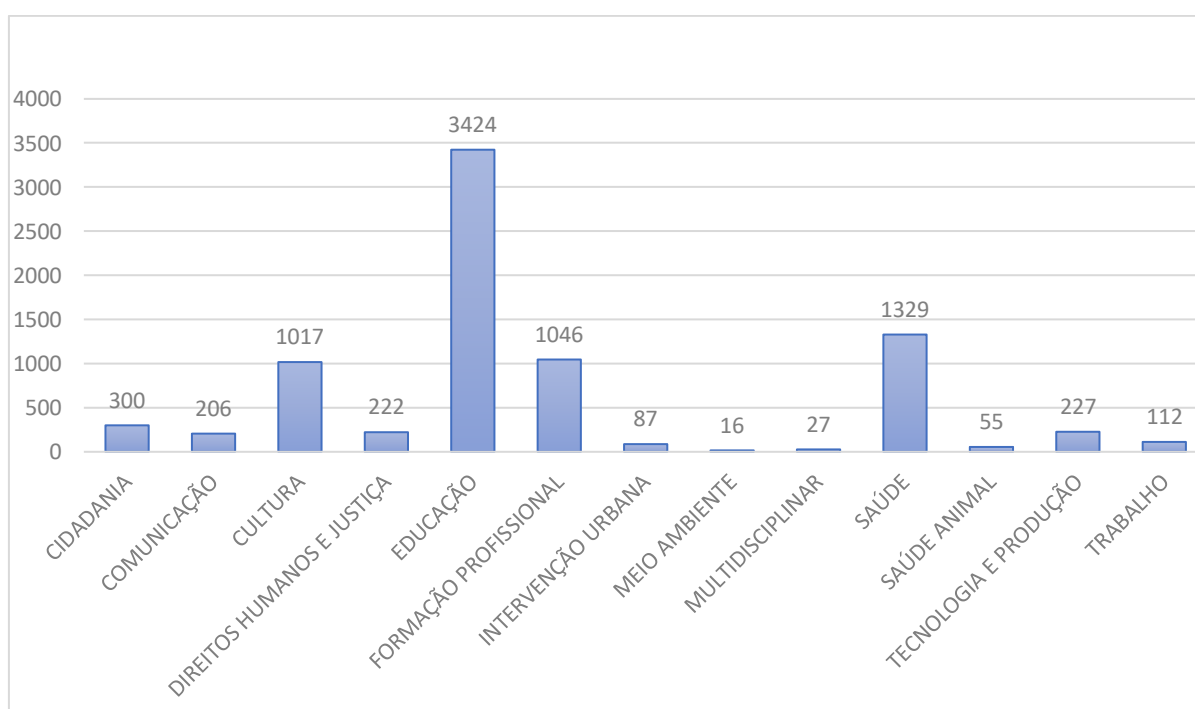
Freire, também contribui com as reflexões ao relatar que “o exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e de outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação” (FREIRE, 1996, p.45).

#### 5.4 Síntese das Ações de Extensão por Eixos Temáticos pelas IES

A seguir no gráfico 19 são apresentadas as ações de Extensão por eixos temáticos desenvolvidas pela UCSAL, UNEB E UFBA de 2015 a 2018.

O gráfico 19 mostra o quantitativo de ações por eixos temáticos do conjunto das IES pesquisadas, nele, os eixos educação (42,44%), cidadania (3,72%), cultura (12,61%), direitos humanos e justiça (2,75%) e meio ambiente (0,20%) juntos respondem por 64% de todas as ações de extensão realizadas pela UCSAL, UNEB e UFBA no período de 2015 a 2018 na cidade de Salvador.

Gráfico 19 - Ações de Extensão por Eixo Temático nas IES no período de 2015 a 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

Tais eixos ensejam o desenvolvimento da comunidade na perspectiva de uma formação cidadã, posto que como FREIRE (1982) destaca “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1982, p. 69), nesse sentido a extensão universitária conforme documentos normativos (PDI e Regimento) da UCSAL, UNEB e UFBA deve responder pela relação entre as universidades e a sociedade, essa relação se dá por meio de programas e projetos que realizam a missão da universidade, no que se refere à formação para a cidadania, conforme orientação do FORPROEX (2012) e que segundo Freire se fortalece “na crença em que os homens podem fazer e refazer as coisas, podem transformar o mundo. Crença em que fazendo e refazendo as coisas e transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser, um estar sendo em busca do ser mais”. (FREIRE, 1982 p.74).

Isso faz parte da dinâmica de processos formativos característicos dos eixos temáticos educação, meio ambiente, cidadania, cultura, direitos humanos e justiça capazes de propiciar o desenvolvimento social cujo objetivo seja o empoderamento das pessoas como agentes de mudança social.

A Pró Reitoria da UNEB em resposta sobre a questão se considera se a ação extensionista contribui para a cidadania das pessoas de comunidades envolvidas nessas ações, relata:

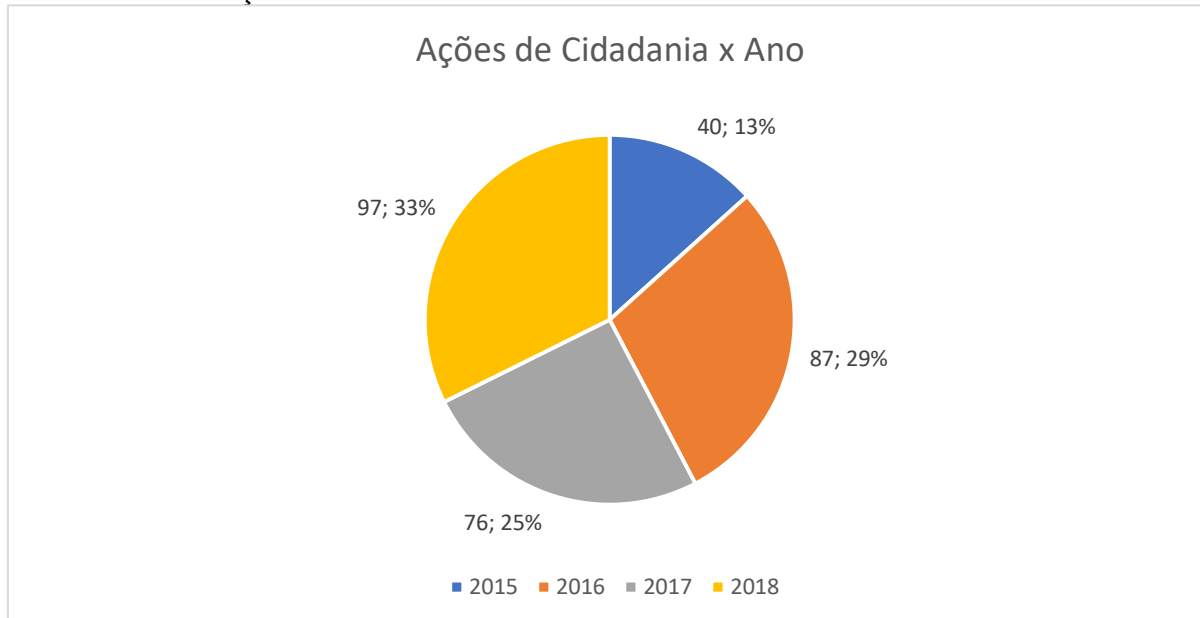
Sim, é o reconhecimento do potencial da comunidade nas decisões, decisões políticas mesmo [...] então nós temos vários jovens que se inserem nos projetos, sobretudo jovens, em um projeto que funcionou durante muito tempo, hoje ele já não está na base, acho finalizou, o projeto - Jovens Ativistas de Cajazeiras, qual era a ideia? operar peças de computador e transformar em outros equipamentos, então um jovem que participa de uma atividade dessas ele percebe claramente a sua formação cidadã está sendo feita, enfim, não tem como não envolver esse sentimento de cidadão, de pertencimento à sociedade que aí está. Prof<sup>a</sup> Adriana Marmori.

A seguir no gráfico 20 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Cidadania desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018, Oriundo da área temática Direitos Humanos, o eixo temático Cidadania, deve trabalhar



conteúdos relativos a direitos e deveres inerentes ao cidadão, participação social e controle social dentre outros.

Gráfico 20 – Ações de Extensão do eixo Cidadania nas IES de 2015 e 2018.

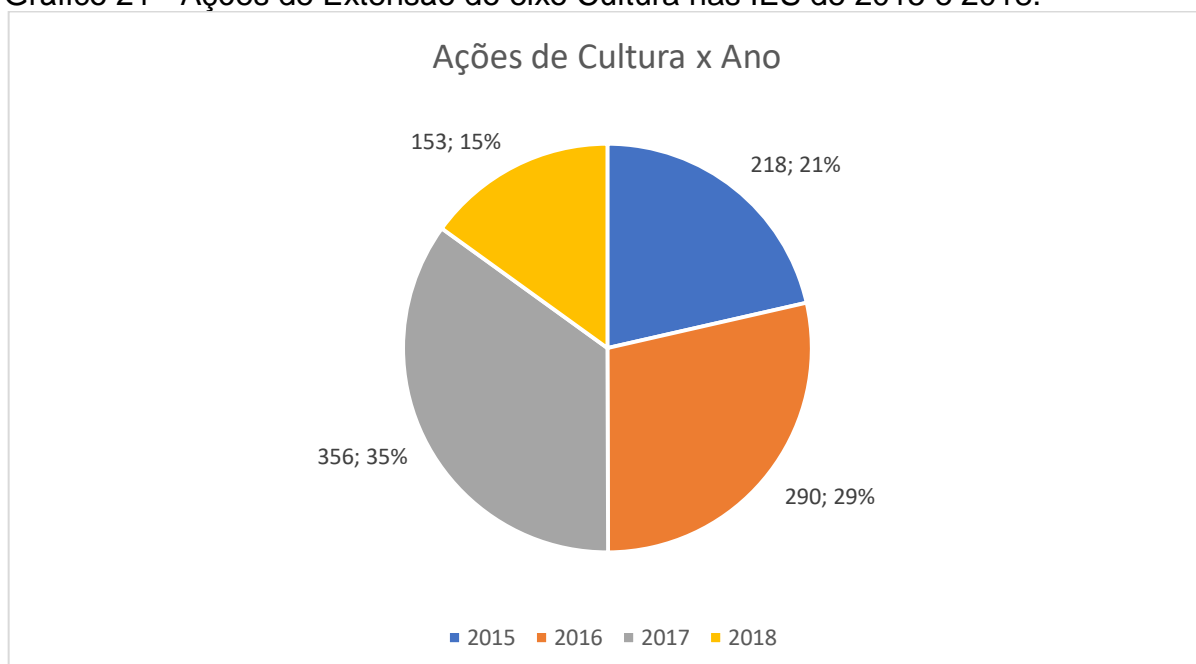


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A seguir no gráfico 21 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Cultura desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 21 - Ações de Extensão do eixo Cultura nas IES de 2015 e 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

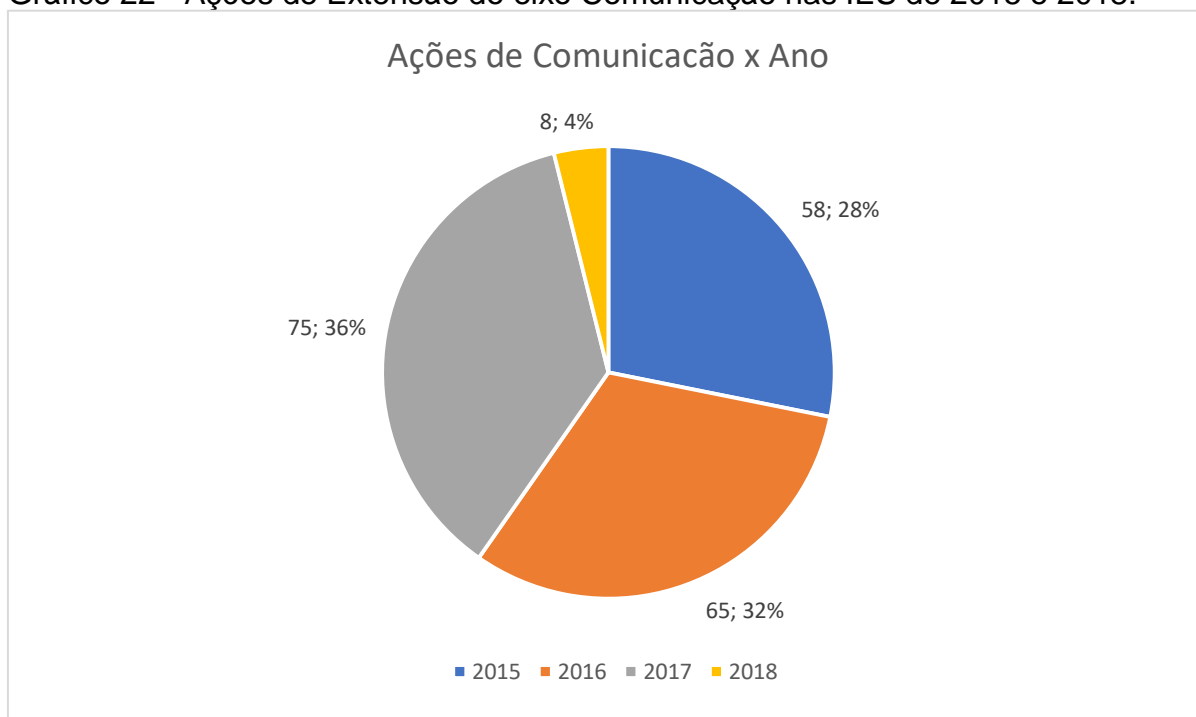
Elaboração: Lemos, 2020.

Nesse sentido as ações da extensão pertencentes ao eixo temático Cultura referente aos anos 2015 a 2018 nas três IES, favorece a valorização da identidade da comunidade e o fortalecimento do sentimento de pertença dos participantes das ações de extensão e assim contribui para o desenvolvimento na perspectiva da valorização do outro e da igualdade de oportunidades. É por meio da cultura que a comunidade se expressa, mostra seus valores, tecnologias e saberes tradicionais e religiosos.

A extensão universitária precisa questionar-se conforme orienta (FREIRE,1996, p. 30) “porque não estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?” Tanto os alunos quanto a comunidade ganham quando o conhecimento é construído a partir do processo de contextualização dos novos saberes com a realidade da comunidade, sua cultura e especificidades têm o repertório ampliado por novos fazeres e saberes construídos coletivamente e que a partir de então fazem parte do universo de todos (FREIRE,1996, p. 30).

A seguir no gráfico 22 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Comunicação desenvolvidas pela UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 22 - Ações de Extensão do eixo Comunicação nas IES de 2015 e 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

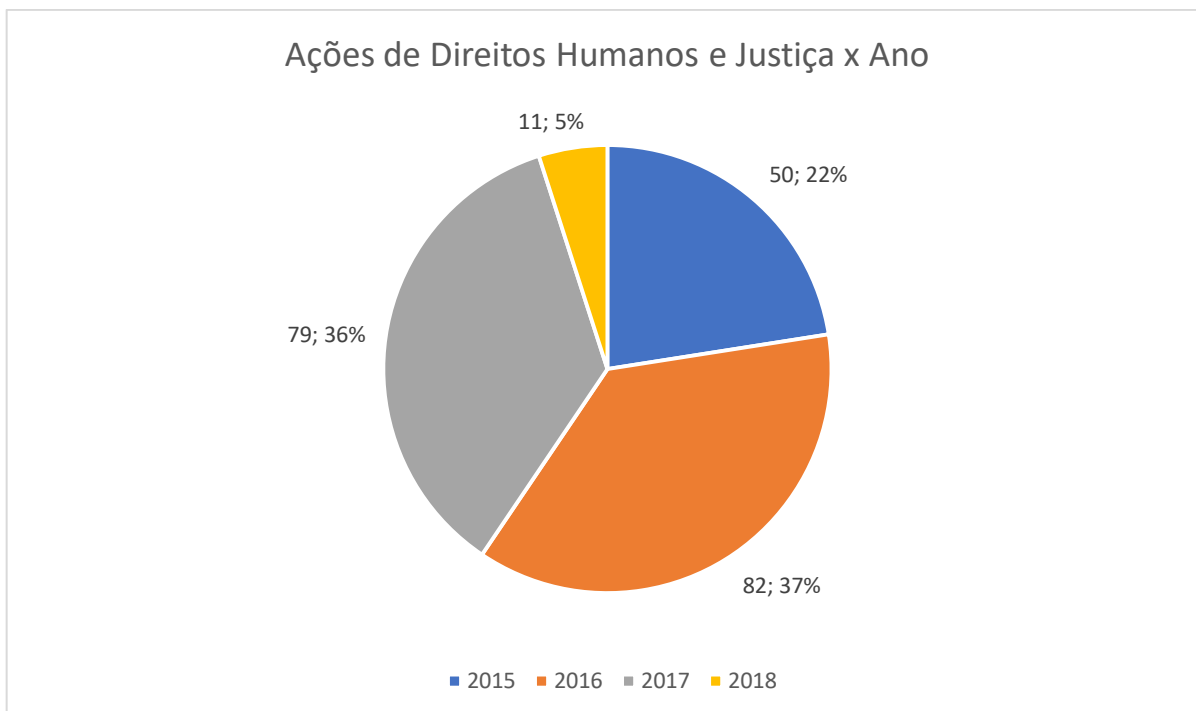
Elaboração: Lemos, 2020.

O processo comunicativo é fundamental com o esforço da tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, que exige sempre a inserção crítica de alguém na realidade que se lhe aconteça a desvelar, não poder ser de caráter individual, mas sim social (FREIRE, 1982, p. 77).

As ações de extensão contribuem para o desenvolvimento, elas impactam a vida das pessoas, propiciando qualificação para uma atuação profissional mais competente, formação para o exercício da cidadania ativa e promove o intercâmbio de saberes e culturas.

A seguir no gráfico 23 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Direitos Humanos desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 23 - Ações de Extensão do eixo Direitos Humanos nas IES de 2015 e 2018.



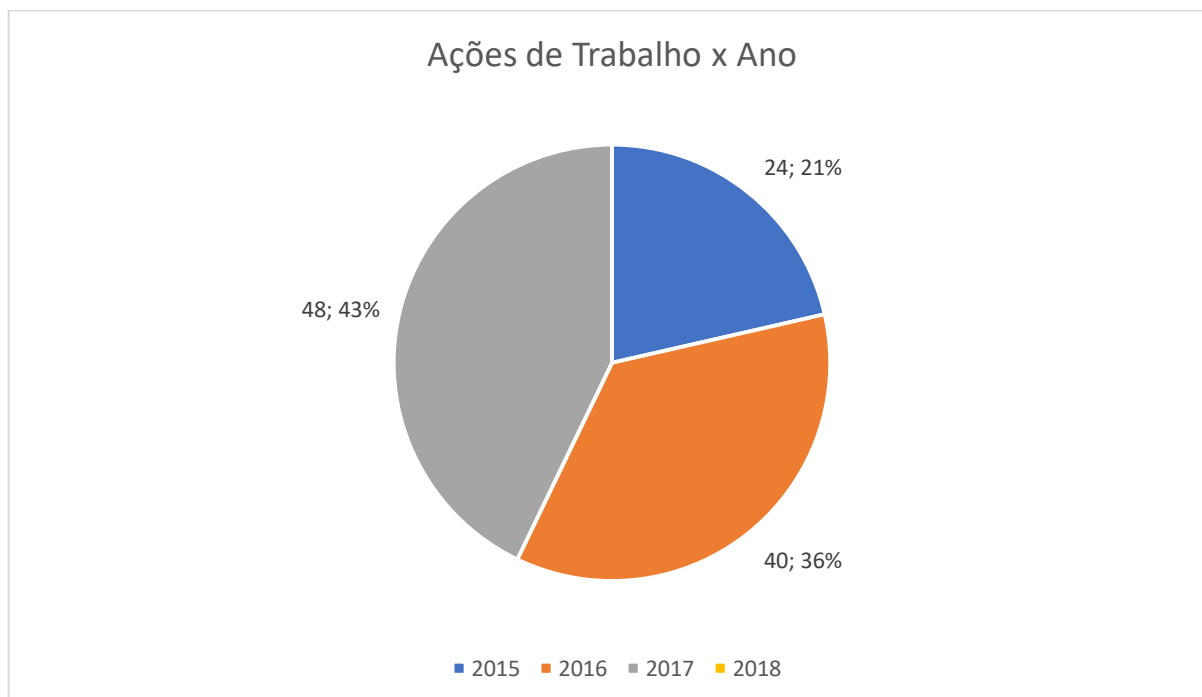
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.  
Elaboração: Lemos, 2020.

As ações de extensão do eixo temático Direitos Humano e Justiça foram predominantes no ano de 2018, esse ano foi marcado por atos de violência como o assassinato da vereadora Marielle Franco que entre outros eventos, fomentou inúmeros debates sobre a garantia de respeito aos direitos humanos e o acesso e efetividade da justiça, por tudo isso as ações de extensão são fundamentais onde por meio do diálogo, da comunicação, favorecem o processo de reflexão e ação para ressignificar o exercício da cidadania na perspectiva da participação social.

Freire (1982) corrobora com esse pensar quando postula a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação, nesse sentido o processo de extensão universitária por meio do diálogo com a comunidade leva-a à reflexão, sobre a necessidade de posicionar-se junto e no mundo (participação social) agora cômico de sua responsabilidade com si mesmo, com seus pares e com o planeta, conforme Política Nacional de Extensão da FORPROEX (2012) e assim contribuir com o desenvolvimento na perspectiva de promoção da justiça social (FREIRE, 1982, p. 66).

A seguir no gráfico 24 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Trabalho desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 24 - Ações de Extensão do eixo Trabalho nas IES de 2015 e 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A Pro Reitoria da UNEB compreende a extensão como:

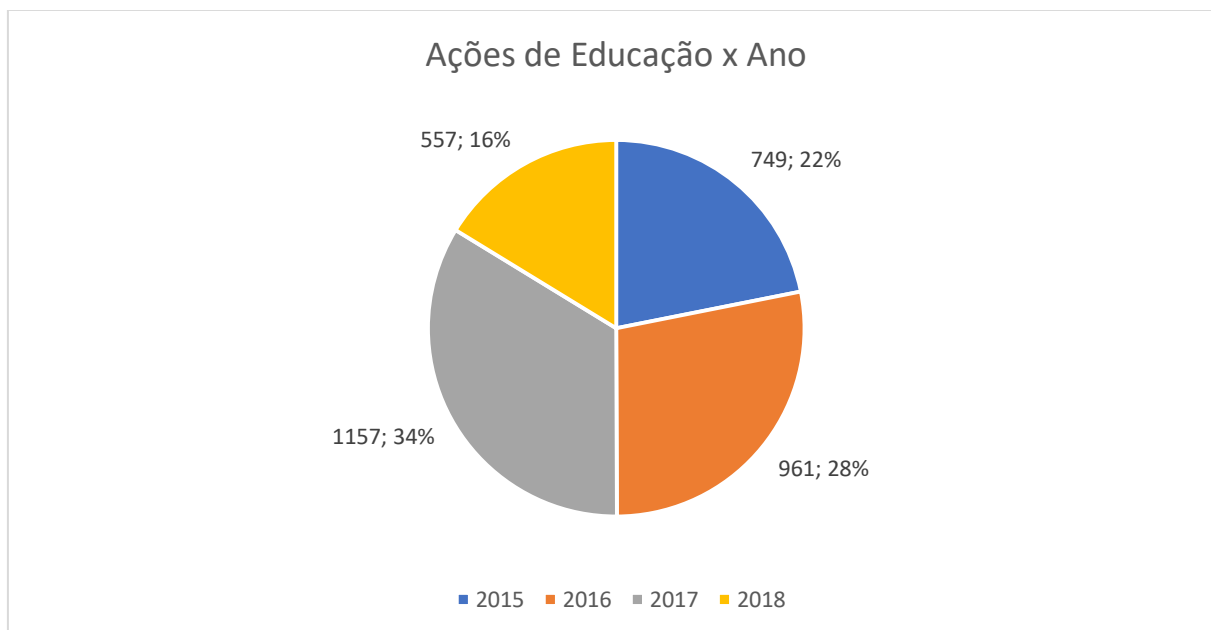
É um processo formativo tanto para o estudante, pra o professor que participa, quanto para o técnico, quanto para a comunidade que está inserida na relação, então enquanto a gente não perceber a extensão como um processo, educativo, cultural, científico como está posto no seu conceito. (Adriana Marmori)

A extensão universitária podem por meio de programas e projetos que ensejem a qualificação profissional, aumentar a empregabilidade, o empreendedorismo e promove geração de renda, ao instrumentalizar profissionalmente a comunidade, oportunizando uma vida digna e assim essas ações podem conforme (SEN, 2010) “minimizar e ou eliminar de privações que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2010, p.10).

Nesse sentido, a extensão universitária da UCSAL, UNEB e UFBA colaboram para o desenvolvimento de comunidades na cidade de Salvador, na perspectiva de justiça social ao promover o acesso a saberes que lhes instrumentalizam para o mundo do trabalho e para uma participação social efetiva capaz de intervir e transformar sua própria realidade.

A seguir no gráfico 25 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Educação desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 25 - Ações de Extensão do eixo Educação nas IES de 2015 e 2018.



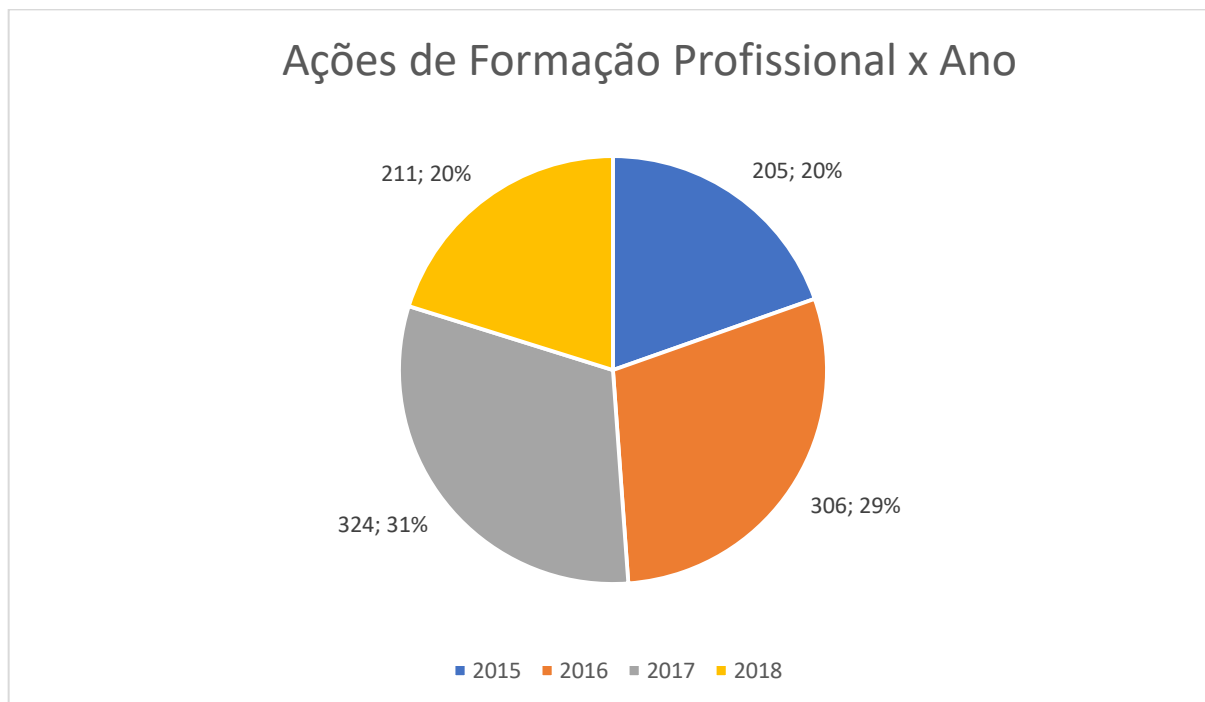
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

Em todo período, do ano de 2015 a 2018 em todas as IES pesquisadas, o eixo temático educação aparece como prevalente, como era de se esperar de instituições de ensino submetidas obrigatoriamente ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Nas IES, o processo educativo empreendido pela extensão universitária conforme FORPROEX (2012) deve se caracterizar como intercâmbio de saberes com a comunidade, além de promoção da difusão do conhecimento científico e contribuir para o desenvolvimento que configura como ampliação das liberdades, que representam o próprio desenvolvimento e se estabelecem por meio das dimensões econômica, política, social e cultural, “contudo as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas e os direitos civis”, as ações de extensão pela sua natureza juridicamente dialógica, fomenta produção coletiva em todas as dimensões, e propicia o desenvolvimento na perspectiva da justiça social, ao instrumentalizar a comunidade para a participação social, para a autonomia na busca de soluções para o bem estar de todos (SEN, 2010, p.17).

A seguir no gráfico 26 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Formação Profissional desenvolvidos pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 26 - Ações de Extensão do eixo Formação profissional nas IES de 2015 e 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

A Pró Reitoria de Extensão da UNEB afirma as ações extensão como propulsoras do desenvolvimento, posto que:

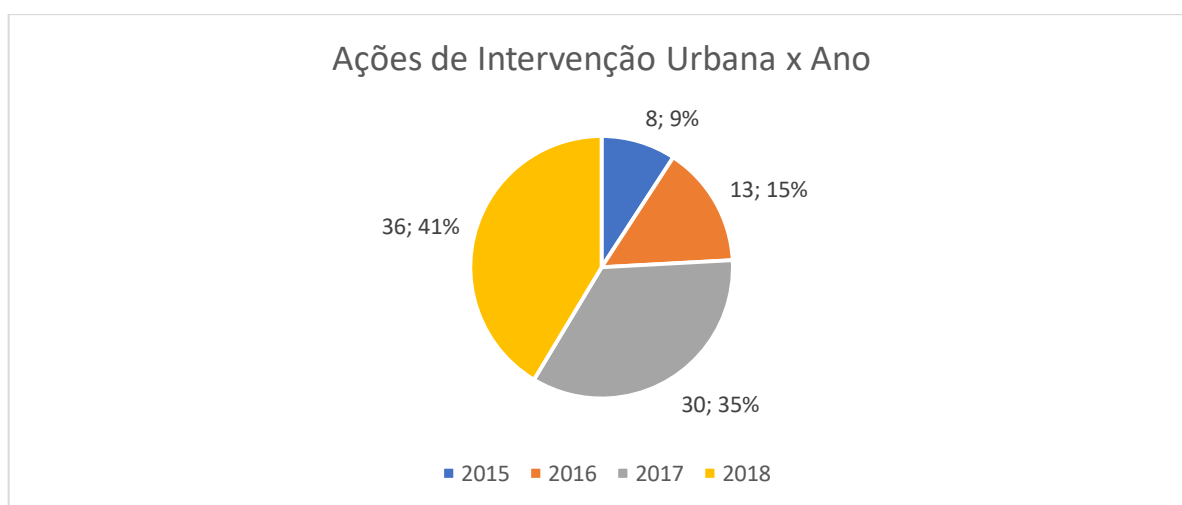
Elas cobrem aqueles bairros todos do entorno da UNEB não só com Feira de Saúde mas também com acompanhamento mensal dos pacientes, tem a Farmácia-Escola, e tem os Laboratórios que são abertos ao público, o de Fono que atende também, tem também a prestação de serviço do curso de Saúde que é muito forte, então toda e qualquer atividade registrada como extensão universitária na UNEB ela impacta sim no desenvolvimento social de Salvador, direta ou indiretamente, eles se concentram, concentravam nas áreas de saúde educação, meio ambiente ou outras. (Prof<sup>a</sup>.Adriana Marmori

As ações de extensão podem meio de programas e projetos que ensejem a qualificação profissional, realizados em parceria com o poder público e iniciativa privada, aumentar a empregabilidade, empreendedorismo e geração de renda ao instrumentalizar profissionalmente a comunidade oportunizando uma vida digna e assim conforme Sen (2010) e “minimizar e ou eliminar privações que limitam as

escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2010, p.10).

A seguir no gráfico 27 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Intervenção Urbana desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 27 - Ações de Extensão do eixo Intervenção Urbana nas IES de 2015 e 2018.



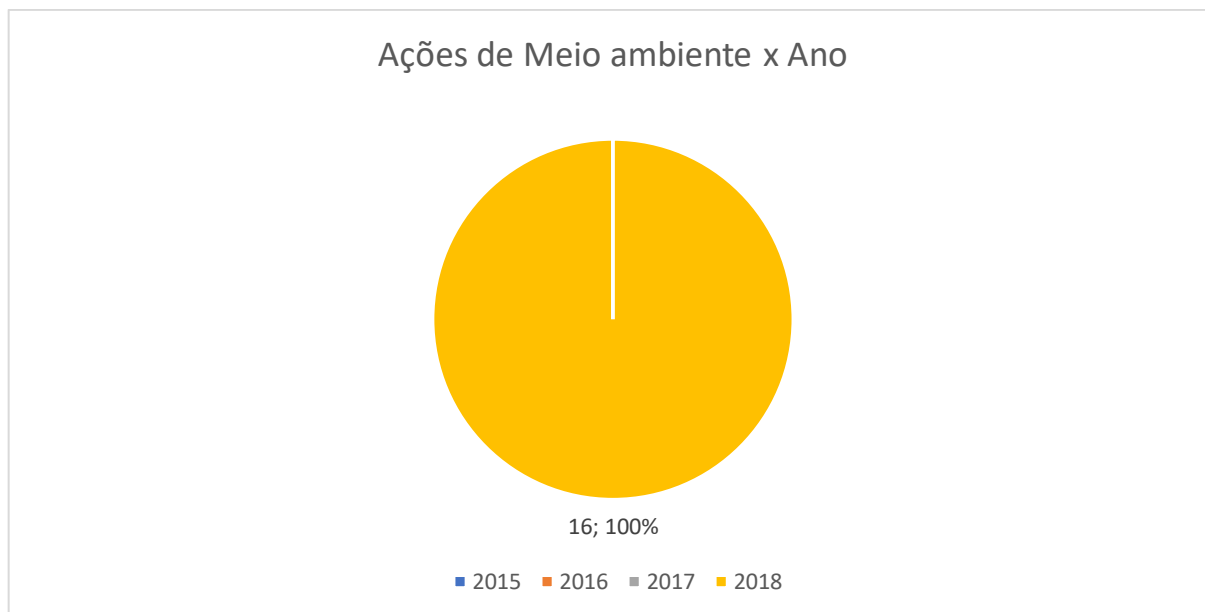
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.  
Elaboração: Lemos, 2020.

As experiências de extensão descritas acima pela Pró Reitora da UNEB, ratificam a premissa de Sen (2010, p.191) de que “[...] o desenvolvimento humano é sobretudo um aliado dos pobres” posto que segundo a Pró Reitora da UNEB elas viabilizam financeiramente a vida de muitos trabalhadores informais, na maioria, pessoas simples (o motorista da van que transporta turistas para as comunidades do bairro, a vendedora de doces), todos beneficiados pelo programa de extensão que qualifica para o atendimento pessoal e valoriza a cultura local com vistas a atrair turistas e dinamizar o comércio local.

A seguir no gráfico 28 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Meio Ambiente desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 28 - Ações de Extensão do eixo Meio Ambiente nas IES de 2015 e 2018.





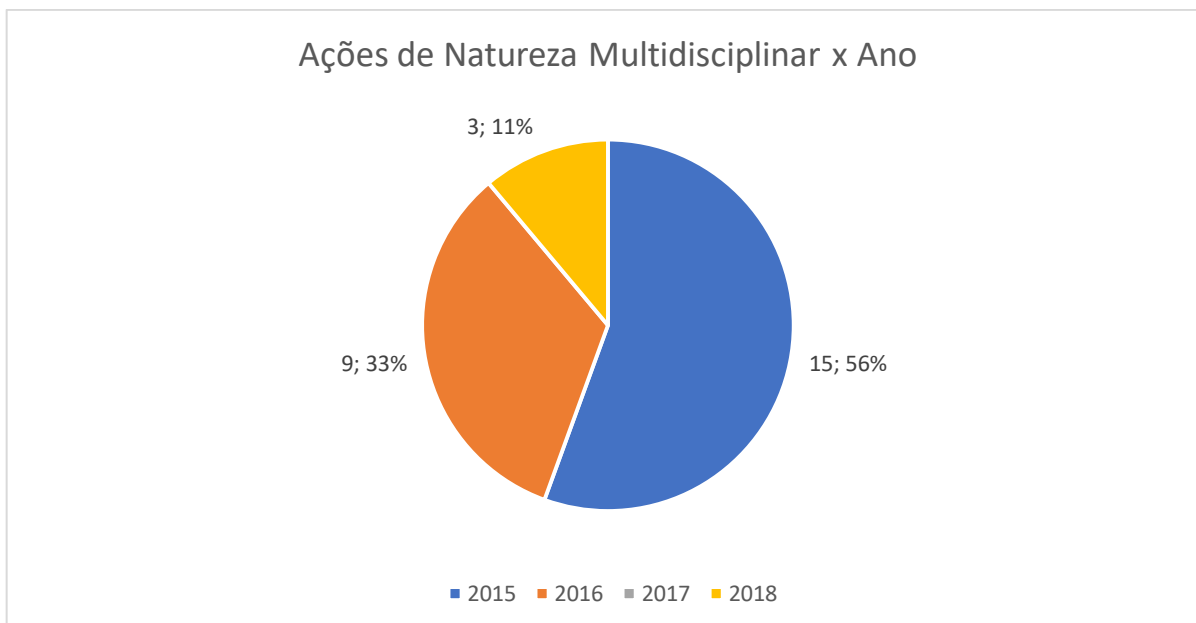
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

No âmbito das ações de extensão da área de meio ambiente nas IES pesquisadas, estas foram mediadas pelo diálogo, que é uma condição fundamental para que a troca de saberes entre a universidade e a comunidade se estabeleça, posto que com frequência subestima-se tanto o alcance quanto a eficácia do diálogo na avaliação dos problemas ambientais, sociais e políticos, o exercício da troca de saberes pela comunidade nas ações de extensão é muito importante e contribui efetivamente para o exercício da democracia e escolha social responsável (SEN, 2011, p.149).

A seguir no gráfico 29 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Multidisciplinar desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 29 – Ações de Extensão de natureza Multidisciplinar nas IES de 2015 e 2018.



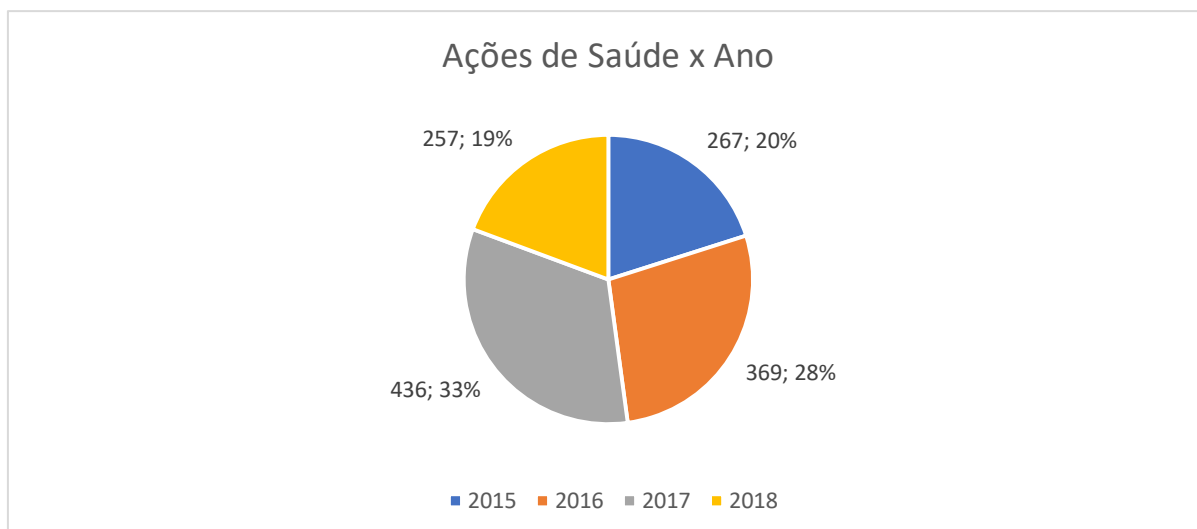
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

As ações de extensão realizadas pela UCSAL, UNEB e UFBA dada a sua natureza multidisciplinar em conformidade com a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) propiciam a construção de conhecimento a partir da realidade da comunidade onde estão sendo realizadas e permeiam várias áreas do conhecimento, permitindo a difusão e reelaboração de saberes científicos, que podem favorecer a solução de problemas comuns, por meio de programas de formação e requalificação profissional, processos de desenvolvimento pessoal numa perspectiva integral, além de propiciar a prestação de serviços à comunidade, e atuam também no sentido de possibilitar o acesso consultorias e assessoria em diversas áreas de domínio das universidades com o objetivo de promoção do desenvolvimento da mesma.

A seguir no gráfico 30 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Saúde desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 30 – Ações de Extensão do eixo Saúde nas IES de 2015 e 2018.



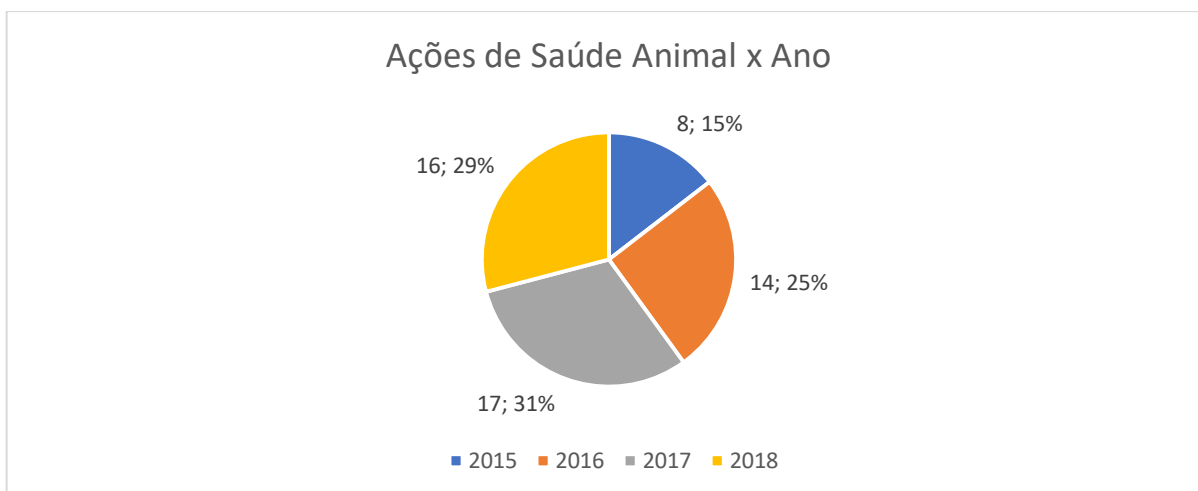
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

Conforme inferência das palavras das Pró Reitorias que nas ações de extensão da UCSAL e UNEB se destinam a oportunizar às comunidades vivências interdisciplinares e interação social com a comunidade acadêmica, elas trabalham a extensão universitária no sentido defendido por Sen (2010) que “pessoas tem que ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação do seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento” (SEN, 2010, p.77).

A seguir no gráfico 31 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Saúde Animal desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 31 – Ações de Extensão do eixo Saúde Animal nas IES de 2015 e 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

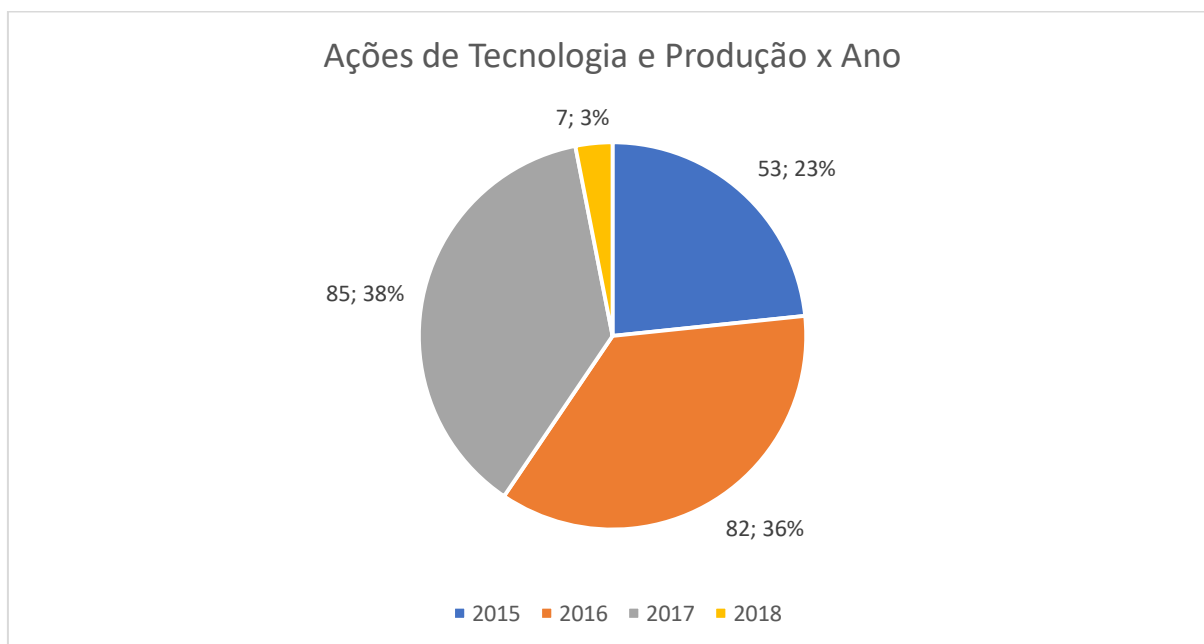
Elaboração: Lemos, 2020.

Pouco mais de 16% das ações de extensão nas IES foram destinadas ao eixo saúde animal nos anos de 2015 a 2018, contudo vale destacar que o percentual dessas ações mais que dobrou em quatro anos talvez impulsionados pelo crescente número de pet shop, clínicas e hospital veterinário em Salvador.

Nesse sentido, a Pró Reitoria da UNEB chama a atenção para o fato da extensão se constituir numa intervenção que contribui de fato para uma mudança de vida. Ela relata que algumas pessoas que fazem cursos profissionalizantes, por exemplo dizem que: “se eu estou nessa área, é porque eu fiz determinado curso, tenho orgulho do meu certificado de extensão que está na parede e hoje vivo dessa atividade”.

A seguir no gráfico 32 são apresentadas o total de ações de extensão do eixo Tecnologia e Produção desenvolvidas pela UCSAL, UNEB e UFBA nos anos de 2015 a 2018.

Gráfico 32– Ações de Extensão do eixo Tecnologia e Produção nas IES de 2015 e 2018.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Elaboração: Lemos, 2020.

O uso de tecnologias e as técnicas e estratégias de produção caracterizam as ações de extensão do eixo ações de tecnologia e produção que teve o seu auge no ano de 2015 até o ano de 2017 quando em 2018 diminuiu drasticamente.

É importante refletir sobre os desafios da extensão na universidade e a Pró Reitoria assim relata:

A universidade vive o desafio de trazer de fato a comunidade para dentro da universidade como notório saber, eu fico pensando gente, se pudéssemos trazer um cacique para ministrar aula pra o curso graduação, na perspectiva das questões indigenistas, seria muito mais rico do que um pesquisador que pesquisa sobre as questões indigenistas e que vai transferir isso para os estudantes então essa coisa do notório saber, do saber popular dentro da universidade é um grande desafio ainda. Ela relata que a nossa legislação não permite esse movimento ainda, a gente tem uma política nacional, tem um discurso, tem algumas práticas, mas a gente não se abriu da maneira que deveríamos, então a sugestão é essa que a gente se abra ainda mais para a comunidade externa. Prof<sup>a</sup> Adriana Marmorì

E ainda completa:

A gente precisa avançar, trazer as parteiras, trazer os quilombolas, os conhecimentos religiosos das matrizes africanas, muita coisa que a

sociedade desconhece e que a própria academia só fazendo a pesquisa sem o engajamento com a raiz não vai conseguir passar para outras pessoas. Adriana Marmorì

## **6. POTENCIALIDADES DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UCSAL, UNEB E UFBA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Posto que o desenvolvimento é um conceito polissêmico, precisamos questionar sobre o tipo de desenvolvimento que estamos falando, assim, falamos do desenvolvimento cuja ênfase esteja na dimensão social. Ele acontece como consequência da expansão das liberdades, das oportunidades sociais, cujo primado é a justiça social e o bem-estar coletivo (SEN, 2010). O desenvolvimento social é um dos objetivos prioritários da educação superior, pois à medida em que a universidade produz novos conhecimentos e se incumbe de sua difusão, ela também promove de processos de qualificação, aperfeiçoamento e assim propicia a formação integral do ser humano.

No que se refere à contribuição das universidades para o desenvolvimento social, nessa perspectiva, e através das suas atividades extensionistas, há que se destacar a contribuição das universidades para a construção de uma sociedade justa e solidária, como prevê a Constituição Federal de 1988. A formação proporcionada pela extensão deve favorecer a construção da autonomia e da criticidade na comunidade, para que haja a construção da cidadania ativa, com o ensino e a pesquisa devendo complementar a essa contribuição.

É por meio da extensão que a universidade promove a difusão do conhecimento científico, historicamente construído e a oferta de possibilidades de soluções sobre problemas das comunidades, assegurando o fruir dos direitos humanos que asseguram uma vida digna a todos. Nesse sentido, a extensão, pela sua vinculação com a sociedade, pode instrumentalizá-lo a participar ativamente da vida da cidade, na condição de agente de mudança, de transformação de sua realidade, porque a educação cidadã torna o cidadão cômico de seus deveres e responsabilidades consigo mesmo, com seus pares e com o meio ambiente. Assim, a extensão pode contribuir para a diminuição da desigualdade social, além de combater todas as formas de discriminação e desigualdade.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, prevista constitucionalmente, é o elemento que permite a universidade ser capaz de contribuir

para a construção de uma sociedade justa e democrática por meio da “[...] promoção de práticas voltadas ao atendimento às necessidades sociais”, como, por exemplo, habitação, produção de alimentos e redistribuição de renda (FORPROEXT, 2012, p.10). Com isso, vê-se que a extensão além da formação dos sujeitos, para uma vida digna, demanda o atendimento às suas necessidades sociais, daí a necessidade da prestação de serviços como atividades de extensão.

Vale lembrar que a extensão se constitui legalmente como dimensão universitária, que deve promover o intercâmbio de saberes entre a academia e a sociedade, numa interação dialógica, onde a sociedade apresentar suas demandas e suas formas de produção de cultura, e a universidade apresentar à sociedade seus conhecimentos como possibilidades de solução de problemas da comunidade. Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos prevê que:

A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a Universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da Universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às Universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2004, p. 50).

Fica claro, então, que as atividades extensionistas têm potencialidades para o desenvolvimento social, na perspectiva da justiça social e da governança democrática, à medida que promove a qualificação profissional para aumento da empregabilidade; propicia a efetiva inclusão ao formar para o atendimento das demandas oriundas das oportunidades sociais, para o respeito e valorização das diversas culturas, para o respeito ao meio ambiente, para a participação social efetiva.

A extensão universitária nas IES pesquisadas se compromete em seus documentos normativos a deve propiciar o desenvolvimento de habilidades e competências, estimular a autonomia e a criticidade que os capacite ao exercício da cidadania, enquanto participação social e política de forma ética. Por essa razão, a universidades propiciam o acesso e a permanência de estudantes de classes populares na universidade, ofertam serviços de assessoria e consultoria nas áreas



jurídica e da saúde às comunidades, dessa forma, socializam o saber técnico e político construído nas IES, além de promover o intercâmbio de saberes entre a universidade e as comunidades.

A extensão nas IES deve sempre que possível, convergir para uma mesma área geográfica, isso pode potencializar a ação da universidade para promover a transformação da realidade da comunidade. Desta forma a IES pode promover a emancipação das famílias ao desenvolver qualificar a mãos de obra por meio de projetos de aumento da empregabilidade.

É por meio do diálogo que a extensão desafia o grupo popular a pensar sua história social e, nesse processo, descobrir a necessidade de superar certos saberes que, desvelados, demonstram sua incapacidade para explicar fatos (FREIRE, 1996). Desse modo, a extensão promove a emancipação do sujeito, ao fazê-lo perceber-se protagonista de sua história com autonomia para transformá-la, tornando-o participante ativo em uma cidade democrática ao participar de efetivo controle social. Dessa forma, os cursos promovidos pela UCSAL, UNEB e UFBA no período de 2015-2018, prioritariamente, se caracterizam como processos de formação de competências pessoais e profissionais.

Em que pese a importância dos processos de construção de competência técnica, considerar a experiência educativa da extensão universitária “[...] puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador” (FREIRE, 1996, p. 33). Por essa razão, a extensão na UCSAL, UNEB e UFBA, conforme respectivos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), caracteriza-se por processos de escuta e de diálogos com a comunidade, os quais oportunizam a troca de saberes que, por meio das interações e difusão do conhecimento construído coletivamente, favorecem o desenvolvimento pessoal e social em atendimento a Política Nacional de extensão (FORPROEX, 2012).

A condição de sujeito autônomo e protagonista de sua história, que a extensão faculta ao cidadão, possibilita o desenvolvimento social, na medida em que o empodera para o exercício efetivo de seus direitos, via atividades de extensão como

cursos, prestação de serviços e eventos que propiciem a qualificação pessoal e pessoal, como as apresentadas pela UCSAL, UFBA UNEB nos relatórios e relatos das Pró-Reitoras de Extensão.

Há que se levar em conta que a despeito de ser indispensável ao desenvolvimento social, a educação sozinha não dá conta de realizá-lo, posto que além da educação, as oportunidades econômicas, as liberdades políticas, os poderes sociais e as condições habilitadoras, como a boa saúde, influenciam o alcance do que as pessoas conseguem realizar (SEN, 2010). Porém, se a educação sozinha não transforma, sem ela tampouco seria possível (FREIRE, 1996, p.67).

A extensão universitária contribui efetivamente com o desenvolvimento social por meio de programas de formação e requalificação profissional, de processos de desenvolvimento pessoal numa perspectiva integral, por intermédio de projetos de prestação de serviços à comunidade e da atuação como consultoria e assessoria em diversas áreas de domínio das universidades, com o objetivo de promoção do desenvolvimento da mesma. Nesse processo, as ações de extensão da UCSAL, UNEB e UFBA contribuem para mudança de mentalidades, de posturas, ao possibilitar que a comunidade internalize novos saberes por meio de processos educacionais informais e de ressignificação da visão de si mesma e do mundo.

A extensão ao fomentar a interação social, consolidar aprendizagens e propiciar a troca de saberes favorecem o desenvolvimento pessoal e profissional, ao demandarem do sujeito uma série de mecanismos para a interação, construção e produção de sentidos e de significados para uma vida participativa e plena na cidade. Isso porque a dinâmica da participação social demanda a construção de competências socioemocionais que a educação pode produzir e que são indispensáveis aos processos de organização e atuação comunitária.

Os processos formativos realizados pela extensão universitária, conforme prescritos nos documentos normativos da UCSAL, UNEB e UFBA em conformidade com Política Nacional da Extensão (2002), caracterizam-se por criar espaços de escuta e discussão problematizadora para favorecer a construção coletiva de saberes

e o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício de seus direitos e a promoção do desenvolvimento social.

As universidades pesquisadas por meio da extensão cumprem sua responsabilidade social, previstas em seus Estatutos, de promover a transformação da sociedade, no sentido de oportunizar a condição de concorrer igualmente nas oportunidades sociais. Nesse sentido, os cursos, eventos, ações de assistência social e demais atividades de extensão são dispositivos para dirimir a desigualdade social construída historicamente.

Há muito ainda a fazer, no sentido de promoção do desenvolvimento social, contudo, a extensão universitária da UCSAL, da UNEB e da UFBA contribuem, efetivamente, se vinculadas aos eixos educação, cultura e direitos humanos, que podem ser considerados estratégias de fomento à autonomia e ao protagonismo. Esses atributos lhe permitem usufruir em igualdade de condições de uma vida plena, que resulta em uma comunidade em que todos podem realizar-se na perspectiva pessoal e profissional. Conforme a comunidade vai se empoderando, no que se refere à formação de uma consciência crítica, reflexiva, resiliente, ela se instrumentaliza para o enfrentamento dos problemas cotidianos comuns, além de ser estimulada, por meio de maior organização, a participar da transformação social.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos ao final do estudo, consideramos que no âmbito das ações de extensão da UCSAL, UNEB e UFBA, realizadas no período de 2015 a 2018, os eixos temáticos da educação, cultura e educação, cidadania, formação profissional, meio ambiente, fizeram parte majoritariamente dos processos formativos expressos em ações e atividades de extensão, que propiciaram a construção de conhecimento, a partir da realidade da comunidade em que foram realizadas, permitindo a difusão e reelaboração de saberes científicos, no intuito de favorecer a solução de problemas comuns.

A pesquisa demonstrou que as IES pesquisadas têm buscado priorizar a extensão no sentido de promover mais ações, elas se destacam por investir sistematicamente na melhoria da qualidade de vida e bem estar das comunidades atendidas, principalmente no que se refere à promoção da saúde e bem estar material das comunidades.

Conforme demonstrado pela pesquisa, as ações de extensão realizadas no período de 2015 a 2018, pela UCSAL, UNEB e UFBA dão conta de suas ações na preservação da cultural, da memória da qualidade de vida de todos e promoção do desenvolvimento na perspectiva da justiça social. Enquanto a UCSAL promove a inclusão de alunos em comprovada situação de vulnerabilidade, e garante o acesso e permanência ao ensino superior desses alunos, tanto a UNEB quanto a UFBA desenvolvem políticas públicas de inclusão para negros, índios, quilombolas, deficientes e LGBTQI+, vale destacar que a UNEB foi a primeira IES no nordeste do país à aderir à Lei de Cotas para negros no Ensino Superior, enquanto a UFBA possui uma Pró Reitoria de Assistência ao Estudante - PROAE voltada para a permanência desses alunos.

Por meio de programas de extensão como o UCSAL nos Bairros, UFBA em Campo, e UNEB Educação Superior no Século XXI, essas IES realizam sua função social. Estes são projetos demandados pela sociedade, onde a universidade forma profissionais conscientes, críticos e comprometidos com os problemas sociais, locais e regionais.

Enquanto instituição comunitária, a UCSAL compromete-se com a construção da cidadania e transformação social e, por meio da extensão, proporciona o aprendizado e a formação humanitária. No que se refere a contribuição ao desenvolvimento social, a UCSAL estabeleceu uma relação com a sociedade, mediada pelo diálogo, marcada pelo respeito e cumprimento de seu compromisso social com toda a população baiana. Para isso, trabalha na promoção efetiva da inclusão, bem como a difusão do conhecimento científico e, assim, favorece o acesso a uma existência digna a todos, principalmente, aos grupos mais vulneráveis.

A extensão universitária na UNEB propicia o desenvolvimento ao promover programas de geração de emprego e renda, projetos de desenvolvimento pessoal, cursos de formação profissional, atividades sócio culturais e desportivas, empoderamento feminino, atenção às pessoas da terceira idade, programas que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, das crianças em situação de risco, dos grupos LGBTQI+ e de todas as demandas étnico-raciais, principalmente aquelas voltadas para os negros, em busca da construção de uma sociedade equânime e democrática (UNEB, 2017).

Ao privilegiar a interação entre os saberes acadêmicos e disciplinares articulados às demandas do entorno social, ao propiciar o respeito às diferenças ao promover o diálogo e as trocas de saberes com a sociedade a extensão universitária se estabelece como uma dimensão indispensável à formação de profissionais qualificados e éticos, ao empoderamento das classes excluídas historicamente e minoritárias. A extensão colabora com a justiça social que se estabelece, como uma das dimensões do desenvolvimento social da cidade de Salvador.

Nesse sentido, a UFBA dialoga com a sociedade, mediante o grande número de ações e programas extensionistas e, assim, promove não só a difusão do conhecimento, mas a troca de saberes e fazeres. É por meio da extensão que a UFBA oferece formação técnica e profissional às comunidades, além de programas de qualificação e atualização profissional, programas de alfabetização, que ensejam o empoderamento e a formação da identidade social do sujeito. Ao possibilitar o atendimento às oportunidades sociais, por meio de diversas habilitações, a extensão

contribui com o desenvolvimento social ao possibilitar o aumento da qualidade de vida do sujeito.

Nesse contexto, a UFBA promove a integração entre a universidade e a sociedade via troca de experiências, técnicas e metodologias, que permitem formação profissional com responsabilidade social. Ao promover a formação cidadã, que qualifica o homem a participar ativamente da vida na cidade, por meio de uma participação social efetiva, permite aos cidadãos interferir nos processos decisórios da vida de sua cidade.

Os processos formativos, objeto de extensão universitária na UFBA, são caracterizados por oportunizarem o diálogo e a reflexão sobre o homem e sua realidade, assegurando espaços de discussão e debates para construção de conhecimentos úteis à comunidade. Apesar de ainda concentrarem-se nos bairros de entorno da IES, estão presentes, ainda que timidamente, em outros bairros, propiciando o aumento da qualidade de vida e qualificação profissional capaz de aumentar a empregabilidade, por exemplo, o programa UFBA em Campo.

Como se vê, tanto a UCSAL, quanto a UNEB e UFBA apresentaram em seus documentos normativos (Regimento Geral, Estatuto e Projeto Pedagógico Institucional) diretrizes para condução do processo de formação para a cidadania articulados com tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade e prevê a articulação entre extensão e desenvolvimento social.

Os documentos normativos das IES relatam que os programas, projetos, cursos e atividades de extensão devem ser desenvolvidos para os públicos interno e externo, nas modalidades presencial ou à distância, nas áreas acadêmica, educacional, socioeconômica, comunitária, cultural, artística, literária, tecnológica e ambiental, bem como prestar consultoria e assessoramento à comunidade interna e externa, na sua área de atuação, conferindo à extensão um lugar de destaque na relação entre as IES e a sociedade.

A extensão na UCSAL UNEB e UFBA caracteriza-se como processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação transformadora entre Universidade e

sociedade e como ação acadêmica e institucional, que privilegia o diálogo, a troca de saberes e a produção do conhecimento em parceria com a sociedade, qualificando-a tecnicamente e formando para a cidadania ativa.

A extensão nas IES pesquisadas contribuem para o desenvolvimento social na perspectiva do desenvolvimento pessoal, à medida que empodera os menos favorecidos por meio de programas e projetos que fomentam emprego e renda, fortalecendo-os no sentido de tornarem-se críticos e reflexivos e, assim, atuarem politicamente não somente por meio do voto, mas, sobretudo, realizando o controle social das políticas públicas que interessam a si próprio e a sua comunidade.

As diferentes modalidades da extensão universitária foram definidas pela Política Nacional de Extensão do FORPROEX e compreende: programas, cursos, atualização, eventos, exposição e prestação de serviços, que se classificam em eixos temáticos como educação, saúde, saúde animal, trabalho. A pesquisa mostra a presença de todas as essas modalidades nas IES pesquisadas e que o eixo Educação foi o que concentrou maior número de ações tanto na UCSAL, quanto na UNEB e na UFBA.

A ampliação das liberdades culturais, políticas, econômicas, religiosas, oportunidades sociais e melhoria da qualidade de vida, que configuram o desenvolvimento social para Amartya Sen, são fomentadas pela extensão nas universidades pesquisadas, que, assim, cumprem com a responsabilidade social previstas em seus Estatutos de promover a transformação da sociedade ao oportunizar a condição de concorrer igualmente nas oportunidades sociais. Nesse sentido, os cursos, eventos, ações de assistência social e demais atividades de extensão são dispositivos para dirimir a desigualdade social construída historicamente.

Consideramos que o atendimento ao objetivo de identificar, na percepção dos pró-reitores de extensão das IES pesquisadas, as contribuições da extensão universitária para o desenvolvimento social foi parcialmente alcançado, pois não obtivemos da UFBA as respostas à entrevista. Porém, infere-se das narrativas das Pró Reitoras da UCSAL e da UNEB que suas respectivas IES oportunizam às

comunidades, onde se realizam as ações de extensão, vivências interdisciplinares que possibilitam a interação social com a comunidade acadêmica e, dessa relação, os saberes científicos e culturais são reelaborados, para que sejam capazes de favorecer o crescimento pessoal e profissional. Assim, conforme relatam, a extensão efetivamente se constitui como ferramentas de promoção para o desenvolvimento da cidade de Salvador.

No que se refere às contribuições da curricularização da extensão universitária para a comunidade interna, este pode favorecer a reflexão sobre alternativas de superação da desigualdade social, porém, nesse contexto, a extensão não deve ser entendida como “[...] transmissão, transferência, invasão, e sim como comunicação, como coparticipação dos sujeitos no ato de conhecer, contrário à invasão cultural, mas como ação cultural” (GADOTTI, 2017, p. 5).

Para que a aprendizagem seja efetiva, deve-se respeitar na curricularização a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, pois é assim que poderá contribuir com a promoção da transformação da sociedade que só é possível transformando o indivíduo em cidadão, por meio de um processo de desenvolvimento integral, fomentado por este tripé institucional. Ademais, há uma interdependência entre as dimensões: ensino, pesquisa e extensão que deve ser respeitada em atendimento à Constituição Cidadã, para que a aprendizagem seja capaz de ressignificar o sujeito.

Em suma, a universidade, por meio da pesquisa, produz conhecimento científico necessário para a evolução dos meios de produção da vida material, mas é por meio do ensino que forma os indivíduos para uma atuação efetiva no mundo do trabalho, na vida cotidiana, com seus pares e em sua relação com o meio ambiente, contudo, é meio da extensão universidade que há troca de saberes e fazeres.

Como se vê, a extensão universitária é, sobretudo, um instrumento que possibilita a transformação social, pois ela contribui para o desenvolvimento social. No caso da extensão realizada pela UCSAL, UNEB e UFBA, ao propiciar a formação para o exercício da cidadania ativa, por meio de atividades de caráter formativo e prestação de serviços para melhoria da qualidade de vida da comunidade, ela



favorece a ampliação das liberdades humanas, aumenta as possibilidades de atendimento às oportunidades sociais e amplia a empregabilidade, assim, contribui para o desenvolvimento pautado na justiça social. Desse modo, se configura como ferramenta de promoção do desenvolvimento social na perspectiva de expansão das liberdades e da justiça social, fomentando a condição de agente (SEN,2010) e de sujeito crítico e reflexivo (FREIRE,1987). As IES pesquisadas por meio da extensão asseguraram uma formação para o exercício da cidadania, principalmente no que se refere a instrumentalizar a comunidade para uma participação social capaz de exercer um efetivo controle social.

## REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, F. **Os fatores condicionantes do desenvolvimento econômico e social**. Curitiba: CRV, 2012.

BELLO, J. L. de P. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004.

BELTRÃO, P. C. **Sociologia do desenvolvimento**. 2. Ed. Porto Alegre: Globo, 1972.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2008

BRASIL **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto - Lei nº 252**, de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10252.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10252.htm). Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE nº 608/2018 Portaria nº 1.350**, publicada no D.O.U. de 17/12/2018, Seção 1, p. 34. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file> Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE nº 776/97**. Brasília, DF: MEC, 1997. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/superior/legisla\\_superior\\_parecer77697.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf). Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL.[Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 15 ago. 2019.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BURY, John. **The Borrominesque Churches of Colonial Brazil**. The Art Bulletin, [s.l.], 1955.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: UNESP, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense 1984

DALLARI, D. de A. **Cidadania e direitos humanos**. São Paulo. Brasiliense, 1998. (Coleção Polêmica).

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ESCOBAR, A. **Encontrando Desenvolvimento: fazer e desfazer do Terceiro Mundo**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESTEVE, J. M. P. **Governança democrática: construção coletiva do desenvolvimento das cidades**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

FERREIRA, V. C. S. **Cidade e democracia: o espaço urbano, os direitos fundamentais e um novo conceito de cidadania**. Revista Âmbito Jurídico, São Paulo, n. 103, 1 ago. 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/versao/revista-103/cidade-e-democracia-o-espaco-urbano-os-direitos-fundamentais-e-um-novo-conceito-de-cidadania/>. Acesso em: 2 ago. 2019.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORPROEXT- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%Adtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, DF: MEC/SESU, 2012.

FREIRE, A. C. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 4. Ed. João Pessoa: UFPB, 2003.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 18. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 19. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993. (Coleção Educação e comunicação, v.1).

FREIRE, P. **Extensão e comunicação?** 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (O Mundo Hoje, v. 24).

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática Educativa**. 36.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Política e Educação**, Cortez,1993.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GADOTTI, M. **Extensão universitária: para quê?** Instituto Paulo Freire, São Paulo, 15 fev. 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/noticias/557-extensao-universitaria>. Acesso em: 12 fev. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 15. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, C. M. **Desenvolvimento atualização da noção**. In: IVO, A. B. L. (coord.). Dicionário temático desenvolvimento social e questão social: 18 problemáticas contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2013.

LOPES, S. H. P. **Direito à cidade: evolução da legislação, instrumentos de participação disponíveis a sociedade e a papel do estado na ordem urbanística**. Revista Âmbito Jurídico, São Paulo, n. 87, 1 abr. 2011.

NISBET, R. **Social Change and History: aspects of the western theory of development**. London: Oxford: 1969.

OLIVEIRA, J. D. de. **Ordem, instituições e governança: uma análise sobre o discurso do desenvolvimento no sistema ONU e a construção da ordem internacional**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PARSON, T. **Sociedades: perspectivas evolucionárias e comparativas**. Rio de Janeiro: ZAHAR,1966.

PINTO, C. **Sociologia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

RASQUILHA, Luis. **Tendências e Gestão da Inovação**. Lisboa: Verlag Dashofe. 2011. apud Rita Queiroz Magalhães da Costa Relatório de Tendências e Inovação – Responsabilidade Social. Creative Universite. 2005.

REIS, R. H. dos. A institucionalização da extensão. **Revista Educação Brasileira**, Brasília, DF, v. 28, n.14, p. 67-81, 1992.

ROCHA, R. M. G. **A construção do conceito de extensão universitária na América Latina**. Brasília, DF: UNB, 2001.

ROCHA, R. M. G. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

ROSTOW, W. W. **How it All Began: origins of the modern economy**. New York: Mcgraw-Hill, 1975.

SACHS, I. **Desenvolvimento e direitos humanos**. Maceió: Edufal, 2002. (Sustentabilidade em questão, v. 1).

SANTOS, B. de S. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo Publifolha, 2002.

SCOCUGLIA, A. C. **A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. 4. Ed. João Pessoa: UFPB, 2003.

SEN, A. K. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

SILVA, S. B. M. E.; SILVA, B. C. M. N. ; SILVA, M. P. **Governança urbana e governança metropolitana: desafios para o futuro**. In: SILVA, S. B. de M. e; CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (org.). Transformações metropolitanas no século XXI. Salvador: Edufba, 2016, v. 1, p. 205-227.

TAVARES, C. A. R.; FREITAS, K. S. de. **Extensão universitária: o patinho feio da academia?** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

THEIS, M. Ivo. Desenvolvimento, Meio Ambiente e Território: **Qual sustentabilidade. Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí. ano 4.nº 8. jul/dez. 2006.

TEIXEIRA. A. A universidade e a liberdade humana. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 51, p. 3-22, jul./set. 1953.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2011- 2015**. Salvador: UCSAL, 2011.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016- 2020**. Salvador: UCSAL, 2015. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/articles/0010/8387/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2016-2020.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL). **Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2011-2015**. Salvador. UCSAL, 2011.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL). **Regimento Geral da UCSAL**. Salvador: UCSAL, 2016. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/articles/0018/5969/2016-regimento-geral-em-vigor-e-registrado-no-cartorio-do-1o-oficio-de-notas.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL). **Relatório de Auto Avaliação Institucional 2010**, Salvador: UCSAL, 2011.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL). **Relatório de Gestão: PROEX 2014-2018**. Salvador: UCSAL, 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR (UCSAL). **Relatório Social. PROEX 2018**. Salvador: UCSAL, 2018.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. **Estatuto da UCSAL**. Salvador: UCSAL, 2018. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/articles/0018/5970/estatuto-da-ucsal.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA (UNEB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020**. Salvador: UNEB, 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA (UNEB). **Regimento Geral da UNEB**. Salvador: UNEB, 2017. Disponível em: <https://portal.uneb.br/conselhos/wp-content/uploads/sites/103/2019/02/Regimento-Geral-da-UNEB-1.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA (UNEB). **Relatório de Atividades PROEX: 2014-2017**. Salvador: UNEB, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA (UNEB). **Relatório de Atividades PROEX-2018**. Salvador: UNEB, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão. Resolução nº 02/2012.** Aprova o Regulamento de Extensão Universitária da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador: Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão, 2012. Disponível em: [https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2002.2012\\_1.pdf](https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2002.2012_1.pdf) . Acesso em: 13 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Conselho Acadêmico de Pesquisa e Extensão. Resolução nº 02/2012.** Aprova o Regulamento de Extensão Universitária da Universidade Federal da UFBA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Estatuto & Regimento Geral.** Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: [https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Estatuto\\_Regimento\\_UFBA\\_0.pdf](https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Estatuto_Regimento_UFBA_0.pdf). Acesso em: 12 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2018-2022.** Salvador: UFBA, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). Pró Reitoria de Extensão Universitária. **Manual da Extensão Universitária da UFBA.** Salvador: UFBA, 2014. Disponível em: [https://proext.ufba.br/sites/proext.ufba.br/files/manual\\_proext\\_web\\_versao\\_impressa.pdf](https://proext.ufba.br/sites/proext.ufba.br/files/manual_proext_web_versao_impressa.pdf). Acesso em: 13 fev. 2020.

VASCONCELOS, P. de A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade.** Ilhéus: Editus, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

## APÊNDICES



### UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PRÓ REITORA DE EXTENSÃO

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Pesquisadora: **Iracema dos Santos Lemos**

Título da Pesquisa: Tendências para o desenvolvimento social na cidade de Salvador promovido pelos programas de extensão da UCSAL, UNEB e UFBA.

- ❖ Este roteiro faz parte de pesquisa realizada para produção da tese de Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, da Universidade Católica do Salvador.
- ❖ A pesquisa tem como objetivo analisar o modelo de extensão definido no âmbito de três IES de Salvador e como os seus resultados contribuem para o desenvolvimento social da cidade de Salvador.
- ❖ Com as informações que esperamos coletar com este questionário, pretendemos alcançar os seguintes objetivos específicos: discutir sobre modelos de extensão da educação superior implantadas pelo FORPROEX para as IES brasileiras na atualidade caracterizar o modelo de extensão elaborado e implementado por três IES sendo uma federal, uma estadual e uma



confessional e analisar o desenvolvimento social indexado aos modelos de extensão apresentados.

- ❖ Seus dados serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos na pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho.

Todas as questões visam apenas à coleta de informações ou de opiniões. Não há respostas certas ou erradas. Portanto, por favor, não deixe de responder a nenhuma pergunta.

Desde já, agradeço sua valiosa colaboração!

DATA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

HORÁRIO \_\_\_\_\_

**BLOCO 1- IDENTIFICAÇÃO DA RESPONDENTE**

1. Quais as iniciais do seu nome e sobrenome?

\_\_\_\_\_

2. Qual a sua idade, em anos completos?    |\_\_|\_\_| anos

3. Gênero    (    ) Feminino                    (    ) Masculino

4. Qual a sua formação educacional no nível:

De Graduação\_\_\_\_\_

De Especialização\_\_\_\_\_

De Mestrado \_\_\_\_\_

De Doutorado \_\_\_\_\_

5. Há quanto tempo é Pró-reitor(a) de Extensão da IES?

\_\_\_\_\_

**BLOCO 2 - QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM PRÓ REITORA**

1. Quais ações extensionistas, realizadas pela universidade, em atividade ou já concluídas, a Sra. considera que tem/teve uma implicação direta com o desenvolvimento social da cidade de Salvador?
  
2. Elas se concentram/concentravam na área da saúde, educação, meio ambiente ou outras?
  
3. O que muda/mudou nas comunidades/bairros de Salvador a partir das intervenções extensionistas?
  
4. A Sra. considera que as ações extensionistas contribuem para a cidadania das pessoas das comunidades envolvidas nestas ações?
  
5. Quais os principais desafios enfrentados para realização de atividades extensionistas na cidade de Salvador?
  
6. Quais as sugestões para vencer estes desafios?

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PRÓ REITORAS**

O (a) senhor (a) está sendo convidado a participar, como voluntário, de uma pesquisa intitulada: “Desenvolvimento Social em Salvador promovido pelos Programas de Extensão da UFBA, UNEB, UCSAL”, que será desenvolvida pela pesquisadora Iracema dos Santos Lemos Programa Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Silvana Sá de Carvalho.

Esta pesquisa tem por objetivo: analisar os programas de extensão da UFBA, UNEB e UCSAL no período de 2015 a 2018, com o viés de correlacionar os mesmos com o desenvolvimento da Salvador, Bahia. Para a coleta de dados/informações será realizada uma entrevista com o senhor (a). O roteiro compreenderá perguntas relacionadas a extensão universitária e terá duração aproximada de 20 minutos.

Esta atividade não é obrigatória e, a qualquer momento, o senhor poderá desistir de participar e retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalização ou prejuízo para o(a) senhor(a) (Res. 510/2016 CNS/MS).

Ao decidir participar deste estudo esclareço que:

Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, o senhor poderá deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.

As informações fornecidas poderão, mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e que a sua identificação será mantida em sigilo, isto é, não haverá chance de seu nome ser identificado, assegurando-lhe completo anonimato.

Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos de estudo.

Sua participação não implica em nenhum custo financeiro, mas caso tenha alguma despesa em decorrência desta entrevista, o senhor será ressarcido.

A presente pesquisa apresenta riscos mínimos, para os participantes, podendo se constituir como um possível desconforto em responder as pesquisas da entrevista. Para minimização será garantido o total sigilo do participante, liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento sem que esse fato implique em qualquer dano ou

prejuízo. O estudo apresenta benefícios ao subsidiar as universidades na análise da qualidade da extensão universitária que elas promovem. Dessa forma, este estudo poderá ajudar a instituição a refletir sobre a sua relação com a sociedade na medida em que a extensão universitária pode se constituir como uma instância de formação para a cidadania efetiva promovendo assim, interação entre a universidade e o desenvolvimento social. Este documento contém duas vias, sendo que uma ficará com o (a) senhor (a) e a outra com a pesquisadora responsável.

Em caso de dúvida ou outra necessidade de comunicação com a pesquisadora, poderá entrar em contato por meio do endereço/telefone: 71993803534, aluna de doutorado do Programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador. Para melhores esclarecimentos, caso necessário, manter contato com o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UCSAL na. Av. Cardeal da Silva, 205 – Federação, Salvador- Ba, CEP: 40.231-902 - Tel.32038913 de segunda a sexta-feira das 08h às 12h das 13h às 17h.

O CEP é um colegiado interdisciplinar e independente - de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos, atendendo a padrões Éticos.

Eu, \_\_\_\_\_ aceito, voluntariamente, o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para, a qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa, sem que isso acarrete qualquer prejuízo.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador: \_\_\_\_\_